

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CINTIA MARIA CASTRO ALMEIDA

**TEM RURAL NA CAPITAL?
RURALIDADES, URBANIDADES E SUAS RESIGNIFICAÇÕES
EM PORTO ALEGRE-RS**

Porto Alegre

2017

CINTIA MARIA CASTRO ALMEIDA

**TEM RURAL NA CAPITAL?
RURALIDADES, URBANIDADES E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES
EM PORTO ALEGRE-RS**

Tem rural na capital? Ruralidades, urbanidades e suas ressignificações em Porto Alegre-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Cintia Maria Castro

Tem rural na capital? Ruralidades, urbanidades e suas ressignificações em Porto Alegre-RS / Cintia Maria Castro Almeida. -- 2017.

143 f.

Orientador: Cleyton Henrique Gerhardt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Ruralidades. 2. Urbanidades. 3. Ressignificações. I. Gerhardt, Cleyton Henrique, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CINTIA MARIA CASTRO ALMEIDA

**TEM RURAL NA CAPITAL?
RURALIDADES, URBANIDADES E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES
EM PORTO ALEGRE-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 25 de julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho
PUCRS

Prof. Dr. Marcelino de Souza
UFRGS

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Grande Alma, por se mostrar a todos os momentos, de diferentes maneiras!

À Brisa, filha amada, ventinho leve e sereno que embala e enche de encanto e sentido a minha vida. Obrigada por ser minha professora!

A minha mãe Nice e meu pai “Tata”, por serem meu exemplo de vida, amor, dignidade, carinho e auxílio, sempre!

À Nana, minha mana companheira e minhas sobrinhas e sobrinhos amados, obrigada pelo amor, pelo carinho e pela torcida!

Ao Rui, por todo amor, pelas boas energias, pelo apoio constante. Obrigada por ser quem és!

À Cris, Aninha e Lowa, amigas desde sempre e para sempre!

A todos os meus familiares e amigos(as) que felizmente são tantos que não poderia citá-los individualmente, obrigada por fazerem parte da minha vida!

Ao professor Cleyton, pela orientação cuidadosa, dedicação, entusiasmo, companheirismo e ensinamentos ao longo de todo trabalho. Foste realmente um parceiro nessa caminhada, obrigada por ter sido meu orientador!

Ao professor Jalcione, meu primeiro orientador, por todo auxílio inicial no “mundo novo” do mestrado!

Ao querido “profiEgon”, por seu amor e dedicação à arte de lecionar! Teus ensinamentos transcendem os conteúdos e é exatamente isso que faz de ti um mestre!

Ao professor Marcelino pelos incentivos e por me apresentar às ruralidades e urbanidades!

Aos professores e colegas do grupo TEMAS pelo aprendizado em conjunto.

À Dona Marlene pelos abraços gostosos e pela força feminina que sempre me trouxeram muito ânimo e alegria!

À Eliane e às gurias da secretaria do PGDR, Lisiane e Marilene pela assistência em todos os momentos!

As minhas queridas e meus queridos colegas, amigas e amigos da turma 2009 do PGDR, quanta alegria e quanta sorte tê-los junto a mim nessa caminhada! Obrigada!

*“Do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores,
levantam-se os animais que correm os campos ou voam por
cima deles, levantam-se os homens e as suas esperanças.
Também do chão pode levantar-se um livro, como uma espiga
de trigo ou uma flor brava. Ou uma ave. Ou uma bandeira”.*

Trecho do livro “*Levantado do Chão*” de José Saramago (1980)

RESUMO

Em 1999, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), a prefeitura municipal de Porto Alegre decretou o fim da “zona rural” no município. Contudo, mesmo passados 12 anos, sua população (principalmente, os que se acham diretamente afetados por esta mesma decretação e outros agentes interessados em discuti-la) continuam falando, pensando e propondo formas de intervenção relacionadas ao rural. Tendo as tensões geradas por tal contradição como eixo norteador, esta dissertação traz à tona o atual debate sobre o rural em Porto Alegre, tanto no que diz respeito a sua delimitação (ou não delimitação) como no que tange aos diversos significados a elas imputados. A partir do uso prático em contextos específicos, descreve-se como são acionadas e qualificadas as categorias rural e urbano, bem como as ambigüidades e ambivalências que marcam o caráter dinâmico, polissêmico e contextual que caracteriza o acionamento de ambas em Porto Alegre. Do mesmo modo, considerando o universo empírico da presente pesquisa, se analisa como diferentes instituições e agentes sociais se interconectam, se opõem, se distanciam, se repelem, se atraem e se cruzam, sobretudo, quando o rural é visto como “fronteira” da especulação imobiliária. Em síntese, procura-se trazer à luz algo daquilo que estaria subjacente ao procedimento classificatório, o qual permite, em última instância, categorizar pessoas (como rurais e urbanas), classificar espaços (como rurais e urbanos), caracterizar modos de vida (como rurais e urbanos), ordenar, qualificar e hierarquizar valores (rurais e urbanos) e, por fim, organizar o mundo a nossa volta (com políticas voltadas ao rural e ao urbano). Ao final, a despeito do decreto municipal de 1999, foi possível perceber que a dicotomia rural-urbano persiste com força no imaginário social atual, sintetizando, por sua vez, a maneira como portoalegrenses se vêem a si mesmos. Longe de uma oposição fundacional que estaria em vias de extinção devido ao desaparecimento de uma de suas partes constitutivas, rural e urbano persistem tanto no senso-comum como entre especialistas, visto que ruralidades e urbanidades que ora se opõem ora se mesclam continuam sendo inventadas, relidas, esquecidas e/ou incorporadas.

Palavras-chave: Resignificações. Ruralidades. Urbanidades.

ABSTRACT

Despite the official decree by the Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) from 1999 in Porto Alegre the rural no longer exist, it is understood that if the people who live there, and especially those who are directly affected by this same decree and other stakeholders to discuss it keep talking, thinking and proposing forms of intervention related to rural, sociological point of view, it remains there as an object of study. From this perspective, this work aims to bring about the current discussion that permeates the rural in Porto Alegre, considering the contradiction that surrounds their definition (or not defining). It is intended, therefore, to describe, from their practical use in specific contexts (interviews, websites, official documents, scientific texts, historical books, etc.), how are activated and assigned as the rural and urban categories, through a historic retreat from Porto Alegre to the eighteenth century to the present day. Given the dynamic nature, multiple meanings and contextual features that the activation and mobilization of rural and urban categories in Porto Alegre, seeking to show a temporal dimension as the sense of what they represent is not static shows, both past and in present day, constantly being re-signified over time. Similarly, considering the empirical universe of this survey, the parties involved and their different interests, if you want to analyze how different content deployed in the discourses of different actors are interconnected, are opposed, distance, repel, attract and meet, especially when it covers the rural as "frontier" land speculation, which are detailed the tensions that permeate the discourse of various agents on this phenomenon. In short, we seek to bring to light something of what was behind this type of procedure, which allows, ultimately, to categorize people (such as rural and urban), classifying spaces (such as rural and urban), to characterize ways of life (such as rural and urban), sort, classify and rank values (rural and urban), and finally, organize the world around us (with policies aimed at rural and urban). Thus, this study discusses the views of rural and urban contemporary in Porto Alegre, where ideas and images (which sometimes opposed, sometimes intermingle, sometimes get confused) of rural and urban areas continue to be produced, reread, forgotten and / or incorporated. In short, it is understood that the rural-urban dichotomy persists strongly in the social current, synthesizing, in turn, how our own Western society, to which we belong, finds itself. Far from a foundational opposition would be in danger of extinction due to the disappearance of one of its constituent parts, rural and urban areas persist, both as common sense among experts, filling and being filled meanings.

Keywords: Resignifications. Rural. Urban.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 —	Porto Alegre 100% urbana: notícia veiculada no site do Jornal Zero Hora ...	18
Quadro 1 —	Caracterização dos Agentes Entrevistados	40
Figura 2 —	Divisão de Porto Alegre em Quatro Sesmarias	60
Fotografia 1 —	“A copa do mundo passa por aqui”: outdoor localizado na Av. Loureiro da Silva, quase esquina com a Av. Lima e Silva.....	68
Figura 3 —	Manifestações Relacionadas à Copa de 2014.....	75
Figura 4 —	Divisão de Porto Alegre em 8 Macrozonas	80
Figura 5 —	Representação dos Bairros de Porto Alegre	82
Figura 6 —	Fomento do Rural no Site da SMIC	84
Figura 7 —	Página inicial da Secretaria de Turismo SMTur.....	85
Figura 8 —	A “Zona Rural de Porto Alegre” na agenda ambiental 2010	88
Figura 9 —	Folheto de Propaganda Político-Partidária Distribuído nas Eleições de Outubro de 2010	93
Figura 10 —	Domingo no Campo nos Bairros Lami e Lageado	95
Figura 11 —	Capa Folder Caminhos Rurais	107
Figura 12 —	Membros do Projeto Cinturão Verde	113
Figura 13 —	Mapa Ilustrativo da Área de Ocupação Rarefeita (AOR).....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOR	Área de Ocupação Rarefeita
APA	Área de Proteção Ambiental
APEL	Associação dos Produtores Ecológicos do Lami
APRESUL	Associação dos Produtores Ecológicos do Extremo Sul
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAD	Centro Agrícola Demonstrativo
CEASA/RS	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CETE	Centro Estadual de Treinamento Esportivo
COMATHAB	Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação
COODESTUR	Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural
DAIB	Diretório Acadêmico Biologia
DALC	Diretório Acadêmico Agronomia
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
EMATER/RS	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGÁ	Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBQPH	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PIEC	Projeto Integrado Entrada da Cidade
PISA	Projeto Integrado Socioambiental
PMHIS	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

POA RURAL	Associação Porto Alegre Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SIAC	Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços
SINDUSCON-RS	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMIC	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
SMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SPM	Secretaria do Planejamento Municipal
UE	União Européia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO / INTRODUÇÃO.....	13
2	TEM RURAL NA CAPITAL?.....	17
2.1	A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	17
2.2	A CONCEPÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO.....	26
2.3	SOBRE A ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	34
2.4	O ESPAÇO EM COMUM E AS QUIMERAS DE CADA UM: A DIVERSIDADE INSTITUCIONAL EM TORNO DO RURAL EM PORTO ALEGRE	40
2.4.1	Sindicato Rural de Porto Alegre	41
2.4.2	Associação Porto Alegre Rural - Poa Rural.....	41
2.4.3	Casatierra.....	42
2.4.4	Comunidade Autônoma Utopia e Luta	43
2.4.5	Bolognese Empreendimentos.....	43
2.4.6	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul - Sinduscon-Rs	44
2.4.7	Dhz Construções	45
2.4.8	Instituto Econsciência	46
2.4.9	Terra Ville Belém Novo Golf Club	46
2.4.10	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/Rs.....	47
2.4.11	Instituto Gaúcho De Estudos Ambientais - Ingá	48
2.4.12	Caminhos Rurais	49
2.4.13	Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Smam	50
2.4.14	Secretaria Do Planejamento Municipal - Spm	50
2.4.15	Departamento Municipal de Habitação - Demhab	51
2.4.17	Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre.....	52
2.4.18	Produtores Rurais/Agricultores.....	55
3	RURAL E URBANO E SEUS DIFERENTES SIGNIFICADOS NO CONTEXTO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE	57
3.1	CIVITAS & URBE	57
3.2	A OCUPAÇÃO TERRITORIAL PELOS POVOS DE ORIGEM EUROPÉIA.....	59
3.3	SÉCULO XX: TRANSFORMAÇÕES E CONTRASTES.....	65

3.4	SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: POLISSEMIAS E TENSÕES	71
4	RURALIDADES PORTOALEGRENSES NA CONTEMPORANEIDADE.....	79
4.1	AMBIGÜIDADES DE UMA “ZONA RURAL” (IN)EXISTENTE.....	79
4.2	RESSIGNIFICAÇÕES: QUANDO RURALIDADES ENCONTRAM URBANIDADES	96
4.3	TENSÕES FRENTE AO RURAL EM PORTO ALEGRE	115
4.4	O RURAL COMO FRONTEIRA DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	117
5	REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS	137

1 APRESENTAÇÃO / INTRODUÇÃO

Como não poderia deixar de ser, o presente estudo não está isento dos sentimentos, interesses, valores, trajetórias, emoções e sensações de quem o escreveu, ao contrário, resulta do modo particular como observo, percebo, sinto, me insiro e me posiciono no mundo em que vivo. O que me leva a iniciá-lo contando já de antemão algo sobre como cheguei a sua elaboração.

Desde sempre fui encantada pelas diferentes formas e expressões da vida. Em decorrência desse deslumbramento e desse desejo pelo conhecimento sobre os seres que conosco convivem, optei pela graduação em biologia. Contudo, ao longo do curso fui percebendo que este não me permitia (ou, ao menos, dificultava) vislumbrar esta conexão indissociável entre objeto e sujeito do conhecimento. Portanto, de certa forma, ao dar início a um mestrado multidisciplinar, almejava questionar, refletir e repensar o que sempre havia estudado até então, sobretudo, aquilo que me era dado como certo.

Tendo em vista que muitos dos projetos que havia participado e trabalhado anteriormente estavam já vinculados ao que se conhece como “rural de Porto Alegre”¹, optei por desenvolver um estudo sobre algum tema a ele relacionado. Apropriando-me então do atual debate local sobre “crescimento urbano” e “zona rural”, comecei a cursar as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural ao mesmo tempo em que já iniciava meus primeiros mergulhos no que viria a ser meu “campo de pesquisa” e nas leituras e bibliografias que me ofereceriam, no futuro, embasamento e direcionamento para a realização da dissertação.

Contudo, neste início, além de alguma vivência prática no universo empírico, apenas a temática geral escolhida, ou seja, o “rural em Porto Alegre”², me era familiar, nada mais. Possuía então uma visão muito panorâmica e distante do universo das ciências sociais, dos referenciais teóricos usadas nos campos da sociologia e antropologia e das metodologias de análise de caráter mais qualitativo. Em virtude desse desconhecimento e dessa inexperiência, me deparei com dificuldades e tropeços iniciais, pois, como descreve GERHARDT (2008),

¹ Nesta ocasião foram utilizadas aspas para destacar o termo “rural”, no entanto, daqui em diante, ao longo dessa dissertação não serão mais utilizadas aspas para tal finalidade. Por outro lado, em se tratando de expressões utilizadas pelos interlocutores, as mesmas permanecerão sendo destacadas entre aspas.

² Optou-se, em alguns momentos, pelo uso da expressão “rural em Porto Alegre” e não “rural de Porto Alegre”. Isso, porque a preposição “de” dá a idéia de um lugar específico, no caso, uma “área rural” ou “zona rural”; já sua congênere “em” possui uma conotação mais ampla, pois nos remete aos significados do rural, no caso, para quem vive “em Porto Alegre”.

“frequentemente nos vemos perdidos num reino obscuro de um conhecimento ainda não articulado até que possamos voltar trazendo à luz significados encobertos”.

De fato, devo dizer que este foi um período de muitas hesitações e dúvidas. Por várias vezes me vi desanimada, tendo em vista ter elaborado três versões diferentes de projetos de pesquisa - os quais, mal acabara de escrever, já sabia que não os poria em prática - com objetivos, hipóteses, problematizações e recortes muito distintos, onde a única coisa que ficava era meu desejo de abordar algo relacionado ao rural em Porto Alegre. Contudo, aos poucos fui me perdendo e me encontrando em meio a “significados encobertos” num duplo processo, por um lado, de estranhamento em relação ao que havia visto na biologia e, por outro, de familiarização no que tange ao que o curso de mestrado vinha me apresentando em termos de aulas, novos autores e bibliografias e, claro, à pesquisa propriamente dita que então se iniciava.

Primeiramente, desejava trabalhar com os “conflitos socioambientais” os quais acreditava serem evidentes com relação ao rural em Porto Alegre, no entanto, na prática esta “evidência” não se configurara tão clara quanto eu havia pensado. Assim sendo, passei a buscar ONGs envolvidas com o rural com o intuito de investigar a diversidade dessas entidades, suas inter-relações, seus vínculos e suas formas de inserção nesse rural. Porém, em seguida, adveio a ampliação desse universo empírico com o “aparecimento” de outros agentes ligados à discussão sobre o rural.

Posteriormente, surgiram novos questionamentos no que diz respeito ao próprio rural em Porto Alegre, visto que este termo é objeto de controvérsias, polissemias e mesmo “esquizofrenias”, como poderemos ver mais adiante neste estudo. Somado a isto, estava minha dificuldade (a qual, confesso, me acompanhou até o final da escrita) de deixar de pensar o rural apenas como uma “zona” física, um “lugar” específico, um “espaço” delimitado para, então, entendê-lo como uma categoria que, dependendo da circunstância e dos propósitos de quem a usava, poderia assumir inúmeros significados.

Ademais, talvez por esta dificuldade, até chegar à idéia de que estaria um curso um processo de ressignificação das ruralidades e urbanidades em Porto Alegre, houve ainda a aposta inicial em uma leitura demasiado neomarxista sobre crescimento urbano. Afora o fato de que este viés interpretativo tender a invisibilizar o protagonismo e o papel ativo dos agentes sociais concretos, das pessoas e das organizações interessadas na discussão sobre o rural, enfatizar a questão a partir deste fenômeno como algo dado reduz e praticamente encerra a questão, visto que ele levaria irremediavelmente ao “fim do rural”. Ocorre que,

como também procurarei mostrar, o “crescimento urbano” revelou-se uma parte apenas da complexidade que envolve o processo de resignificação já referido acima.

Enfim, após muitos meses de indecisões, troca de orientador, reorientações conceituais e metodológicas daí advindas, mas sempre contando com o apoio de colegas e com o auxílio de alguns professores e disciplinas cursadas, finalmente consegui delinear o que viria a ser meu projeto de pesquisa definitivo.

Fundamentada nesse diálogo entre o universo empírico e as discussões sobre ruralidades, esta dissertação almeja trazer à luz uma forma de interpretar (entre tantas que poderiam ser pensadas) como se constituem as diferenciadas significações de rural e urbano, bem como distintas lógicas de apropriação e entendimento do rural em Porto Alegre ao longo do tempo.

Sobre os capítulos que estruturam esta dissertação, o primeiro capítulo abrange: a apresentação e problematização do universo empírico analisado; o processo de construção do problema de pesquisa; uma discussão acerca das opções metodológicas adotadas; a descrição de como se deu o trabalho de campo; uma revisão acerca do método de análise de conteúdo (opção metodológica adotada no trabalho) e, por fim, a caracterização dos agentes, entidades e organizações que foram meus interlocutores ao longo da realização deste estudo.

O segundo capítulo traz uma contextualização histórica acerca das significações de rural e urbano em Porto Alegre, desde a divisão sesmarial do século XVIII até os dias de hoje. Tendo em vista o caráter dinâmico, polissêmico e contextual que caracteriza o acionamento e mobilização das categorias rural e urbano em Porto Alegre (ver capítulo três), a idéia aqui foi mostrar, também numa dimensão temporal, como o sentido sobre o que elas representam não se mostra estático, tanto no passado como nos dias atuais, sendo constantemente resignificadas ao longo do tempo.

A partir dos dados e de todo o material recolhido durante a pesquisa, o capítulo seguinte aborda as visões de ruralidade e urbanidade na Porto Alegre contemporânea, onde idéias e imagens (que ora se opõem, ora se mesclam, ora se confundem) de rural e urbano continuam sendo produzidas, relidas, esquecidas e/ou incorporadas. Perpassando esta parte, está o entendimento de que a dicotomia rural-urbano persiste com força no imaginário social atual, sintetizando, por sua vez, a maneira como nossa própria sociedade ocidental, da qual fazemos parte, se vê a si mesma. Longe de uma oposição fundacional que estaria em vias de extinção devido ao desaparecimento de uma de suas partes constitutivas ou, o que dá no mesmo, à fagocitose de uma delas sobre a outra, rural e urbano persistem, tanto no senso-comum como entre especialistas, povoando e sendo povoadas de significados.

Por fim, as reflexões e considerações finais reapresentam e sintetizam algumas idéias discutidas ao longo do texto com vistas à reconectá-las, a partir do universo empírico em questão, aos estudos sobre as chamadas “novas ruralidades” (SILVA, 2000; WANDERLEY, 2009) ou, então, “outras ruralidades” (CARNEIRO, 2003; MOREIRA, 2002; GERHARDT, 2005).

2 TEM RURAL NA CAPITAL?

Este primeiro capítulo da dissertação inicia de forma propositalmente interrogativa: Tem rural na capital?

Do mesmo modo como foi proposta uma pergunta pode-se ensaiar, já de antemão, também uma resposta: sim e não, ao mesmo tempo.

Mas, como ambas as denotações podem ser simultaneamente possíveis? Quando se afirma e se nega algo concomitantemente, são trazidas à tona as ambivalências, as imprecisões, as ambigüidades que permeiam tais contextos e é justamente nesse sentido que este capítulo inicial propõe uma problematização desse fenômeno social em questão e uma descrição dos passos empreendidos nessa construção, através do relato das etapas da concepção do processo metodológico, a escolha e a proposta do método de análise, bem como a apresentação dos agentes sociais entrevistados para a composição desse estudo.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Anna Tibaijuka, diretora executiva Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), em 2007, pela primeira vez na história da humanidade, a população urbana teria ultrapassado a população rural em níveis mundiais. Na reunião do Conselho Administrativo do UN-Habitat realizada em Nairobi, no Quênia, também foi divulgado um estudo estatístico que sinaliza que, em 2030, dois terços da população mundial viverá em centros urbanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 2010). O diretor do escritório regional do UN-Habitat para América Latina e Caribe, Jorge Gavidia, remeteu-se à Rádio ONU, fazendo o seguinte comentário sobre o impacto do crescimento das cidades:

O mundo já passou nesse momento a marca de 50% das pessoas que vivem em cidades. Na América Latina, 75% das pessoas moram em cidades. Os problemas gerados são a falta de planejamento dessas cidades, que se refletem em uma demanda não satisfeita por serviços básicos: água, esgotos e lixo. No caso da América Latina, agora o problema central é a regularização das propriedades e o serviço de estrutura das nossas cidades (ONU, 2007).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população brasileira já estaria neste caminho há bastante tempo, posto que, dados do mais recente censo

apontam que, no Brasil, mais de 2/3 da população vive em áreas urbanas. Ao longo da década de 90, 81% da população residia em áreas urbanas, hoje são 84% dos brasileiros¹.

Conforme mesmo levantamento, o Rio Grande do Sul também seguiria tal tendência, uma vez que, dos atuais 496 municípios gaúchos, 275 apresentam população urbana maior do que a rural. Ao contabilizar o número populacional, observa-se que 85,1% das pessoas residem em centros urbanos em contraposição a 14,9% que vivem em áreas rurais.

Não obstante, no caso deste mesmo Estado, chama atenção a seguinte afirmação: quatro municípios têm população 100% urbana: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas e Porto Alegre (IBGE, 2010).

O site do jornal Zero Hora veicula a notícia, onde se chama atenção para a segunda linha da manchete (Figura 1):

Figura 1 — Porto Alegre 100% urbana: notícia veiculada no site do Jornal Zero Hora

The screenshot shows the Zero Hora website interface. At the top, there's a weather forecast for Porto Alegre (19.5°C) and a navigation menu. The main article is titled "RS registra aumento de 3,4% na população urbana" with a sub-headline "Porto Alegre e outros três municípios possuem 100% dos moradores vivendo na zona urbana". The article text states: "Os dados do Censo 2010, divulgados nesta segunda-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que o Rio Grande do Sul é majoritariamente urbano. Dos 496 municípios gaúchos, 275 têm mais população urbana do que rural. Ao contabilizar o número populacional, verifica-se que 85,1% das pessoas moram nos centros urbanos contra 14,9% vivendo no campo. Na comparação com 2000, houve um crescimento de 3,45% da população morando na cidade, que passou de 81,65% para 85,1%." There are also related news items on the right side of the page.

Fonte: Extraído do Site do Jornal Zero Hora (RS REGISTRA..., 2010).

Não obstante, alguns autores questionam as definições oficiais utilizadas pelo IBGE para diferenciar, dentro dos municípios, “zonas rurais” de “zonas urbanas”. Em seu livro “Cidades Imaginárias”, Veiga (2002) aponta que os parâmetros utilizados pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que uma localidade seja

¹ Mais adiante, neste estudo, serão problematizadas e discutidas as noções de rural e urbano.

classificada como urbana é de 150 habitantes por km². Assim, salienta o autor, se fôssemos utilizar este mesmo critério para o caso brasileiro, apenas 411 dos 5.507 municípios (existentes no ano 2000) seriam considerados urbanos. No caso dos parâmetros oficiais vigentes no Brasil, estes incluem, como urbanos, os habitantes de qualquer sede municipal². Ocorre que, como ressalta o mesmo autor, esta delimitação de caráter inframunicipal dos territórios urbanos é adotada em poucos países no mundo, quais sejam: El Salvador, Equador, Guatemala, República Dominicana e Brasil.

Desse modo, mesmo grupos indígenas, por exemplo, inseridos no perímetro de alguma sede municipal, seriam considerados urbanos. Por fim, Veiga (2002, p. 66) argumenta que:

[...] o mínimo que se pode dizer a respeito da metodologia oficial de cálculo do ‘grau de urbanização’ do Brasil é que ela é anacrônica e obsoleta. E a evolução das abordagens de delimitação urbana no resto do mundo só confirma que o uso desse indicador deveria exigir extrema cautela.

Como contraponto, é apresentado um trecho de Gerhardt (2005, p. 199), o qual discute sobre as questões problematizadas por José Eli da Veiga:

[...] parâmetros utilizados para classificar realidades sociais e/ou espaciais diferenciadas em termos meramente demográficos são devedores de valores culturais não necessariamente compartilhados por aqueles que nelas vivem. Ainda que se possa concordar com Veiga (2002, p.63) quando este afirma que o “Brasil é menos urbano do que se calcula”, pois a “metodologia oficial de cálculo do ‘grau de urbanização’ no País está obsoleta”, não se pode negar, também, que tal afirmação deixa de considerar em relação a quem, a que idéias, a que representações e a que novos parâmetros, tidos como “mais avançados”, segundo o autor, o Brasil seria menos “urbano”. Enfim, alguém poderia perguntar: a quais referências, critérios, pressupostos, instituições, agentes e interlocutores se estaria aludindo quando se questionam metodologias oficiais encarregadas de medir o “grau de urbanização” do país? Somos “obsoletos” em relação a quais outras formas de aferição?

Todavia, Sarraceno (1996, p. 2) adverte que ainda não foram “definidos de maneira clara” os indicadores que devem ser utilizados, tampouco os limites que deveriam distinguir o rural do urbano. Contudo, parece ser justamente esta a questão: há uma disputa por dizer o que “deve” ser usado como parâmetro classificatório. Ao mesmo tempo em que as definições e os diferentes tipos de uso das categorias “rural” e “urbano” são resultado de (e ao mesmo

² Municípios - São as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criadas através de leis ordinárias das Assembleias Legislativas de cada Unidade da Federação e sancionadas pelo Governador. No caso dos territórios, a criação dos municípios se dá através de lei da Presidência da República.

Cidade - Localidade com o mesmo nome do Município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais.

Capital - Localidade onde se situa a sede do Governo de Unidade Política da Federação, excluído o Distrito Federal (IBGE, 2010).

tempo produzem) um certo conjunto de valores, ambos informam traços identitários de sujeitos ideais (pessoas do campo e da cidade). Em síntese, enquanto categoria fundacional de nossas sociedades ocidentais, o par rural-urbano naturaliza certos modos de ver o mundo, de se comportar nesse mesmo mundo e de propor mudanças nesse mundo.

Cabe ainda outra ressalva, a qual diz respeito aos indicadores que, segundo Sarraceno (1996, p. 2) “[...] não foram definidos de maneira clara”. Ora, tanto o IBGE quanto a OCDE apresentam indicadores bastante claros sim. O que ocorre é que ao “definir” tais indicadores, surgem ambigüidades, contradições, dúvidas, sobreposições e reapropriações, fazendo com que a todo momento rural e urbano estejam se interpenetrando e diferenciando um do outro. Assim, como nenhum órgão oficial - ONU, OCDE, UE, IBGE, prefeitura de Porto Alegre etc. - têm obtido êxito em “[...] encontrar uma definição que satisfaça a todos, ainda que por tempo limitado”, será exatamente esta dificuldade de se achar “uma definição que satisfaça a todos” que faz com que todos continuem a procurá-la constante e incessantemente.

Ao seguir as diretrizes da legislação definidas pelo próprio poder municipal, no caso de Porto Alegre, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PORTO ALEGRE, 1999), o IBGE não define propriamente o que são áreas rurais, a não ser por exclusão, ou seja, como aquelas que não são urbanas. Assim sendo, esta autonomia que os municípios possuem para definir áreas rurais e urbanas acaba por tornar ainda mais confusas tais definições.

Sobre tal desconsideração tácita, Wanderley (2009, p. 242) argumenta que, “[...] ao tornar natural o avanço da cidade sobre o campo, acaba-se por deslegitimar qualquer programa de desenvolvimento rural, bastando que se espere a sucessão dos censos para comprovar o fim deste mundo rural”. Acerca do “avanço da cidade”, um entrevistado³ representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) argumenta:

O Programa Minha Casa, Minha Vida é uma ferramenta muito importante em termos de política de habitação social no país, né? Que pode se constituir como um grande programa também de sustentabilidade. Por quê? Porque dependendo da forma como é amarrado o programa, tu pode ter a obrigação de que de certa forma tenha que haver saneamento básico, tratamento de esgoto, tu não pode simplesmente produzir a unidade habitacional sem que ela tenha essa visão sistêmica de habitabilidade, que a gente chama. [...] isso vai tá possibilitando uma ação do Estado em termos de saúde preventiva ao invés de ter gastos com saúde curativa, né? Porque tá provado através de estudos do próprio Banco Mundial que, para cada um real que se investe em saneamento, tu poupa 4,5 reais em saúde curativa. Eu acho que aos trancos e barrancos o Brasil caminha para essa evolução (Representante Sinduscon-RS).

³ No tópico 2.4 intitulado “O espaço em comum e as quimeras de cada um: a diversidade em torno do rural em Porto Alegre” é feita a caracterização de todos os agentes envolvidos na discussão a que se propõe este estudo.

Além de simplesmente se desconsiderar a existência do “mundo rural”, como nomeia Wanderley e, com isso, implicitamente prenciar seu desaparecimento, a perspectiva acima traz subjacente a negação de que outros modos de vida possam existir: um lugar onde não seja necessário (ou mesmo desejado!) recolhimento de esgoto, água encanada ou coleta de lixo. Além de corroborar com o que afirma Wanderley (2009), percebe-se tanto na alocação do representante do Sinduscon-RS, quanto no comentário do representante da ONU, Jorge Gavidia, evidentes influências positivistas e evolucionistas. Ao mesmo tempo em que a urbanização é vista como algo positivo, esperado, civilizado, como objetivo final que se quer alcançar, o rural é ignorado ou então desqualificado como arcaico, decadente, atrasado, ultrapassado.

Embora tenha clareza acerca do processo de “avanço da cidade”, um produtor ecológico do Lami, também entrevistado no decorrer deste estudo, contrapõe-se a esta visão ao ponderar:

A preocupação que nós temos é o avanço da cidade, a cidade tá vindo muito rápido prá cá. Devastam e fazem condomínio [...]. Eu participei desses orçamentos participativos e isso não serve para mim, porque o que é que tinha lá? Ah, porque nós precisamos de pavimentação, nós precisamos de iluminação pública, precisamos disso e aquilo... isso é o convite! Porque no momento que tu coloca aqui asfalto, iluminação pública, água, esgoto [...]. Como é que nós vamos produzir com a cidade aqui? (Produtor Ecológico do Lami).

Freqüentemente, as diferenças entre rural e urbano são apresentadas de duas formas distintas: uma, de natureza socioespacial, vinculada à maneira como estão disseminadas as populações e as cidades no território, e outra de natureza cultural, ligada a modos diferenciados de ser no mundo. Contudo, este duplo processo envolvendo a monopolização de certos pontos de vista depreciativos e a imposição de um destino inexorável ao rural encontra-se vinculado ao fato de que, também no caso dos contrastes entre rural e urbano, estamos diante de uma daquelas “[...] grandes oposições obrigatórias que, paradoxalmente, unem os que opõem, uma vez que é necessário ter em comum o admiti-las para se tornar possível uma a discussão a respeito” (BOURDIEU, 1998, p. 85).

De fato, o processo de ressignificação das categorias rural e urbano se apresenta, via de regra, a partir da identificação, operacionalização e objetivação de oposições idealizadas que ajudam a orquestrar todo um trabalho de divisão e visão do mundo (BOURDIEU, 1998). Assim, quando acionado o par rural-urbano, tem-se, ao mesmo tempo, a mobilização de oposições do tipo: campo x cidade; agricultura x indústria; tradicional x moderno; atrasado x avançado; simples x complexo; provinciano x cosmopolita; isolado x conectado; vazio x cheio; conservador x inovador; passado x futuro; solidarismo x individualismo; lugar do

arcaico x lugar do progresso; saber local x conhecimento científico; comunidade x sociedade; natureza x cultura; estável x dinâmico; rígido/duro x flexível/fluído; relações pessoalizadas x relação contratual; menor x maior mobilidade social; baixa x alta densidade demográfica etc.

A partir deste universo classificatório dicotomizado, o processo de cristalização de representações e práticas se consuma quando, ao acionar o par rural-urbano, tais dicotomias vêm à tona como classificações “fixas e fechadas”, como assinala Moreira (2002, p. 6). Contudo, tal fenômeno de divisão-visão social referido acima acha-se vinculado a preponderância de um pólo dominante, no caso, ligado ao sentimento de urbanidade, aos espaços classificados como urbanizados, ao processo de urbanização, aos modos de vida tidos como urbanos, aos comportamentos considerados urbanos etc.

Já no que tange ao trabalho de instituição de diferenças entre rural e urbano, na quase totalidade dos casos, este será efetuado - a partir da imposição simbólica e da legitimidade que lhes é socialmente conferida - por pessoas e grupos sociais que se vêem e são vistos como “urbanos”, que vivem e moram nas “cidades”. Afinal, é de se perguntar de onde vêm a quase totalidade dos funcionários da ONU, OCDE, UE, IBGE e prefeitura municipal encarregados de delimitar os parâmetros oficiais que irão diferenciar rural de urbano? Ou seja, onde residem José Eli da Veiga, Anna Tibaijuka e Jorge Gavidia? Como se pode notar, ainda que a indeterminação parcial de certas “características objetivas” autorize “interpretações antagônicas [...], oferecendo ao pólo dominado uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica” (BOURDIEU, 2009, p. 22), diferenças visíveis entre rural e urbano são socialmente construídas a partir de representações e práticas assimétricas.

Disso, se poderia indagar: seria então uma tendência natural o rural se transformar em urbano? Populações e grupos sociais que se vêem e são vistos como rurais deveriam, irremediavelmente, para o seu próprio bem, aceitar o convite e serem integrados e “bem-vindos!” ao universo urbano? Não haveria outra saída senão uma rendição incondicional do rural ao urbano? O avanço da urbanização implicaria, inexoravelmente, uma total e completa desruralização? Como se tentará mostrar ao longo deste trabalho, ao contrário deste prenúncio sem volta, em meio ao fenômeno social em questão deparamo-nos com uma pluralidade de sentidos, vivências e saberes que, ao mesmo tempo, perpassam e ajudam a construir significações acerca do par rural-urbano. Em seu livro “O Campo e a Cidade”, Raymond Williams (1989, p.11) enfatiza que, se levamos em conta sua representatividade na vivência das comunidades humanas, “campo e cidade são palavras muito poderosas”. Conforme o autor:

[...] campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 1989, p. 11).

No decorrer do texto, Williams discorre sobre inúmeros contrastes, tanto na literatura, quanto na história, que esta representação foi assumindo ao longo do tempo. Contudo, além desta ambigüidade de sentidos e valores presentes na dicotomia campo e cidade, o mesmo indica como ambas tornaram-se, ao longo dos últimos cinco séculos, categorias fundacionais das sociedades ocidentais: “[...] o contraste entre campo e cidade é, de modo claro, uma das principais maneiras de adquirirmos consciência de uma parte central de nossa experiência e das crises de nossa sociedade” (WILLIAMS, 1989, p. 387).

De fato, podem-se traçar paralelos entre o que descreve Williams e as falas de alguns entrevistados neste estudo, as quais se interconectam no que tange às diferentes associações e valorizações (tanto negativas quanto positivas) vinculadas ao par rural-urbano: “O rural é outro tempo, é outro ar, é outro cheiro, é outro espaço [...], no campo até o cheiro de bosta é uma coisa boa (risos)” (Representante CasaTierra). Ou ainda:

Se tu chamar essa zona aqui de zona rural parece que tu tá depreciando a área... isso é uma coisa que a gente quer meio que (pausa)... se estigmatizou esta área aqui como zona rural. Não é zona rural, é uma zona urbana, tanto que tá aqui próximo da José Remião e tal. (Representante DHZ Construções).

Eu to vivendo um momento assim que eu não suporto mais viver na cidade [...], é muito consumismo, quero viver a vida mais livre disso, as pessoas são muito individualistas aqui. Lá [no rural] eu percebo as relações humanas bem diferentes. (Representante Instituto Econsciência).

Como inúmeras outras categorias operatórias que usamos em nosso cotidiano, rural e urbano fazem parte de esquemas classificatórios aceitos de maneira implícita e que remetem a uma série de lugares comuns que, por sua vez, “[...] estruturam [nossa] percepção do mundo” (BOURDIEU, 1998, p. 118). Embora se possa divergir sobre o que representam campo e cidade, rural e urbano constituem terrenos de acordo semântico, visto que, por ser evidente, todos “sabem” (no sentido de partilhar algo em comum) do que se está falando; e, sendo assim, como argumenta novamente Bourdieu (1998, p. 119), tais dicotomias “[...] viabilizam o acordo em meio ao desacordo”.

Dito isso, e frente à multiplicidade de sentidos aqui já referida, indaga-se neste momento: o que seria urbano e o que seria rural para estatísticos, agricultores, empresários da construção civil, representantes do poder público, integrantes de ONGs ambientalistas, para o leitor, para diferentes pesquisadores e, claro, para a própria autora deste trabalho?

Obviamente, este estudo não se propõe a categorizar rural e urbano com o intuito de atribuir-lhes um papel classificatório, já supostamente pré-existente, mas que estaria encoberto nos discursos dos agentes envolvidos. De acordo com Gerhardt (2005, p. 226):

Para cada elemento que, eventualmente, algum cientista social pudesse apontar como constituindo uma diferença essencial (ontológica) entre “rural” e “urbano”, seria possível, da mesma forma, para um outro pesquisador, relativizar tal diferença apresentando muitas outras particularidades e similitudes compartilhadas pelas realidades sociais que ambas as categorias tentam representar.

Nestas condições, o mesmo autor ainda argumenta que, quando um pesquisador busca tratar temas rurais,

[...] precisará aceitar o fato de que esta é uma categoria de uso comum – tanto para leigos, economistas, antropólogos e historiadores, como para sociólogos – cujos sentidos, queira ele ou não, ajudaram a colonizar suas construções analíticas, bem como argumentos que, porventura, venham a estar embasando suas reflexões (GERHARDT, 2005, p.226).

Neste sentido, entende-se que, na contemporaneidade, a complexidade das relações sociais apresenta, concomitantemente, “fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo, assim, com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano” (MOREIRA, 2002, p. 6). Como aqueles que falam sobre rural e urbano acham-se todos incluídos no próprio objeto que desejam representar (visto que são pessoas no mundo, seja ele rural ou urbano), não há como escapar à incorporação de “esquemas inconscientes de percepção e de apreciação” (BOURDIEU, 2008, p.14) os quais, por sua vez, permitem às pessoas de um modo geral agirem objetivamente sobre estes dois universos representacionais socialmente construídos. Tais esquemas, contudo, dependerão e serão informados e formatados a partir de diferentes trajetórias sociais e experiências de vida, das posições sociais ocupadas, da qualidade do contato com distintos ambientes físicos e, claro, da circunstância pragmática (o aqui e agora) em que são acionados. Este estudo, por conseguinte, buscará descrever, a partir do seu uso prático em contextos específicos (entrevistas, sites de internet, documentos oficiais, textos científicos, livros históricos, etc.), como são acionadas e qualificadas as categorias rural e urbano, através de um recuo histórico, desde a Porto Alegre do século XVIII até os dias de hoje. Do mesmo modo, considerando o universo empírico da presente pesquisa, os agentes envolvidos e seus diferentes interesses, se pretende analisar como diferentes conteúdos mobilizados em seus discursos se interconectam, se opõem, se distanciam, se repelem, se atraem e se cruzam. Em síntese, busca-se trazer à luz algo daquilo que estaria subjacente a este tipo de procedimento, o qual permite, em última instância,

categorizar pessoas (como rurais e urbanas), classificar espaços (como rurais e urbanos), caracterizar modos de vida (como rurais e urbanos), ordenar, qualificar e hierarquizar valores (rurais e urbanos) e, por fim, organizar o mundo a nossa volta (com políticas voltadas ao rural e ao urbano).

Para tanto, análises e reflexões aqui apresentadas tiveram como base a seguinte hipótese de pesquisa: apesar das ressignificações acerca das categorias rural e de urbano em Porto Alegre serem socialmente construídas ao longo do tempo, este processo também diz respeito a modificações de ordem objetiva como, neste caso, o crescimento urbano⁴. Portanto, aqui haveria um duplo movimento, ao mesmo tempo complementar e antagônico, que se desdobra no tempo: sentidos que se materializam em ações e transformações concretas que instigam ressignificações. Tal fenômeno, por sua vez, é que estaria por trás das tensões e disputas materiais e simbólicas que se revelam tanto por meio da pressão do mercado imobiliário sobre espaços, pessoas, atividades, modos de vida, fauna, flora, paisagens, quanto pelas manifestações, ações, contestações de comunidades locais, ONGs socioambientalistas e movimentos sociais que, de diferentes formas e com distintos objetivos, se contrapõem às modificações daí decorrentes. Em suma, estamos diante de um processo paralelo que envolve, por um lado, diferentes apropriações de um dado território e, por outro, a própria ressignificação deste mesmo território⁵.

Com base nas hipóteses acima descritas e a partir da identificação da heterogeneidade de olhares, discursos, usos e apropriações das categorias rural e urbano efetuados por diferentes agentes sociais que vivem a realidade portoalegrense, tem-se então como objetivo geral analisar historicamente este duplo fenômeno de ressignificação-apropriação envolvendo o uso operatório e cotidiano destas duas categorias fundacionais.

Decompondo este objetivo geral, apresentam-se ainda três objetivos específicos:

- a) reconstruir e evidenciar historicamente parte das significações de rural e urbano que estiveram presentes desde a constituição de Porto Alegre enquanto tal;

⁴ Conceitualmente, há uma diferenciação entre crescimento urbano e urbanização. Crescimento urbano indicaria a expansão física de uma cidade, ou seja, aumento em área de uma cidade; já urbanização seria o rápido crescimento da população urbana em relação ao crescimento da população rural de uma área, estado ou país.

⁵ Milton Santos (2005, p.252), em sua obra “O retorno do território”, confere ao “território” um estatuto teórico e, com isso, uma possibilidade de aprofundamento do diálogo entre a Geografia e as demais disciplinas do conhecimento. Propõe, portanto, que este conceito seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. Em suma, Milton Santos argumenta que o território “é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história, a cada instante” (SANTOS, 2005, p.257), e é no contexto da proposta do autor que este conceito é utilizado na presente dissertação. Para um maior aprofundamento ver Santos (2005).

- b) identificar e caracterizar os agentes sociais que constituem redes de relações de algum modo relacionadas à discussão sobre transformações envolvendo o rural e o urbano;
- c) descrever, através da análise de conteúdo de seus discursos, como se dão as disputas simbólicas efetuadas por estes diferentes sujeitos, os quais buscam, a todo o momento, legitimar e monopolizar determinados pontos de vista em detrimento de outros acerca das distintas lógicas de apropriação, significação, uso e ocupação do rural em Porto Alegre.

Dito isso, espera-se que, a partir da análise acerca do processo de ressignificação do rural e urbano levado a cabo por diferentes agentes sociais para o caso específico de em Porto Alegre, as discussões aqui apresentadas permitam ampliar as reflexões acerca do “lugar do rural na sociedade contemporânea” (CARNEIRO, 2003, p.18).

2.2 A CONCEPÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO

Observar não é olhar, mas fazê-lo intencionalmente. O nosso olhar nunca é isento: observamos com o olhar da nossa cultura, da nossa profissão, da nossa idade; enfim, sobre nosso olhar há os véus de todas as teorias e valores que acolhemos e com os quais construímos nossas vidas. Sendo tão marcado culturalmente, o olhar não vê "tudo o que acontece". Seleccionamos o que nos desperta interesse, quer seja pela familiaridade ou pelo estranhamento (BENDAZZOLI, 2010).

Ao longo do caminho percorrido desde o início da construção dessa dissertação não se teve a pretensão de enxergar “através” dos véus de que fala Sirlene Bendazzoli, mas, sim, pô-los a prova, testar sua elasticidade, seus limites e, ao mesmo tempo, sobrepô-los, misturá-los, suspendê-los, enfim, ver até onde suportam a indisciplina de um olhar que busca se voltar para e contra algumas das “teorias e valores” neles “acolhidos”. Se mesmo num trabalho acadêmico temos que lidar com véus (neste caso, nossos pressupostos), por outro lado, ao pesquisador competirá lhes conferir suas cores, seu tamanho, sua espessura, leveza, opacidade, sua austeridade e maleabilidade. Ao mesmo tempo, como alguns deles envelhecem, desbotam, perdem sua utilidade, veracidade, encanto, sempre há a possibilidade de deixá-los em algum canto e, claro, de encontrar outros véus pelo caminho. Neste sentido, ao assumir determinados pressupostos metodológicos, como os descritos abaixo, estes devem ser vistos como ponto de partida para que, a partir deles, como sustenta a autora acima, fosse possível “seleccionar o que nos desperta interesse”.

Obviamente, se está consciente de que a eventual determinação de métodos e procedimentos adotados, sua seleção, delimitação e mesmo modificação ao longo da pesquisa encontram-se acompanhados de uma série de implicações éticas tanto no âmbito do pesquisador e do fenômeno estudado, quanto da própria estrutura do campo de conhecimento no qual se realiza o estudo. O que levou a pesquisadora, no que diz respeito ao seu percurso metodológico, a estar atenta às possíveis implicações vinculadas às escolhas que eventualmente eram feitas, sobretudo, no que concerne aos resultados da pesquisa e suas conseqüências para fora dos muros acadêmicos. O que segue resulta deste estado de permanente questionamento sobre o andamento e a condução do trabalho.

Contudo, isso também significa admitir que, ao longo do processo de construção da pesquisa, o diálogo entre universo empírico e leituras de caráter mais teórico-conceitual ligadas ao tema das ruralidades contemporâneas fez com que incorporações e reformulações fossem sendo feitas no que tange aos procedimentos metodológicos. Ocorre que, como argumenta Serapioni (2000, p. 189), a questão essencial sobre um método não é “se, e quanto, ele é verdadeiro, mas se, e quanto ele é útil para arar o terreno empírico que se tem pela frente”. Dito de outro modo, o mesmo autor ainda sustenta que nosso juízo em relação ao valor do método deve ser relacionado à sua “fertilidade para nos aproximar da realidade estudada”.

No caso do presente estudo, optou-se por realizar um Estudo de Caso, método este que tem como objeto de pesquisa uma unidade relativamente bem delimitada. Segundo Martins (2002), é uma investigação que se assume como “particularística”, pois se inclina sobre um contexto específico, seja este último relacionado a uma determinada questão, controvérsia, realidade, situação, processo, evento ou conflito. Entretanto, o próprio autor ressalta que um estudo de caso não precisa ser meramente descritivo, visto que este mergulho empírico dá ao pesquisador a possibilidade de desenvolver um trabalho de caráter mais propriamente analítico. Da mesma forma, ainda que se esteja ciente do alcance e dos limites que tal método impõe, optar por este tipo de procedimento abre as portas para confrontar (seja por contraste, seja por aproximação, seja na própria pesquisa, seja em trabalhos posteriores) este mesmo contexto particular com outros estudos de caso envolvendo outras questões, controvérsias, realidades, processos, eventos, conflitos. Ademais, embora não tenha sido o caso aqui, nada impede que descrições e reflexões produzidas a partir de um estudo de caso possam futuramente vir a dialogar com teorias e discussões mais abrangentes.

A despeito das inúmeras possibilidades explicativas advindas de métodos mais quantitativos, no que tange a abordagem geral da dissertação, adotou-se um enfoque

qualitativo. Sobre os primeiros, Dalfovo et al. (2008) comentam que, em geral, os estudos quantitativos prendem-se a modelizações onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre fenômenos e situações que almeja estudar. Ao reduzir a realidade a um modelo estruturado de análise idealizado *a priori*, os dados são analisados com apoio da estatística e/ou outras técnicas matemáticas e seus critérios de cientificidade são a verificação, a demonstração, os testes e a lógica matemática (GRESSLER, 2003). Logo, a coleta de dados tende a enfatizar um conjunto de números, fórmulas, equações (ou informações conversíveis em números, fórmulas, equações) que reflita (que espelhe) a própria realidade objetiva como se ela mesma fosse. Disto então resultaria a possibilidade de verificar e aceitar ou não as hipóteses que haviam sido anteriormente formuladas e, eventualmente, prever cenários e fenômenos futuros.

Contudo, Triviños (1987) ressalta que, muitas vezes, a simples quantificação dos fenômenos sociais pode levar a um olhar deveras positivista e reducionista sobre a realidade estudada. Isto porque, como sustenta Minayo (2009, p. 65), “[...] não há fronteiras nítidas entre a coleta das informações, início do processo de análise e a interpretação”. Sobre este ponto específico, Luis Cardoso de Oliveira (2007, p.3 e p.9⁶ apud GERHARDT, 2008, p.9) vai ainda mais além ao sustentar que, no caso do pesquisador, “não é possível nem seria desejável definir ou prever com precisão todos os seus interesses (presentes e futuros) de pesquisa [...]. O próprio objeto da pesquisa precisa ser negociado, trata-se de uma experiência cujos resultados não podem ser propriamente medidos, mas cujo poder elucidativo pode ser fundamentado”.

Por outro lado, abordagens de cunho mais qualitativo, sobretudo aquelas com ênfase fenomenológica, diferem de enfoques quantitativos não só por não empregar instrumentos estatísticos como base para sua análise. Esse tipo de abordagem destaca Gressler (2003), permite uma maior maleabilidade no que concerne ao processo de seleção, construção e reestruturação de procedimentos analíticos e instrumentos descritivos que eventualmente possam vir a ser adotados. Além disso, é possível relativizar determinados *a prioris* (véus), tendo em vista que tais escolhas são muito mais o resultado, ao mesmo tempo, da interação do pesquisador com contextos empíricos circunstanciais e de sua interlocução com as pessoas que fazem parte destes mesmos contextos.

Segundo Franco (1986), enfatizar dialeticamente a qualidade dos fenômenos sociais tende a deixar o observador mais aberto à interpretação dos inúmeros fatores (sociais,

⁶ OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. Série Antropologia, Vol. 413, Brasília: DAN/UnB, 2007.

culturais, econômicos, ambientais, políticos, entre outros) que compõem a complexidade de uma realidade social qualquer. Assim, ao invés de ocultar (através de artifícios matemáticos e/ou estatísticos) as múltiplas dimensões que envolvem a construção de um problema/objeto de pesquisa e, igualmente, a diversidade das experiências vivenciadas pelo pesquisador em campo, buscou-se, além de explicitá-las o máximo possível, abrir a guarda para o que ambas poderiam informar acerca do universo empírico pesquisado.

A compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as conduzem (sua subjetividade e simbolismo) é bastante diferenciada do agrupamento de fenômenos feito a partir de conceitos e/ou categorias genéricas induzidas e inferidas aprioristicamente através de observações e experimentações. De acordo com Minayo e Deslandes (1993, p.70), em um âmbito mais geral, o desafio está em “compreender um fenômeno não previamente examinável em sua totalidade e, ao mesmo tempo, expor explicitamente o papel do pesquisador na produção e interpretação dos dados”. Sobre este ponto, para Franco (1986, p.32-33):

Em uma concepção crítica da realidade social, a realização de pesquisas não é vista somente como um processo unilateral. Ao contrário, é percebida como um processo multidirecionado e de ampla interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Nesse caso, nem sempre o consenso, a linearidade e a ordenação podem ser considerados como indicadores da qualidade teórico-metodológica e da relevância do produto final. É necessário, também, facilitar a emergência das contradições que representam os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes em uma situação social.

Tomar como premissa (como véu) o universo social como um mundo de significados passível de investigação e a “linguagem comum” ou a “fala” como sua “matéria-prima” (MINAYO; DESLANDES, 1993, p. 239-240), não significa, obviamente, que as “falas” aí mobilizadas sejam sempre consensuais. Deste modo, em termos metodológicos, o que se buscou foi, a partir de um olhar “multidirecionado”, interagir com “os diferentes” de modo a justamente “facilitar a emergência das contradições” e “pontos de vista conflitantes”.

Embora neste caso a pesquisadora possa ser vista como um “diferente” de tipo peculiar, o contado e a interlocução, bem como a forma de interação social (ainda que por meio de entrevistas) que se estabeleceu estão sujeitos, como alerta Minayo (2009, p.65), “à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade”. Apesar desta semelhança, porém, como argumenta Gerhardt (2008, p.50), se “‘observadores observados’, por um lado, ‘jogam com as mesmas armas’ do ‘observador de observadores’, por outro, estes não estão no mesmo lugar discursivo e não pensam sobre o outro como aquele”. Além disso, no caso desta diferença de lugar, Amorim (2004, p.31) alerta ainda que,

[...] mesmo numa situação em que o pesquisador não se diferencia em nada de seu sujeito de pesquisa [...], de todo modo, a diferença que permeia o ato de pesquisa estará lá, tornando esse sujeito um outro. Colocar esse sujeito no lugar do objeto de estudo instaura entre o sujeito cognoscente e o sujeito a conhecer uma relação de alteridade fundamental que emerge de uma diferença de lugar na construção do saber. O outro se torna estrangeiro pelo simples fato de se pretender estudá-lo.

Mergulhar, de forma regular, interessada e sistemática num campo discursivo marcado por ambigüidades semânticas, divergências compreensivas e disputas materiais e simbólicas implica expressar, representar e traduzir, de diferentes maneiras, “a luz e a sombra” de uma dada realidade social (MINAYO, 2009, p.65). Seja no caso do uso de “fontes secundárias”, seja no ato da conversação que uma situação de entrevista supõe, seja nos conteúdos produzidos a partir da interlocução que aí se estabeleceu⁷, uma obliteração se dará, visto que, posteriormente, será preciso, primeiro, selecionar (seja de modo consciente ou contingente) quais fontes, quais conversas e quais conteúdos sobrevirão no trabalho de pesquisa e, segundo, o que se fará com estes “dados” em termos descritivos e analíticos.

No caso da pesquisa de campo propriamente dita, esta dividiu-se em duas fases. Inicialmente, realizou-se o chamado “campo exploratório”, onde foram identificados (através de contatos já constituídos anteriormente e de novas investigações) moradores e produtores rurais do que se conhece como “região sul”⁸, empresários e empreendedores, funcionários de órgãos municipais e outros representantes do poder público, integrantes de organizações não-governamentais, associações e sindicatos.

Ao mesmo tempo, foram sendo agendadas conversas informais e feitos os primeiros contatos telefônicos e/ou via email com o intuito de fazer, por um lado, um mapeamento inicial do universo empírico da pesquisa e, por outro, um levantamento prévio de informações sobre possíveis agentes e/ou grupos sociais a serem futuramente entrevistados. Concomitantemente, iam sendo também realizadas pesquisas bibliográficas e via internet, examinados documentos oficiais e instrumentos legais relacionados ao tema, tais como o PDDUA e dados obtidos através da Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA), da Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio (SMIC), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e do IBGE. Posteriormente, a pesquisa de campo prosseguiu com a observação direta de cursos, encontros, reuniões, atividades práticas e registros em diário de campo.

⁷ Como no tópico seguinte será feita uma discussão específica sobre análise de conteúdo, método adotado no presente trabalho, não se abordará este tema neste momento.

⁸ No caso de Porto Alegre, quando se fala em “rural”, normalmente se associa este imediatamente às áreas identificadas com o “sul” do município.

Assim, a partir da elaboração de um primeiro roteiro de questões semi-estruturado, iniciou-se a fase de realização de entrevistas. Por um lado, a utilização de um roteiro contendo já determinados pontos a serem abordados permitiu direcionar as entrevistas focando estas naquelas questões diretamente relacionadas ao problema de pesquisa proposto. Porém, a idéia básica, neste caso, sempre foi tentar estabelecer um diálogo franco e aberto entre pesquisador e seus interlocutores de modo que este último pudesse discorrer sobre determinado assunto sem ficar necessariamente preso a perguntas e comentários previamente selecionados pelo primeiro⁹.

Ainda sobre o roteiro em questão, obviamente que sua confecção resulta de um estudo anterior sobre o fenômeno social analisado. Entretanto, seu conteúdo logo passou por várias modificações. Primeiro, porque havia sido inicialmente elaborado para entrevistas com representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs), grupos sociais tidos como “alvo prioritário” no início do estudo. Contudo, já no começo do trabalho de campo, constatou-se a necessidade de ir atrás de diversos outros agentes sociais de algum modo envolvidos com a discussão sobre o rural em Porto Alegre.

De fato, esta primeira fase do trabalho foi significativa tendo em vista que levou ao redirecionamento e reestruturação dos caminhos e do desenvolvimento da pesquisa. Assim, apesar de se ter inicialmente selecionado pontos prévios para discussão, ao longo do trabalho de campo as questões abordadas foram paulatinamente sendo reformuladas, guiadas e tratadas a partir dos interesses que mobilizavam a atenção dos próprios entrevistados e não só do pesquisador.

Sobre como se chegou aos entrevistados, buscou-se, primeiramente, levar em conta pessoas com um grau mínimo de envolvimento com tema de pesquisa. Além disso, como os rumos desta foram mudando com o passar do tempo, o envolvimento que foi sendo construído entre pesquisadora e entrevistados levou a primeira a seguir suas recomendações e mesmo perguntar, ao final dos encontros, diretamente a eles sobre sugestões e indicações de outras pessoas, grupos, órgãos e instituições que seriam interessantes de se contatar.

Tal procedimento permitiu cumprir dois objetivos básicos: abranger a diversidade do debate e, ao mesmo tempo, se aproximar, como diria Bourdieu (2009), daqueles agentes que

⁹ Apesar de almejar este caráter mais espontâneo, no caso da qualidade do diálogo estabelecido, está-se ciente de que qualquer entrevista possui um elemento direcionador que a própria “situação entrevista” impõe. Como notou Bourdieu (1998, p. 695), na situação de entrevista, “é o pesquisador que inicia o jogo e estabelece as regras do jogo, é quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado”. Ademais, como alerta Gerhardt (2008, p.38), “não se trata, portanto, apenas de uma conversa (embora também o seja), até porque esta denota uma experiência que não produz efeitos práticos facilmente percebíveis (muitas vezes, se extingue em si mesma), o que não foi o caso”.

tendem a representar, legitimamente, diferentes organizações, empresas, órgãos públicos e/ou grupos sociais inseridos no debate aqui apresentado. Nessas condições, seja agindo individualmente seja atuando como porta-voz de uma dada instituição, as pessoas contatadas são reconhecidas e se reconhecem como tendo algum tipo de vinculação com o rural em Porto Alegre.

Sobre o grau de legitimidade que alguns entrevistados possuíam para “representar” as instituições, entidades, empresas e organizações as quais eventualmente pertenciam ou trabalhavam, este variou bastante. Assim, se alguns deles poderiam ser vistos como “porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo”, tendo com isso “o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo” (BOURDIEU, 2009, p.158), já outros não detinham este grau de autoridade instituída. Assim, se, por exemplo, um integrante do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá) possui elevada legitimidade concedida pelos demais membros desta ONG para falar em seu nome - o que significa não só um compartilhamento de valores, mas, como alertam Berger e Luckmann (1985, p.128) - também um relativo conhecimento prévio destes acerca do que irá ser dito pelo seu “representante” no momento da entrevista - tal reconhecimento, no caso de um vereador municipal, não será o mesmo no caso de seus colegas de Poder Legislativo.

De todo modo, como explica Bourdieu (2009), todos os entrevistados ocupavam uma “posição social” mais ou menos definida, o que significa que, ao falarem sobre a temática em questão, traziam consigo para suas falas algo desta mesma posição: “[...] os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas [...]. Cada um deles está acantonado numa posição ou uma classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço” social (BOURDIEU, 2009, p.134). Tendo isto em vista, ao longo da pesquisa de campo buscou-se contemplar o máximo possível esta diversidade de posições.

Quando do início dos contatos com as pessoas entrevistadas, já se dispunha, a priori, de informações a respeito de algumas instituições, ONGs, empresas e grupos vinculados ao rural em Porto Alegre. No entanto, como já foi dito, o leque de pessoas e organizações foi se ampliando ao longo do trabalho de campo através de indicações feitas pelos próprios entrevistados. Além disso, por exemplo, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) era um órgão da Prefeitura que, desde o princípio, estava entre os possíveis entrevistados, mas não se conhecia ainda nenhum representante que poderia falar sobre o assunto dentro da Secretaria. Nesses casos, agia-se da seguinte maneira: fazia-se um primeiro contato telefônico para o número geral da Secretaria e pedia-se a transferência da ligação para o setor que tratasse diretamente com o rural em Porto Alegre. Contudo, como os agentes que atuam junto

ao rural em Porto Alegre são, em geral conhecidos e reconhecidos entre si, aos poucos os nomes citados e indicados passavam a se repetir, denotando uma confluência e maior segurança para a pesquisadora quanto aos agentes a serem entrevistados.

Foi elaborado ainda um termo de consentimento (ver anexo), o qual era apresentado ao interlocutor já no início da entrevista. Neste momento, além de solicitar a permissão para a gravação da entrevista, falava-se sobre o contexto da dissertação a ser desenvolvida e sobre os procedimentos seguidos durante o encontro. Dentre os entrevistados para a composição desta pesquisa, apenas os representantes da SMAM (única entrevista realizada com dois interlocutores juntos) não permitiram a gravação da conversa, decisão esta que foi imediatamente acatada pela pesquisadora. Neste caso, foram feitas anotações no caderno de campo, procurando manter um mínimo de fidedignidade ao sentido conferido pelos interlocutores.

Com efeito, o caderno de campo também era freqüentemente utilizado para tomar nota de alguma observação relevante acerca do interlocutor ou da situação/condição da entrevista. Por vezes, as anotações eram feitas na presença dos entrevistados quando tratavam de aspectos que estavam sendo discutidos e que não causavam constrangimentos. Além disso, o percurso no ônibus de volta para casa tornou-se espaço habitual para registro das impressões das entrevistas. Assim, ainda que as gravações tenham sido bastante exploradas, proporcionando inúmeras horas de áudio que poderiam ser ouvidas tantas vezes quantas fossem necessárias, o caderno de campo foi instrumento essencial para a pesquisa, visto que permitiu, posteriormente, o acesso a impressões não diretamente acessíveis ao pesquisador. Estes registros escritos, portanto, auxiliaram bastante no momento da organização estrutural das informações e, é claro, na análise dos dados coletados.

Apesar de haver diversas outras pessoas e instituições envolvidas com a temática - as quais, certamente, poderiam ser entrevistados e ter contribuído para este estudo -, o fim da realização de encontros gravados se deu quando muitos aspectos, falas, idéias, argumentos e afirmações contidas nos depoimentos passaram a se repetir, denotando o que se conhece por “efeito de saturação” da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Em seguida, passou-se então à etapa de degravação-transcrição do material gravado, procedimento este que exigiu esforço, dedicação e bastante paciência, mas que, ao mesmo tempo, suscitava entusiasmo e muitas reflexões acerca do tema, dos agentes e do universo empírico em que a pesquisadora encontrava-se imersa.

Somadas às entrevistas realizadas diretamente com os agentes sociais, diversos outros tipos de materiais foram selecionados e utilizados como fontes de dados, tais como: panfletos,

jornais informativos, folders, outdoors e, principalmente, notícias veiculadas nos sites e blogs dos diferentes agentes entrevistados. Tais informações permitiram uma análise acurada do conteúdo divulgado e legitimado pelos diferentes agentes sociais, possibilitando a ampliação da reflexão acerca do universo empírico estudado, bem como o estabelecimento de relações com a literatura produzida sobre o tema das ruralidades contemporâneas, fomentando o aprofundamento, a conexão de idéias e a discussão sobre o fenômeno social em questão.

2.3 SOBRE A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Uma palavra morre
 ao ser pronunciada
 é o que se diz
 (flor que se cumpre
 sem pergunta)
 Digo que é nesse
 exato dia
 que ela começa
 a viver.
 Emily Dickinson (2006)

Como propõe Emily Dickinson, as palavras “começam a viver” quando passamos a significá-las. Para tal, utiliza-se neste estudo o método de análise do conteúdo, o qual busca apreender sentidos em mensagens de interlocutores a partir da decomposição de seus discursos, tornando possível a reconstrução de significados que visem “compreender interpretações de realidade dos grupos estudados” (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005, p. 70).

Como destaca Franco (1986), a preocupação com a análise do conteúdo é mais antiga que a própria reflexão científica, surgindo com as primeiras interpretações de textos sagrados. De fato, qualquer tentativa, realizada ao longo da história humana, de decifrar signos, símbolos e sinais já indica um esforço em responder à questão colocada por Franco (1986, p. 1): “o que essa mensagem significa exatamente?”.

Já em meados de 1908, um estudo sociológico realizado com imigrantes poloneses na Europa e na América, utilizou (para além de uma sistematização literal) uma técnica elementar da análise de conteúdo composta por diversos elementos (cartas, diários íntimos, artigos de jornais, entre outros), possibilitando a elaboração de um quadro de valores e atitudes dos emigrantes (TRIVIÑOS, 1987). Em 1915, uma nova ciência - chamada Psicologia - se desvincula da antiga tradição filosófica ao abdicar do conhecimento intuitivo em detrimento da psicologia comportamental objetiva. De acordo com Franco (1986, p. 2), “estava aberto o campo para a sistematização a ser incorporada à interpretação da ‘fala’

humana, coincidindo com o desenvolvimento da Psicologia enquanto Ciência autônoma”. Entretanto, Franco (1986) ressalta que, através de uma perspectiva de sondagem das opiniões difundidas pela imprensa, especialmente no que diz respeito a Primeira Grande Guerra, nesse período a grande maioria dos trabalhos ainda possui um caráter basicamente descritivo,.

A operacionalização do método em relação ao seu uso e fundamentação teórica, segundo Triviños (2009), foi desenvolvido por E. Berelson e P. Lazarsfeld no final da década de 40, quando os autores publicaram uma obra que estabelecia, entre outras coisas, regras e princípios da análise do conteúdo. Tal ordenação, segundo o autor, sintetiza as preocupações epistemológicas da época: “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2004, p. 16).

A partir da década de 50 a análise do conteúdo se caracteriza por ampliar as aplicações do método a diferentes áreas do conhecimento, bem como pela eclosão de questionamentos e pela busca de novos recursos no plano metodológico. Desse modo, a análise do conteúdo ingressa, por assim dizer, em uma “segunda juventude”, como salienta Bardin, (2004), pois a etnologia, a história, a psiquiatria e a lingüística passam a se vincular à sociologia, à psicologia, à ciência política e ao jornalismo para discutir técnicas e sugerir aportes.

No entanto, para além do aperfeiçoamento de técnicas, surgem duas iniciativas que emancipam a análise do conteúdo: primeiramente, segundo Bardin (2004), questionamentos sobre a relação entre objetividade e cientificidade permitem relativizar a pretensão à precisão através do uso de “indicadores de frequência”, possibilitando uma menor severidade com relação à imposição de parâmetros objetivos. Em segundo lugar, passa-se a admitir a contribuição da estatística aliada à compreensão clínica. Ainda de acordo com Bardin (2004), estes dois movimentos permitem à análise do conteúdo ultrapassar os limites da simples descrição, passando a reconhecer que sua função estaria ligada à “inferência”, à capacidade de, a partir de indicadores de frequência cada vez mais combinados entre si por meio da análise das “co-ocorrências”, deduzir e concluir.

Contudo, foi no ano de 1977 em Paris, quando Laurence Bardin lançou seu livro “L’analyse de contenu”, que este método foi descrito e apresentado em pormenores, tanto no que diz respeito às técnicas para sua utilização, quanto aos seus princípios básicos. Daí surge a seguinte definição de análise do conteúdo proposta pelo autor:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos

relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

Já segundo Minayo (2009), a análise do conteúdo seria um método que, através de procedimentos especializados, envolve o uso de técnicas de pesquisa que possibilitem tornar replicáveis e válidas certas inferências sobre dados de determinados contextos. Conforme Bardin (2004, p. 24):

Apelar para esses instrumentos de investigação laboriosa de documentos é situar-se ao lado daqueles que [...] querem dizer não “à ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente “tornar-se desconfiado” relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do “construído”, rejeitar tentação da sociologia ingênua que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade.

Bardin (2004) propõe dois objetivos a serem contemplados pelos métodos de análise do conteúdo: o primeiro, refere-se à “superação da incerteza”, onde o pesquisador avalia se sua visão sobre o objeto é válida e generalizável. O segundo, denominado “enriquecimento da leitura”, preconiza que a (re)leitura atenta pode aumentar a produtividade e a pertinência do olhar do pesquisador. Nesse contexto, a análise do conteúdo seria um conjunto de técnicas de análise onde, assegura Bardin (2004, p. 27), “[...] não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Apesar de a análise de conteúdo ser baseada na mensagem expressa, seus resultados podem ser usados para produzir interpretações a respeito do processo de comunicação, sendo este último composto por cinco elementos básicos: fonte, processo codificador, mensagem, receptor e processo decodificador. Por outro lado, a análise de conteúdo subentende a palavra falada ou escrita como um meio de expressão do sujeito, logo, apresenta como “ponto de partida a mensagem”, a qual, de acordo com Franco (1986, p. 11), pode ser “espontânea ou provocada”.

Neste estudo, fez-se uso da técnica nas duas formas apresentadas por Franco (1986): “espontânea”, quando da ausência de interação entre o “produtor” da mensagem e o pesquisador, como, por exemplo, mensagens obtidas através de livros, sites, informativos, artigos, jornais, blogs, panfletos, etc. Neste caso, o objetivo foi, literalmente, manusear o

máximo possível as mensagens, seus conteúdos e a expressão desses conteúdos com vistas a “inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” pura e simples.

Já na forma “provocada”, o pesquisador interage em algum nível com os atores sociais de alguma forma envolvidos com seu estudo, seja na aplicação de um questionário, seja através da realização de entrevistas. Neste caso, Franco (1986) adverte que deve ser levada em consideração a diferença entre essas duas situações, pois quando interagimos com outras pessoas ou a elas fazemos perguntas, em geral, expressamos nosso ponto de vista, o que geralmente condiciona de antemão em maior ou menor grau, as possíveis respostas que obteremos.

Portanto, a análise do conteúdo pretende ir além da mera descrição das características de um texto qualquer (seja ele dialogado ou não) ao tentar compreender as concepções de mundo dos agentes sociais a partir da elaboração de inferências. Franco (1986) destaca três pressupostos que, segundo ele, asseveram relevância a este enfoque: o primeiro afirma que toda mensagem escrita ou falada contém potencialmente informações acerca de seu “produtor”, tais como ideais, motivações, expectativas, interesses, concepções, entre outros. O segundo pressuposto destaca que o “produtor” seleciona o que vai falar e “esta seleção não é arbitrária”, pois como observa a autora:

Sendo o produtor, ele próprio, um produto social, está condicionado pelos interesses de sua época, da classe a que pertence etc... E, principalmente, ele é formado no espírito de uma teoria da qual é o expositor. Teoria que não significa “saber erudito” e nem se contrapõe ao “saber popular”, mas que transforma seus divulgadores muito mais em executores de determinadas teorias do que em seus próprios senhores (FRANCO, 1986, p. 14).

Já o terceiro pressuposto parte do princípio de que esta “teoria” da qual o “produtor” é, consciente ou inconscientemente, o expositor, aponta para sua própria concepção da realidade, a qual é filtrada por seu discurso e suscita implicações relevantes para o pesquisador.

Embora não obedeça a etapas rígidas, segundo Bardin (2004), a análise do conteúdo seria composta por três fases, quais sejam: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A primeira refere-se à organização do material e tem como objetivo operacionalizar e sistematizar as idéias iniciais a respeito do fenômeno social a ser estudado. Estão inseridas nesta fase a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e objetivos da pesquisa e a formulação de indicadores, quando utilizados.

Baseado em um viés um tanto positivista, Bardin enfatiza os aspectos quantitativos ao descrever a fase seguinte, a qual diria respeito à “administração sistemática das decisões tomadas”, composta basicamente pela codificação e/ou enumeração realizada através de “critérios previamente formulados”. Como foi visto nos tópicos anteriores, a presente pesquisa não seguiu por este caminho pré-formatado, visto que “regras previamente formuladas” poderiam ser alteradas a partir do diálogo com a literatura especializada e, sobretudo, das experiências vivenciadas pelo pesquisador em campo. Contudo, ainda assim Triviños (2009, p.162) ressalta que o método da análise do conteúdo permanece relevante no campo da pesquisa qualitativa caso, obviamente, consideremos o caráter “dinâmico e histórico” do universo empírico que estaremos tendo contato.

A terceira fase proposta por Bardin corresponderia à etapa de trabalho em que os resultados brutos são tratados de modo a tornarem-se “significativos e válidos”. Todo o material passa por um estudo rigoroso, orientado pelo referencial teórico-metodológico bem como pelas hipóteses e objetivos da pesquisa. De acordo com Triviños (2009, p. 161), esta fase avança na “busca de interesses coincidentes e divergentes de idéias”, onde faz-se mister a proposição de inferências e interpretações a respeito dos resultados encontrados. Para Bardin (2004), tratar o material de que se dispõe é codificá-lo. A codificação, Bardin, (2004, p. 97), “[...] é um processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

Para tanto, busca-se fazer conexões entre, de um lado, os textos e as falas analisadas, e, de outro, determinados conceitos vindos da literatura especializada e teorias explicativas disponíveis. Assim, visto que “a objetividade do conhecimento humano é sempre relativa, pois o objeto do conhecimento e o sujeito que conhece inter-relacionam-se constantemente em um processo de ação mútua e recíproca” (FRANCO, 1986, p. 29), os nexos resultantes deste diálogo entre o empírico e conceitual, segundo o autor acima, permitiriam “enriquecer sobremaneira a interpretação dos resultados”.

Mas, a despeito disso, seria ainda preciso delinear as unidades de análise, as quais poderiam ser: uma palavra, uma frase, um tema, um item, etc. A partir destas unidades básicas, seria possível definir categorias de análise as quais, em geral, resultam de inúmeras idas e vindas ao material (primário e secundário) coletado e às teorias e conceitos que o pesquisador teve acesso.

Franco (1986, p. 20) previne que as primeiras categorizações, quase sempre rudimentares, “acabam sendo lapidadas e enriquecidas para dar origem à versão final, mais

completa e satisfatória”. Sobre esta categorização, Bardin (2004, p. 111) a define como “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Porém, neste estudo optou-se pela categorização não-definida *a priori*. com Franco quando argumenta que:

[...] as categorias vão sendo criadas à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas. Em outras palavras, o conteúdo que emerge do discurso é comparado com algum tipo de teoria. Infere-se, pois, das diferentes ‘falas’, diferentes concepções de mundo, de indivíduo, de sociedade, etc (FRANCO, 1986, p. 23).

Franco (1986) salienta ainda que é do conteúdo manifesto e explícito da comunicação que se deve partir, “e não falar através dela”, em um exercício de simples projeção subjetiva. E é neste momento que emerge um conceito central da análise do conteúdo: a inferência. Segundo Bardin (2004, p.34), “a intenção da análise do conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Neste caso, as inferências emergem quando a descrição do conteúdo passa a ser relacionada aos “[...] conceitos básicos das teorias que, segundo nossas hipóteses, estariam alimentando o conteúdo das mensagens” (TRIVIÑOS, 1987, p.161). Portanto, produzir inferências em análise do conteúdo implica “comparação dos dados obtidos na leitura do discurso com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo e com a situação concreta de seus produtores” (Franco, 1986, p.17).

Por fim, é preciso ainda reconhecer que há uma distinção entre lingüística e análise de conteúdo, visto que, para a primeira, o objeto é a língua, isto é, o “aspecto coletivo e virtual da linguagem” (BARDIN, 2004, p.38); ao passo que, para a segunda, seu objeto é a fala, ou seja, o “aspecto individual e atual (em ato) da linguagem”. Sobre esta diferença de foco entre ambas, a mesma autora complementa: “[...] a lingüística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores e o ambiente do jogo num momento determinado” (BARDIN, 2004, p.38). Embora Caregnato e Mutti (2006) alertem que seria “utópico [...] acreditar que se possa encontrar uma forma ideal para interpretar” as ações destes jogadores e o ambiente em que estão inseridos, ambos reconhecem que a análise do conteúdo apresenta-se como um instrumento útil justamente por buscar “compreender os jogadores e o ambiente do jogo”.

2.4 O ESPAÇO EM COMUM E AS QUIMERAS DE CADA UM: A DIVERSIDADE INSTITUCIONAL EM TORNO DO RURAL EM PORTO ALEGRE

Partindo do exposto anteriormente, ao longo da pesquisa foram identificados diferentes instituições e agentes sociais interessados em discutir o rural em Porto Alegre, os quais se caracterizam pela heterogeneidade de interesses, posições sociais, capacidade de influência, pontos de vista e lógicas de compreensão. O objetivo deste tópico é, portanto, descrever e caracterizar a diversidade e as peculiaridades desses diferentes agentes. Ao longo da pesquisa, foram realizadas 24 entrevistas com integrantes e representantes de diferentes grupos e instituições.

Abaixo, apresenta-se um quadro-síntese desses diferentes agentes, suas inserções e as formas sociais através das quais se apresentam em torno do debate sobre o rural em Porto Alegre:

Quadro 1 — Caracterização dos Agentes Entrevistados

FORMAS SOCIAIS	INSERÇÃO	AGENTES ENTREVISTADOS	
Organizações e Produtores Rurais/agricultores	Sindicato Rural de Porto Alegre	Representante do Sindicato Rural	
	Associação Porto Alegre Rural	Representante da Associação POA Rural	
	Caminhos Rurais	Integrante do grupo	
	Produtores rurais/agricultores		Produtor rural ecológico/agricultor
			Produtor rural ecológico/agricultor
			Produtor rural ecológico/agricultor
		Produtor rural ecológico/agricultor	
ONGs Socioambientalistas e Movimentos Sociais	InGá	Representante da ONG	
	CasaTierra	Representante do grupo	
	Instituto Econsiência	Representante da ONG	
	Comunidade Autônoma Utopia a Luta	Representante do movimento	
Poder Público	DEM HAB	Arquiteto	
	EMATER	Técnico Agrícola	
	SMAM	Biólogo	
		Biólogo	
	SMIC	Administrador de empresa	
	SPM	Representante do GT Zona Sul	
	Representantes Poder Legislativo Municipal		Vereador DEM - Representante de Revisão do PDDUA
			Vereador PMDB
			Vereador PT
		Vereador PT	
Empreendedores da Construção Civil	Bolognese Empreendimentos	Corretor de imóveis	
	DHZ Construções	Engenheiro civil	
	SINDUSCON-RS	Economista	
	Terraville Belém Novo Golf Club	Engenheiro civil	

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Fleury (2008).

Com o intuito de proporcionar ao leitor uma melhor compreensão do contexto social em que se inserem os 24 entrevistados e, desde já, evidenciar a multiplicidade de olhares frente ao rural em Porto Alegre, a seguir são descritos, individualmente, as diferentes instituições a que cada um deles pertence. Além disso, traçou-se um breve perfil dos quatro vereadores municipais com os quais se teve contato.

2.4.1 Sindicato Rural de Porto Alegre

Segundo informações disponíveis no blog do Sindicato Rural de Porto Alegre (SINDICATO RURAL DE PORTO ALEGRE PATRONAL, 2010), o Sindicato Patronal foi criado em 1992 por um grupo de produtores da Capital, a partir da necessidade de representação da categoria de empregadores rurais. O Sindicato Rural propõe-se, portanto, a representar estes últimos na defesa de seus interesses ao oferecer aos associados serviços nas áreas trabalhista, contábil e fiscal, bem como auxiliar os produtores no desenvolvimento de atividades dentro e fora da propriedade rural.

Filiado à FARSUL e mantido principalmente através dos recursos provenientes da Contribuição Sindical Rural e também por meio das contribuições mensais de seus associados, o Sindicato Rural de Porto Alegre desenvolve diversas atividades, tais como: participações em Feiras de Produtores possibilitando aos associados a comercialização direta de seus produtos aos consumidores, além disso, atua na formação profissional rural, em parceria com entidades rurais como SENAR/RS, EMATER/RS, PMPA/SMIC, Associações de Produtores e Associações Comunitárias.

No blog do Sindicato é possível ainda ler-se que este: “trabalha pela manutenção da produção agropecuária na Capital do Estado, tendo em vista a importância da produção de alimentos e manutenção de cobertura vegetal próxima aos grandes centros urbanos, contribuindo-se para a permanência do homem no campo, redução do êxodo rural e de seus reflexos em nível de sociedade” (SINDICATO RURAL DE PORTO ALEGRE PATRONAL, 2010).

2.4.2 Associação Porto Alegre Rural - Poa Rural

Fundada em 2006, a Associação Porto Alegre Rural, também conhecida pela sigla POA RURAL, é uma organização sem fins lucrativos e atualmente está em sua terceira gestão, contando com 22 associados. Em 2008, a Associação POA RURAL recebeu o

“Prêmio Porto Alegre Turismo 2008”, através do qual foram homenageados empresários, entidades, empresas, profissionais e personalidades pela sua contribuição ao fomento, qualificação e desenvolvimento do setor turístico no município.

De acordo com seu estatuto social disponível na página dos Caminhos Rurais (CAMINHOS RURAIS, 2011), a Associação apresenta como principal *objetivo*: “[...] promover a integração entre o espaço rural e urbano, através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos visitantes com os empreendedores de turismo rural, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas rurais e dos atrativos da região, em harmonia entre a comunidade rural e o meio ambiente”.

Além deste objetivo geral, são objetivos específicos da entidade:

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e das comunidades rurais através da organização de atividades de agroturismo, enquanto fonte complementar de renda; possibilitar aos empreendedores rurais a sua capacitação e formação profissional nas atividades de turismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável; articular canais de financiamento que venham a apoiar e desenvolver os associados e a comunidade; representar e defender os associados junto ao poder público e ao setor privado, propondo medidas que atendam aos interesses dos associados; incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações, produtores afins e entidades nacionais e internacionais; conscientizar a sociedade para a importância do turismo em área rural como instrumento de crescimento sócio-econômico, geração de emprego e renda, bem como a melhoria da qualidade de vida da população rural, preservação e conservação de seu patrimônio natural e cultural; fomentar, apoiar e estimular atividades e empreendimentos de turismo no âmbito do município de Porto Alegre; participar do quadro social de outras entidades, conselhos, associações, federações, confederações de interesse comunitário, social ou empresarial; promover atividades do interesse dos associados, na área social, cultural, artística, econômica, financeira, educacional, da saúde e outras; incentivar a criação de estabelecimentos de indústria, comércio e serviços, de alimentação, transporte de passageiros, viagem e turismo, comunicação, publicidade e propaganda, diversão e entretenimento, organização de feiras, exposições, congressos e qualquer tipo de eventos de acordo com os interesses dos associados; estimular, apoiar e promover ações e atividades voltadas para a qualificação e capacitação de recursos humanos para o turismo e o desenvolvimento rural sustentável; articular estágios e oportunidades à formação e qualificação de acadêmicos de turismo, agronomia, veterinária, biologia e áreas afins; buscar junto ao órgão de extensão rural do município/estado, ações e ou parcerias no sentido de desenvolver o turismo rural sustentável; incentivar e apoiar a criação de áreas de preservação ambiental, RPPN, APA e similares (CAMINHOS RURAIS, 2011).

2.4.3 Casatierra

Segundo informações divulgadas no blog (CASATIERRA, 2011), o Casatierra é um “[...] grupo que atua com ações fundamentadas na agroecologia, na permacultura, em conhecimento livre, comunicação e diálogo comunitário”. Desde 2002, o grupo trabalha com

assentamentos da Reforma Agrária, com os quais realiza formação em agroecologia e permacultura. Destaca-se ainda a assessoria na implantação de cisternas de saneamento ecológico em assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. Além disso, o Casatierra promove assessoramentos na construção de casas e cisternas utilizando técnicas de bioconstrução e práticas de mutirão em diversas cidades do Rio Grande do Sul, além de realizar cursos de formação em agroecologia, em parceria com outras instituições.

Em Porto Alegre, juntamente com o Instituto Econsciência e a ONG Ingá (ver descrição a seguir), realizou em outubro de 2008 o curso de “Gestão Mais Sustentável das Águas”, o qual tinha por objetivo conscientizar e instrumentalizar proprietários de terras na zona rural de Porto Alegre. No entanto, tais ações não se detiveram ao curso articulado em 2008, visto que o grupo segue trabalhando na região através da proposta de aliar momentos de teoria à implantação do conhecimento em práticas locais (CASATIERRA, 2011). Desde então, são construídas cisternas e sistemas de fossas ecológicas visando a adoção de soluções mais sustentáveis pelos integrantes dos Caminhos Rurais.

2.4.4 Comunidade Autônoma Utopia e Luta

Trata-se de uma comunidade autônoma formada por pessoas que se organizaram em torno da construção de um Assentamento Urbano. Segundo informações obtidas no blog (MOVIMENTO AUTÔNOMO UTOPIA E LUTA, 2011) desse grupo que se define enquanto “movimento social”, o Utopia e Luta tem como princípios exercitar a auto-gestão, a sustentabilidade e a autonomia. Nas palavras de seus integrantes: “lutamos pela reorganização das lutas urbanas, acreditamos na utopia através da luta dos povos. O direito de viver não se mendiga, se toma!” (MOVIMENTO AUTÔNOMO UTOPIA E LUTA, 2011). Importante destacar ainda que esta comunidade formou-se a partir da fragmentação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Atualmente, a comunidade vive em um prédio ocupado no centro de Porto Alegre, na Av. Borges de Medeiros. Seus integrantes participam freqüentemente de atividades ligadas a outros movimentos sociais, socioambientais e rurais, principalmente vinculados à reforma agrária.

2.4.5 Bolognese Empreendimentos

Há aproximadamente 8 anos a Bolognese vem direcionando seu foco de atuação para empreendimentos residenciais populares (loteamentos financiados principalmente pela Caixa

Econômica Federal no intervalo de preços que variam entre 60 e 150 mil reais). O loteamento “Moradas do Sul”, por exemplo, está localizado, segundo descrito no site da construtora (BOLOGNESE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, 2011), em “uma região de grande valorização da zona sul de Porto Alegre, na Av. Edgar Pires de Castro, nº 2300, próximo à rótula da Juca Batista”.

Ainda segundo dados divulgados em seu site, a Bolognese Empreendimentos atende aos requisitos do Nível A do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços (SIAC) e Obras da Construção Civil do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H. De acordo com a empresa, esta necessidade surgiu a partir da análise da estratégia de modernização, da verificação do mercado e escopo do negócio, da importância de manter a qualidade dos processos construtivos e da necessidade da empresa em acompanhar a tendência mundial, em busca do aumento da conformidade dos seus produtos com a satisfação dos seus clientes.

2.4.6 Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul - Sinduscon-Rs

O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) foi fundado em 15 de outubro de 1949, em Porto Alegre. De acordo com informações disponíveis em seu site (SINDUSCON-RS, 2010), a história da entidade começa com um número reduzido de associados, entretanto, atualmente esta possui “300 empresas associadas e 3.938 empresas cadastradas abrangendo todo o Estado do Rio Grande do Sul, atuando em sinergia com os municípios que possuem Sindicatos Patronais”.

O Sinduscon-RS tem como *missão*: “[...] ser agente de desenvolvimento do setor, e, por consequência, da comunidade, representando os interesses do industrial da Construção Civil, promovendo a relação harmônica e confiável deste com seus clientes”. Apresenta como *visão*: “[...] consolidar a liderança da cadeia produtiva do setor da construção civil, com uma gestão auto-sustentável, reconhecida pela sociedade e pela massa associativa pelos princípios éticos e sua capacidade indutora de aprimoramentos tecnológicos em benefício da sociedade e preservação do meio ambiente”. Além disso, possui os seguintes *valores e crenças*: “ética, transparência e honestidade nas ações; harmonia com o ambiente e com a sociedade; satisfação e fidelidade do associado; equipes competentes e coesas e desenvolvimento de parcerias” (SINDUSCON-RS, 2010).

2.4.7 Dhz Construções

A DHZ Construções foi fundada em 20 de abril de 1976. Desde então, sempre esteve voltada para o mercado de unidades residenciais e focada no segmento de renda média e média alta. Em 32 anos, de acordo com dados disponibilizados no site (DHZ, 2010), a empresa construiu mais de 450.000m² em seus mais de 2.235 imóveis entregues.

Em 2003, a DHZ recebeu da ABS Certificação ISO 9001:2000 em Construção e Comercialização de Imóvel e foi certificada pelo PBQP-H no Nível A (maior nível de qualidade em construção). Em 2008, a empresa recebeu dois prêmios no “Sinduscon Premium 2008” – o mais importante reconhecimento do mercado local: um dos prêmios foi conquistado através do “Atmosfera Eco Clube”, que foi eleito o “Produto do Ano” e o outro foi concedido à DHZ na categoria “Responsabilidade Social e Ambiental” por sua atuação junto a ONGs e outras entidades.

A empresa apresenta como missão: “desenvolver, comercializar e construir habitações, visando a satisfação dos clientes, valorizando a equipe e os parceiros comprometidos, respeitando a sociedade e o meio ambiente, gerando resultados positivos para todos envolvidos”. Seu escopo é definido da seguinte forma: “planejamento, desenvolvimento de projetos e o gerenciamento da construção de empreendimentos imobiliários, visando a incorporação e comercialização destes”. Possui como objetivos: “satisfazer seus clientes, superando suas expectativas; valorizar seus funcionários, criando uma ambiente de trabalho produtivo; buscar a melhoria continua nos seus serviços e produtos; cumprir com o que promete”.

Quanto ao empreendimento “Atmosfera Eco Clube - Casa e Clube cercados por natureza”, está localizado na rua Dolores Duran, nº1600 – Bairro Agronomia. Possui casas com infra-estrutura de lazer, 4 suítes, condomínio fechado, grande pátio, segurança 24 horas e 40% de área verde preservada. Algumas opções de lazer oferecidas pelo empreendimento: piscina coberta aquecida com raia de 25m, loja de conveniência, espaço beleza, spa e sauna, espaço fitness, quadra de tênis, quadra de futebol, piscina com tobogã, estar silvestre, açude, ponte pênsil, praça da figueira, trilha ecológica, entre outros (DHZ, 2010).

2.4.8 Instituto Econsciência

O Instituto Econsciência é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter ambientalista, científico, cultural e educativo. O instituto desenvolve trabalhos em uma propriedade localizada no Morro São Pedro, extremo sul de Porto Alegre e que pertence à família Viana, a qual, desde 2001, realiza um trabalho de conservação na área (INSTITUTO ECONSCIÊNCIA, 2011).

Segundo informações publicadas no site, de acordo com pesquisas realizadas pelo Programa Macacos Urbanos com o bugio-ruivo, o Morro São Pedro teria importância fundamental para a conservação desta espécie, além de ser “uma das principais áreas naturais remanescentes da capital gaúcha e desempenhar um papel fundamental no equilíbrio ecológico da região de seu entorno” (INSTITUTO ECONSCIÊNCIA, 2011).

A história do instituto tem origem na década de 90 quando membros do grupo participavam de projetos e militância política em movimentos ambientalistas. Juntamente com a família Viana e os integrantes do Programa Macacos Urbanos (atualmente um programa de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS) e, igualmente, tendo em vista a necessidade de concretizar uma estrutura que oferecesse base às ações do grupo, em foi fundado em 2008 o Instituto Econsciência, o qual passa então a promover ações voltadas à pesquisa e à atuação política. A partir daí o Instituto orienta suas ações tendo como *objetivo*: “promover ações de conservação multidisciplinares que dêem sustentabilidade ao Espaço de Conservação e a região de seu entorno”; *missão*: “promover o desenvolvimento socioambiental responsável e a conservação da diversidade biológica e cultural através da pesquisa, educação, formação, prestação de serviços e atuação institucional”; e *visão*: “tornar-se referência na geração, difusão e aplicação do conhecimento científico e cultural” e possui os seguintes *valores*: “Atuação ética, comunitária e responsável” (INSTITUTO ECONSCIÊNCIA, 2011).

2.4.9 Terra Ville Belém Novo Golf Club

O Terra Ville é um “condomínio fechado, de alta qualidade, localizado na Zona Sul de Porto Alegre” (Av. Juca Batista, nº 8000 - Belém Novo) com mais de 170 hectares, 16 lagos artificiais, 13 vilas residenciais e terrenos com tamanhos e preços variados. O condomínio também apresenta um “ecossistema muito rico, com flora e fauna das mais variadas espécies”,

segundo informações que constam no site (TERRAVILLE, 2010). Oferece opções de lazer, esportes e serviços para todos os gostos, “tudo pertinho de casa”.

Alguns serviços disponibilizados: convênio com o Colégio Farroupilha, van service, escola de inglês Quatrum, internet rápida - adsl Brasil Telecom, centro veterinário pet village, uti móvel (convênio do condomínio), griffe cafeteria (com loja de conveniência), recreação/brinquedoteca, serviço de concierge, futebol society (propriedade da incorporadora)*, vôlei de praia (propriedade da incorporadora)*, tênis*, golfe (18 buracos, padrão internacional)*, sala de ginástica e musculação*, piscinas externas e piscina térmica*, lago para esportes náuticos não motorizados*, sendo que todos os serviços marcados com (*) podem ser utilizados mediante pagamento de taxa social (TERRAVILLE, 2010).

2.4.10 Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/Rs

Fundada em 2 de junho de 1955 a instituição atende às demandas de um público formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, totalizando um contingente aproximado de 250 mil famílias assistidas em mais de 480 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. A EMATER propõe ações transversais no serviço de Extensão Rural, propiciando convênio com as Prefeituras na busca pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural regional (EMATER/RS, 2011).

Dentre as propostas da EMATER, estão: a capacitação dos agricultores e jovens rurais; ações que promovam proteção à saúde das populações e à preservação do meio ambiente; ações educativas e concretas que resultem no abastecimento de água para consumo humano, na disposição adequada dos esgotos domésticos e dos resíduos sólidos das propriedades rurais e iniciativas que assegurem a segurança alimentar dos públicos assistidos, entendida principalmente como a produção de alimentos na propriedade. Somado a isto, conforme descrito no site da instituição, a EMATER “pensa em desenvolvimento sustentável na perspectiva da cidadania sem desconsiderar a necessidade de resgate da auto-estima da população”. Nesse contexto, a EMATER possui como *missão*: “promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável”. E apresenta como *visão*: “ser reconhecida como referência em atividades de Extensão Rural, Assistência Técnica e Ações Sociais, Classificação e Certificação de produtos agropecuários” (EMATER/RS, 2011).

A região de atuação do Escritório Regional de Porto Alegre da EMATER/RS-ASCAR é composta por sete Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (COREDES) os quais trabalham junto a populações rurais que apresentam condições sócio-culturais, econômicas e ambientais bastante diversificadas. Com base nessa diversidade, a região apresenta-se atualmente subdividida em cinco microrregiões: Vale do Rio dos Sinos, Vale do Paranhana e Encosta da Serra, Metropolitana e Delta do Jacuí, Centro-Sul e Litoral Norte.

Segundo dados obtidos no site da EMATER (EMATER/RS, 2011), a região de Porto Alegre compreende cerca de um terço da população do Estado, totalizando 71 municípios, “representando ao mesmo tempo um vasto mercado consumidor e uma ameaça devido à pressão econômica expressa pela forma de ocupação imobiliária”. Outra questão apontada no site da instituição caracteriza as propriedades rurais da Região Metropolitana de Porto Alegre: “nas regiões densamente populosas e com intensa industrialização, como é o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, os agricultores familiares se dedicam basicamente ao cultivo de hortigranjeiros em pequenas propriedades, geralmente situadas próximas aos cinturões verdes. Além disso, a produção ecológica, que se caracteriza por grande diversidade de produtos em menor escala, também é intensificada já que os canais de comercialização como feiras e festas oportunizam a expansão do mercado consumidor” (EMATER/RS, 2011).

2.4.11 Instituto Gaúcho De Estudos Ambientais - Ingá

O Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá, é uma ONG socioambientalista fundada em 07 de Abril de 1999 por pesquisadores e ambientalistas. Segundo informações que constam no site do Instituto (INGÁ, 2007), sua militância política ampliou-se a partir da necessidade de trabalhar as questões ambientais de um ponto de vista coletivo, o qual busca “agir sobre a realidade desde uma perspectiva transdisciplinar”. A atuação da ONG é pautada em três eixos, quais sejam: “pesquisa, educação e comunicação como processos contínuos, críticos e transformadores; defesa do estado democrático de direito e acompanhamento e proposição de políticas públicas responsáveis; realização de projetos e ações para a conservação da biodiversidade e de melhoria da qualidade socioambiental”.

A ONG se articula por diversificados espaços de atuação, contudo, no escopo deste trabalho cabe ressaltar sua ação junto ao espaço rural de Porto Alegre, através do curso “Áreas Naturais e Rurais de POA”, o qual vem sendo ministrado há anos com o objetivo de “aproximar e mobilizar os cidadãos porto-alegrenses sobre as expressivas áreas naturais e rurais da capital” (INGA, 2007).

Somado a isso, o InGá compõe o Movimento em Defesa da Zona Rural de Porto Alegre, juntamente com as seguintes entidades: ONG Solidariedade, Caminhos Rurais, Sindicato Rural de POA, Programa Macacos Urbanos (UFRGS), Diretório Acadêmico Biologia (DAIB – UFRGS), Diretório Acadêmico Agronomia (DALC - UFRGS) e os seguintes grupos de produtores ecológicos: Grupo de Produtores, Moradores e Amigos da Estrada do Rincão, APRESUL, APEL, Cooperativa Arco-íris, Herdeiros da Natureza, Essência da Terra, Portal da Mãe Terra.

2.4.12 Caminhos Rurais

“Na zona rural denominada também de “rururbana”, que abrange onze bairros e ocupa cerca de 30% do território de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, localiza-se o destino de Turismo de Base Comunitária, Caminhos Rurais de Porto Alegre”, assim tem início a página dos Caminhos Rurais na internet (CAMINHOS RURAIS, 2011).

Atualmente, a zona rural de Porto Alegre conta com diversos empreendimentos e equipamentos turísticos de cinco diferentes segmentos do turismo, conforme publicado no site dos Caminhos Rurais: espaços para Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo Rural e Serviços e Equipamentos com tematizações diversas. Portanto, o grupo propõe a “busca de um novo modelo de desenvolvimento turístico, pautado no associativismo e no protagonismo da comunidade local” (CAMINHOS RURAIS, 2011).

Em 1999, a partir da necessidade de uma alternativa de geração de renda, alguns produtores da zona rural de Porto Alegre passaram a receber turistas, através da criação de um roteiro piloto desenvolvido por estudantes do Curso Superior de Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com apoio da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Produção e do então Escritório Municipal de Turismo (atualmente elevado ao status de Secretaria Municipal de Turismo – SMTUR) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Em 2008, a POA RURAL juntamente com a SMTUR aderiram à proposta de projeto da Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico (COODESTUR), para encaminhamento à Chamada de Projetos 2008/01 de “Apoio a iniciativas de Turismo de Base Comunitária”, lançada pelo Ministério do Turismo. O projeto foi aprovado para o período de 2009/2010, sob o título de “Apoio a Iniciativas de Turismo de Base Comunitária de Porto Alegre”. Atualmente o projeto encontra-se em fase de renovação.

Não obstante, segundo informações disponíveis no site, o grupo entende o turismo como uma “alternativa de manutenção da área rural produtiva e também de conservação dos espaços naturais, ambos ameaçados pelo processo de descaracterização das áreas de entorno, que comprometem a região sul da cidade, último e maior reduto verde da capital” (CAMINHOS RURAIS, 2011).

2.4.13 Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Smam

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre foi a primeira do país, criada em 1976 (PORTO ALEGRE, 2010). É o órgão executivo responsável pela proteção do sistema natural e pelo controle da qualidade ambiental no município. Historicamente, a SMAM priorizou a ampliação e a gestão de áreas verdes urbanas, entretanto, atualmente, o trabalho de fiscalização da SMAM está centrado no Licenciamento Ambiental.

Os setores da secretaria estão divididos em duas grandes supervisões: Supervisão de Praças, Parques e Jardins e Supervisão de Meio Ambiente (PORTO ALEGRE, 2010).

Atualmente, a SMAM enfrentou mais uma mudança em sua gestão: deixa o cargo o Secretário Professor Garcia¹⁰, que regressa à Câmara de Vereadores, para a posse de Luiz Fernando Záchia¹¹.

2.4.14 Secretaria Do Planejamento Municipal - Spm

A Secretaria do Planejamento Municipal foi criada em 1º de dezembro de 1975, constituindo-se no órgão de planejamento urbano da Prefeitura de Porto Alegre. Seu objetivo constitui-se em “estabelecer diretrizes de desenvolvimento urbano e ordenar a ocupação e uso do solo no município, atuando na elaboração, atualização e aplicação das normas urbanísticas, tendo como base o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PORTO ALEGRE, 1999).

A SPM exerce papel articulador nas políticas e ações, tanto com os demais órgãos da prefeitura, quanto com outras instituições, “sendo sua tarefa permanente discutir, da forma mais democrática possível, todas as questões urbanas”.

¹⁰ Professor Garcia está em seu quarto mandato na Câmara de Vereadores. Professor de Educação Física com pós-graduação em treinamento esportivo na Alemanha, foi diretor da Escola Superior de Educação Física do IPA, além de professor e coordenador do Colégio Nossa Senhora das Dores e no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE). Foi líder do Governo Fogaça na Câmara (PROFESSOR GARCIA, 2011).

¹¹ Záchia é administrador de empresas, ex-deputado estadual, ex-presidente da Assembléia Legislativa e ex-chefe da Casa Civil do Governo do Estado. É presidente do Diretório Metropolitano do PMDB (NOTÍCIAS, 2011).

Importante enfatizar que a SPM coordena um plano estratégico denominado **GT Zona Sul**, o qual tem como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável e planejado no Município, em especial para a Zona Sul” (SPM, 2010).

2.4.15 Departamento Municipal de Habitação - Demhab

O DEMHAB é uma autarquia responsável pela gestão da Política Habitacional de Interesse Social no município. Estão vinculadas à direção do DEMHAB três assessorias: Conflitos Fundiários, Desenvolvimento e Gestão e Programas Integrados; três coordenações: Coordenação de Planejamento e Controle Orçamentário, Coordenação Jurídica e de Regularização Fundiária e Coordenação de Infra-estrutura e Recursos Humanos, além de três superintendências: Superintendência de Ação Social e Cooperativismo, Superintendência Financeiro-Comercial e Superintendência de Urbanismo e Produção Habitacional (PORTO ALEGRE, 2011a).

Segundo informações obtidas no site do DEMHAB, o objetivo do departamento encaminha-se para ser atingido com a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), requisito de adesão dos municípios no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em conformidade com o Ministério das Cidades e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este plano é uma ferramenta de gestão pública que se “baseia na participação democrática para um desenvolvimento justo e igualitário da cidade, e visa, prioritariamente, soluções para famílias com renda de zero a três salários mínimos” (PORTO ALEGRE, 2011a).

O DEMHAB apresenta, ainda, ações e programas habitacionais, tais como: Projeto Integrado Socioambiental (PISA), Projeto Integrado Entrada da Cidade (PIEC), Reassentamentos, Regularização Fundiária e Urbanização, Programa de Recuperação de Crédito, Produção Habitacional, Cooperativismo e Participação Popular.

Somado a isto, o DEMHAB é parceiro do governo federal no Programa Minha Casa, Minha Vida. O programa visa a construção um milhão de casas em todo o país, onde famílias que recebem até dez salários mínimos recebem subsídios da Caixa Econômica Federal.

O DEMHAB realizou o cadastro de pessoas com renda até três salários mínimos, onde foram efetivadas cerca de 54 mil inscrições nessa faixa salarial na capital. Para atender à demanda, o governo federal adotou como critérios de prioridade: famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco e as que tenham mulheres responsáveis pela unidade familiar. Além disso, o DEMHAB, juntamente com o Conselho Municipal de Acesso

a Terra e Habitação (COMATHAB), estabeleceram como critério também o atendimento às demandas advindas do Orçamento Participativo e de pessoas com deficiência.

Atualmente, dois empreendimentos se encontram em fase de construção em Porto Alegre para essa faixa de renda: o Residencial Repouso do Guerreiro e o Residencial Camila. O Repouso do Guerreiro está localizado na Estrada Edgar Pires de Castro, nº 4.880, Bairro Restinga e o Residencial Camila situa-se na Estrada João Antônio da Silveira, nº 4.850, Bairro Lomba do Pinheiro (PORTO ALEGRE, 2011a).

2.4.16 Secretaria da Produção Indústria e Comércio - SMIC

A Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) foi criada em 17 de julho de 1956 e era denominada: Secretaria Municipal da Produção e do Abastecimento. Em 1975, pela Lei nº 4.062, recebeu o nome atual, com competência para atuar nas áreas de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial (PORTO ALEGRE, 2010a).

Os objetivos da SMIC são: “incentivar a produção agropecuária do município, controlar e fiscalizar entrepostos, mercados e feiras livres e licenciar e controlar o comércio”.

A SMIC atua em “projetos e ações referentes às políticas de Segurança e Abastecimento Alimentar, voltados ao desenvolvimento rural de Porto Alegre”, e desenvolve projetos que contribuem para a formação e a consolidação no mercado de empresas de base tecnológica, bem como a qualificação técnica e gerencial dos empreendedores.

A secretaria tem como *missão*: “articular e induzir os agentes econômicos e sociais no município, na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, com base nos princípios da cooperação, solidariedade e ética”.

Ainda, a SMIC garante o chamado “IPTU Rural” aos imóveis com atividade rural de exploração econômica. Este benefício fiscal de não incidência do tributo se dá através de requerimento à Secretaria Municipal da Fazenda e vistoria com laudo realizado pela Equipe Técnica da Divisão de Fomento Agropecuário do Centro Agrícola Demonstrativo - CAD (PORTO ALEGRE, 2010a).

2.4.17 Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foram incorporadas as emendas populares - dispositivos que foram consagrados na Lei Orgânica de 1990 de Porto Alegre - na

qual foram previstas leis complementares (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2011). Salienta-se no site da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, aspectos relacionados à questão urbana, destacando as seguintes leis, algumas inéditas no Brasil:

- a) a função social da propriedade, que torna possível a cobrança do IPTU progressivo;
- b) Direito Real de Uso;
- c) Banco de Terras;
- d) Solo Criado;
- e) AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social;
- f) Escritórios Comunitários.

A nova Lei Orgânica também criou os Conselhos Populares e os Conselhos Municipais, muitos deles já regulamentados nestes últimos anos. Entre outros, destacam-se o de Agricultura e Abastecimento e o de Acesso a Terra e Habitação.

Abaixo, descreve-se brevemente a trajetória de cada vereador entrevistado, visto que todos permitiram que suas identidades fossem divulgadas e as informações aqui apresentadas estão disponíveis nos respectivos sites e blogs dos vereadores e da Câmara Municipal.

2.4.17.1 Vereador Comassetto - PT

Formado em Agronomia pela Urcamp, em Bagé, o vereador iniciou sua atividade profissional na Cotrijuí, em Dom Pedrito, onde trabalhou com agricultura ecológica e desenvolvimento sustentável, áreas em que se especializou na Suécia e na Argentina. Começou na atividade político-partidária em 1986, com seu ingresso no PT, vindo a ser eleito presidente do partido em Dom Pedrito e suplente de vereador (COMASSETTO, 2011).

Instalou-se na Capital em 1989 para atuar na primeira gestão da Administração Popular, assumindo funções na direção da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), onde permaneceu até 1995 e coordenou a implantação da Festa da Uva e da Ameixa, em Belém Velho, e da Feira Ecológica de Porto Alegre.

De 1998 a 1999, foi assessor da bancada do PT na Câmara Municipal de Porto Alegre, durante as discussões para aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PORTO ALEGRE, 1999).

Participou da organização do movimento de agricultura alternativa do Brasil e na condição de consultor, auxiliou a constituição de cooperativas, como a Arcooiris (de

produtores ecológicos de Porto Alegre), a Coopeixe (Ilha da Pintada), a Associação dos Pescadores do Parque Itapuã e outras cooperativas habitacionais.

De 2000 a 2004, atuou como conselheiro do Plano Diretor atuando no sentido da implantação do modelo urbano, pelo fim dos loteamentos irregulares na Região Sul, pela implantação do Projeto Urbanizador Social e pela isenção tributária para os produtos rurais da Capital.

2.4.17.2 Vereador Adeli Sell - PT

“Filho de pequenos agricultores, a terra teve e tem na minha formação peso que carrego até hoje”, assim inicia o texto divulgado pelo vereador no site da Câmara Municipal de Porto Alegre (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2011). Em 1973 veio para Porto Alegre cursar Letras na UFRGS.

Em 1996 elegeu-se vereador em Porto Alegre e em 2003 assumiu a titularidade da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre, onde trabalhou durante 15 meses prestando apoio à economia solidária, ao artesanato e ao abastecimento. Interessante destacar suas leis aprovadas: LEI Nº 8202 - Dia da Agricultura e a LEI Nº 8798 - Institui a Semana da Floricultura.

2.4.17.3 Vereador Idenir Cecchim – PMDB

O vereador Idenir Cecchim retornou à Câmara em abril de 2010 após ter passado cinco anos atuando como secretário municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) em Porto Alegre. O trabalho como secretário orientou-se para o combate à pirataria, a criação do Camelódromo (Centro Popular de Compras na Praça Rui Barbosa), o desenvolvimento do Porto Seco e Parque Industrial da Restinga, a geração de emprego e renda e a capacitação profissional. “A valorização e o incentivo permanente ao desenvolvimento da área rural de Porto Alegre (Cinturão Verde) é outra prioridade no trabalho de Cecchim”, conforme consta no site do vereador (CECCHIM, 2011).

Na sua segunda gestão à frente da SMIC, o objetivo de Cecchim foi ampliar as ações que estavam em andamento e fomentar outras como, por exemplo, o Centro Popular de Compras da Restinga e o Centro de Eventos da Vila Nova.

2.4.17.4 Vereador Reginaldo Pujol – DEM

O vereador nasceu em Quaraí – RS e formou-se em advocacia pela Faculdade de Direito da PUCRS em 1969 (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Foi Vereador de Porto Alegre por cinco legislaturas 73/76,77/83, 95/96, 97/2000 e 2000/2004 e vereador mais atuante de 95 a 97, tendo recebido consecutivamente o Prêmio Top de Atuação Parlamentar e foi ainda Presidente da Comissão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Na área administrativa foi Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), Secretário dos Transportes e por duas vezes Diretor do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) de Porto Alegre.

Em sua gestão o DEMHAB, criou e executou o Projeto Pró-Gente, que regularizou, urbanizou e implantou 51 conjuntos habitacionais, beneficiando mais de 150.000 pessoas. Destaca-se o Conjunto Residencial Nova Restinga, “hoje uma verdadeira cidade com mais de 80.000 habitantes”, conforme consta no site do vereador.

Como Secretário da SMIC, implantou o Brique da Redenção, Projetou o Distrito Industrial e sempre buscou promover ações voltadas à produção primária em Porto Alegre.

2.4.18 Produtores Rurais/Agricultores

Foram entrevistados quatro produtores rurais do Bairro Lami, os quais desde 1997, a partir de uma parceria com a EMATER, deram início ao que eles próprios denominam de “movimento rumo à produção agroecológica”. Estes produtores são reconhecidos por seu trabalho agroecológico, tendo participado de outros estudos, dissertações e teses envolvendo o rural em Porto Alegre e, justamente em função desse reconhecimento, foram selecionados para compor este estudo.

Todos os interlocutores participam de feiras ecológicas promovidas pela SMIC, três deles no Bom Fim e um na feira da Tristeza. Apenas um entrevistado dedica-se exclusivamente à produção, sem fazer uso de sua propriedade para turismo rural. Contudo, os outros três agentes entrevistados, além da venda nas feiras também prestam serviços voltados às atividades turísticas, oferecendo espaços abertos sob agendamento para grupos de visitantes incluindo alimentação, caminhada orientada pela propriedade e venda direta de produtos agroalimentares diversos *in natura* e processados. Um único interlocutor

disponibiliza também equipamentos de hospedagem, oferecendo alojamentos coletivos para grupos que desejem pernoitar na propriedade.

Suas propriedades possuem área total que varia entre 1 e 3 hectares e sua produção é diversificada, compreendendo desde olericultura e fruticultura até o cultivo de cogumelos e plantas alimentícias não-convencionais, as chamadas PANCs.

3 RURAL E URBANO E SEUS DIFERENTES SIGNIFICADOS NO CONTEXTO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE

Este capítulo pretende conduzir o leitor a um passeio por Porto Alegre desde o início da colonização européia até o período contemporâneo da capital gaúcha tendo como eixo central os diferentes significados que foram emergindo (e, eventualmente, desaparecendo e ressurgindo) para o par rural-urbano, incluindo aí seus ocasionais sinônimos (campo-cidade).

Para tal, fazem-se imprescindíveis idas e vindas no tempo, posto que, conforme aponta Moreira:

Em sua historicidade uma identidade social carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente. Expressas em corpos e mentalidades, essas identidades (individuais e coletivas) carregam suas possibilidades futuras de ser, criar, bem como um presente de angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser. É nessa confluência incerta do passado e do futuro que, no presente, se expressa a identidade em existência (MOREIRA, 2002, p. 3).

Sobretudo, almeja-se apresentar uma breve contextualização histórica do universo empírico que emerge mais especificamente da zona sul da cidade, e que se desvenda tal qual amálgama capaz de abranger os caminhos rurais e os percursos urbanos, as edificações e as matas nativas, os primatas *Homo sapiens* e *Alouatta clamitans*, seres humanos e bugios, tão distantes, lado a lado...

3.1 CIVITAS & URBE

Um fato que ocorre recentemente, de acordo com Menegat e Almeida (2004), é a emergência dos municípios como vetores importantes na administração pública brasileira. Nas últimas décadas, os municípios brasileiros ampliaram sua área de atuação em questões anteriormente tratadas apenas nos níveis Estadual e Federal e, de acordo com Menegat e Almeida (2004) as cidades são, hoje, relevantes agentes políticos, sendo importantes protagonistas da nossa era.

Embarcando nessa perspectiva, Guillen (2004) rememora a diferença primordial entre urbe e civitas. Na linguagem romana, de urbe deriva urbano e de civitas, cidade, civil, civilização. Assim, para o autor o escopo fundamental é estender o espírito da civitas e não se restringir a expandir a anatomia da urbe e ver a cidade transformada em uma mera aglomeração de construções. Dessa forma, o que passa a ocorrer, na grande maioria dos casos, conforme Guillen (2004, p. 96) é uma “[...] superposição de edificações, mas não uma

conexão de fisiologias”. Entende-se, assim, a crítica de Guillen com relação à urbe, como uma crítica ao próprio crescimento urbano sem critérios, onde o autor complementa: “[...] cidades com muito corpo e pouca alma são muito caras em termos relativos e, também incômodas, em termos absolutos - muita urbe e pouco civitas: um mau caminho” (GUILLEN, 2004, p. 96).

Observa-se, na perspectiva do autor, uma distinção dicotômica, polarizada entre bom e mau, corpo e alma, superposição e conexão, civitas e urbe, e, de tal modo, Guillen (2004) propicia que sejam trazidos à luz questionamentos a respeito dos processos de valorização e desvalorização do rural e do urbano.

A partir de uma pesquisa básica em alguns dicionários, as variações de civitas são definidas como: estado de progresso e cultura social, aquele que se acha em estado de civilização, bem educado, urbano, instruído, cortês, polido, melhorar sob o ponto de vista intelectual, moral e industrial, sair do estado de barbárie, entre outros. Para urbe e suas variações foram encontrados praticamente as mesmas definições. Para o termo rural os resultados da pesquisa foram os seguintes: relativo ou pertencente ao campo ou à vida agrícola, rústico, rude, tosco, campesino, diz-se das freguesias que não estão situadas em cidades. Ampliando a pesquisa, buscou-se a definição de rústico, rusticidade e foram encontrados os seguintes significados: relativo ao campo ou próprio dele, rural, grosseiro, rude, sem arte, camponês, homem sem instrução, indelicadeza, incivilidade, entre outros.

Enfim, o que significa “estender o espírito da civitas”? Seria transformar os outros em nós? Seria transformar o rural em urbano? Seria transformar o agrícola em industrial? Seria transformar o rude em polido? Seria transformar o homem sem instrução em homem bem educado?

Neste sentido, observou-se ao longo de toda a pesquisa, a utilização constante dos termos rural e urbano por parte dos entrevistados e suas instituições. Ao mesmo tempo, sabe-se que Porto Alegre não possui oficialmente “zona rural” desde 1999, de acordo com seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, no entanto, verifica-se não apenas o emprego do termo, mas a legitimação simbólica e concreta da “zona rural” para as pessoas que vivem em Porto Alegre, o que corrobora com a afirmação de Berger e Luckmann (1985, p. 132), os quais ressaltam que “[...] o universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais”.

Com efeito, considerando-se que, tanto os agentes entrevistados, quanto o próprio poder público municipal através de seus representantes fazem uso do termo rural, o presente estudo justifica a utilização deste, a partir do momento que é reconhecido como autêntico

pelos sujeitos que fazem parte do universo empírico em questão. Ressalta-se que tal consideração será discutida mais pormenorizadamente no próximo capítulo deste estudo.

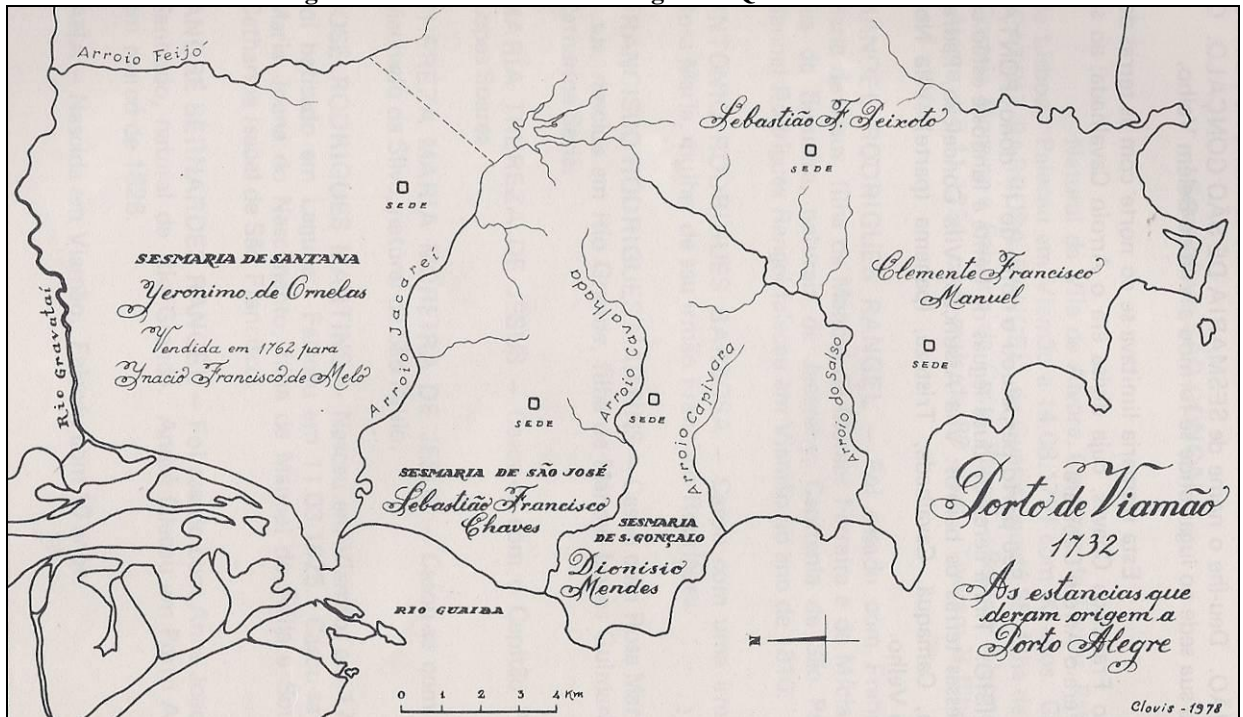
3.2 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL PELOS POVOS DE ORIGEM EUROPÉIA

Durante o período colonial a Coroa delegou sesmarias a tropeiros e militares com o intuito de expandir o domínio português ao sul do Brasil, visando participar do comércio do Rio da Prata, que representava um espaço estratégico a ser conquistado, pois, através dele escoavam boa parte do ouro e da prata das minas pertencentes à América Espanhola (MONTEIRO, 1995).

Deste modo, no decorrer do século XVIII, a ocupação territorial (de onde hoje se localiza a cidade de Porto Alegre) fez-se mediante a concessão de quatro sesmarias¹: a Sesmaria de Sant'Ana, de propriedade de Jerônimo de Ornelas, a Sesmaria de São José, pertencente a Sebastião Francisco Chaves, a Sesmaria de São Gonçalo cujo proprietário era Dionísio Rodrigues Mendes e a Sesmaria de propriedade de Clemente Francisco Manuel (Figura 2):

¹ Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção: o Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função. É na distribuição das terras que está a origem do sistema sesmarial, o qual converteu-se em verdadeira política de povoamento das colônias de Portugal.

Figura 2 — Divisão de Porto Alegre em Quatro Sesmarias



Fonte: Oliveira (1987)

Conforme Oliveira (1987), Jerônimo de Ornelas era conhecido como o “Sesmeiro do Morro Santana”, por ter escolhido este local para a sede de sua sesmaria, onde, atualmente, estão localizados os seguintes bairros: Centro, Independência, Bom Fim, Moinhos de Vento, Floresta, Petrópolis, Santana (parte) Rio Branco, Passo D’areia, Cristo Redentor, São João e Navegantes.

Sebastião Chaves implantou sua sede nas imediações da atual “Gruta da Glória” e estão inseridos nos limites de sua sesmaria os atuais bairros: Praia de Belas, Menino Deus, Azenha, Santana (parte), Partenon, Santo Antônio, Medianeira, Glória, Teresópolis, Nonoai, Santa Teresa e Cristal (OLIVEIRA, 1987).

Dionísio Mendes recebeu as terras situadas entre os arroios Cavahada e do Salso, as quais se estendiam desde as margens do Guaíba até a Vila Nova (PORTO ALEGRE, 1994), ou seja, compreendendo parte da região que, atualmente, é conhecida como a “zona rural” de Porto Alegre. A sede da sesmaria de Dionísio foi instalada onde se formou a Vila de Belém Velho, compreendendo atualmente os seguintes bairros: Vila Assunção, Vila Conceição, Pedra Redonda, Camaquã, Cavahada, Tristeza, Ipanema (parte), Vila Nova e Belém Velho.

Segundo dados da PMPA (PORTO ALEGRE, 1994), o assentamento de Dionísio e dos que o sucederam, pode ser dividido em duas fases: uma de ocupação e outra de povoamento propriamente dito. Desse modo, Dionísio Mendes se estabeleceu na região sul do

município e passou a desenvolver, com sua família, atividades agropecuárias de caráter extensivo.

Ao morrer em 1791, Dionísio deixa sua Sesmaria para seus oito filhos, mas, conforme PMPA (PORTO ALEGRE, 1994), apenas três deles permaneceram nas terras herdadas, iniciando-se, assim, o parcelamento do solo e a venda de extensa parte da área.

Contudo, o estabelecimento de Dionísio Mendes nas terras ao sul do município de Porto Alegre representou, em um primeiro momento, a transformação da natureza pelo trabalho agropecuário, e, em um segundo período (final do séc. XIX início do séc. XX) uma nova forma de apropriação da terra, com o aforamento de lotes permitindo o início do povoamento da região (PORTO ALEGRE, 1994).

Muito embora se tenha empregado esforços para obter maiores informações acerca da sesmaria de Clemente Manuel, a qual situar-se-ia atualmente sobre parte da região extremo sul de Porto Alegre e Viamão, não foram encontrados registros bibliográficos concernentes à história desta sesmaria.

A descoberta de ouro nas Minas Gerais mudou o foco de interesses sobre o território rio-grandense, o qual era conhecido, segundo (2008), como “Continente do Rio Grande” devido à falta de definições sobre os seus limites. Assim sendo, no decorrer da segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa instituiu um programa de imigração organizada para o Brasil, onde o sul do “continente”, com suas terras em constante disputa com os espanhóis, foi uma das regiões que abrigou os casais advindos do arquipélago de Açores (PESAVENTO, 1998).

Desse modo, a ocupação da atual região central de Porto Alegre expandiu-se com o tempo e a constituição de freguesias foi consolidando a conquista do território português.

Segundo Oliveira (1987), Porto Alegre passou por mudanças importantes ao longo do tempo: Freguesia em 1772, Capital em 1773, Vila em 1810 e, enfim, oficialmente Cidade em 14 de novembro de 1822.

Porém, no início do século XIX ocorreu o processo que culminou com a independência do Brasil em relação ao reino de Portugal. Neste período o Brasil passou a experimentar diversas transformações e, em Porto Alegre, não foi diferente. De acordo com Pesavento (1998, p. 28), daquela imagem de cidade tranqüila, nasceria outra cidade, “norteadas por valores burgueses e perpassada pela idéia de progresso” e, em decorrência desse processo, houve a consolidação de uma “nova identidade urbana [...] quando Porto Alegre transitava, tal como o país, nos rumos da lenta internacionalização do capitalismo”.

Pesavento (1998) ainda salienta que:

[...] nesse período a cidade despontou progressivamente como núcleo urbano, contrastando com o aspecto rural de suas áreas circunvizinhas. [...] Desmembraram-se ruas na área central, constituíram-se praças e largos e iniciou-se a implantação de benefícios urbanos associados ao asseio público, abastecimento de água, iluminação, recolhimento e despejo dos dejetos e lixo (PESAVENTO, 1998, p. 28).

Entretanto, foi no período que compreendeu a Revolução Farroupilha (1835-1845) que Porto Alegre vivenciou “seu primeiro período crucial em termos propriamente urbanos”, pois a população sitiada agrupou-se na região central da cidade, trazendo à luz novos problemas. Monteiro (1995) revela que nesta época são construídas fortificações na cidade que passam a englobar até mesmo áreas que continham chácaras, como na altura da atual Avenida Loureiro da Silva e, no interior desta área, a cidade passa a se desenvolver.

Atividades como abate de gado, despejos de lixo e esgoto, entre outras, passam a ser realizadas dentro das fortificações, tornando-se necessária uma reorganização deste espaço. Ao final da Revolução Farroupilha se, de um ponto de vista, a resistência ao cerco resultou à cidade o título de “Mui Leal e Valerosa”, de outro, a concentração populacional fez com que a vida em comum se tornasse deveras complexa:

[...] a cidade tornou-se suja aos olhos de seu novo status em face da Província. Repleta de miasmas e imundícies, com aglomerações desordenadas de casas entre cruzamentos de ruas e becos, urgia que se desse à capital um aspecto mais nobre e cidadão (PESAVENTO, 1998, p.29).

Com a derrubada das fortificações a cidade passa a se expandir no sentido das estradas e “caminhos do povoamento” quando, segundo Monteiro (1995, p.31), “[...] a construção de uma ponte de pedra sobre o Arroio Dilúvio, substituindo a de madeira do “Chico da Azenha”, constitui-se um fator de expansão da cidade para o sul”.

Desse modo, Porto Alegre começa a se configurar como o maior mercado consumidor do Rio Grande do Sul, tornando-se um foco de atração para investimentos advindos da comercialização de produtos coloniais. Nesse contexto, as chácaras que se localizavam às margens da região central da cidade passaram por retificações para possibilitarem a construção de novos arraiais e ruas: “[...] tinha iniciado o alinhamento e a numeração das casas, a limpeza, o calçamento e o emplacamento das ruas principais com suas denominações” (PESAVENTO, 1998, p.30).

Na segunda metade do século XIX, a cidade passa por uma “série de melhoramentos significativos”, conforme Monteiro (1995, p.31): em 1858 constrói-se o Theatro São Pedro,

em 1865 funda-se a Hidráulica Porto-Alegrense que fornecia água “nem sempre de boa qualidade” a domicílios e aos chafarizes públicos.

Os arraiais cresciam em tamanho e importância e começavam a receber nomes, tais como o do Menino Deus e o da Cidade Baixa, passando a ser vistas como imprescindíveis as primeiras iniciativas quanto à instalação de transportes coletivos. Assim, em 1874, entra em funcionamento permanente a primeira linha de bondes movidos à tração animal. De acordo com Monteiro (1995), ainda em 1874 tem início a construção da Usina do Gasômetro, em 1876 torna-se regularizada através de uma lei municipal a coleta de lixo na cidade, em 1878 inicia o processo de saneamento básico e em 1886 ocorre a implantação dos serviços telefônicos em Porto Alegre.

A partir de 1890, em decorrência da ordem republicana, da abolição da escravidão, do crescimento da classe média urbana e da ampla imigração de trabalhadores livres que deveriam atender a demanda de mão-de-obra na agricultura e na industrialização nascente, ocorrem significativas alterações na ordem social, econômica e política de Porto Alegre (MONTEIRO, 1995).

Com o fim da escravidão surgem os “libertos” que prestavam serviços não-especializados, eram mal remunerados e viviam em cortiços ou porões na área central da cidade ou em zonas mais afastadas, não-urbanizadas e pouco demandadas. Desse modo, Pesavento (1998, p. 31) descreve que “[...] formava-se como que um cinturão negro e pobre em torno da cidade que se queria bela, branca e higiênica”. A autora ainda salienta que “espaços burgueses e redutos do povo” estavam com os dias contados, no que se refere à coexistência na área central da cidade. Por conseguinte, aos poucos chegava ao fim o aspecto bucólico dos arraiais, pois, como rememora Pesavento (1998):

No processo de transformação burguesa, as classes menos abastadas e seus territórios passavam a sofrer uma investida dos notáveis da comunidade local no sentido do controle social e da disciplinarização das socialidades. A nova ordem estabeleceria suas normas, valores e procedimentos na busca de uma vida urbana adequada (PESAVENTO, 1998, p.31).

Verifica-se, também, a utilização de diversos termos por parte dos diferentes autores estudados para a composição desta pesquisa. Muitos destes termos fazem menção a hierarquizações, tais como: sesmaria, arraial, arrabalde, capital, freguesia, vila, cidade, entre outros. Nesse sentido, podemos analisar a ressignificação pela qual estes termos vêm passando ao longo do tempo, visto que não possuem hoje a mesma conotação que lhes era atribuída anteriormente: vila, por exemplo, é um termo que atualmente remete à pobreza,

precariedade, falta de infra-estrutura básica, enquanto que, na época em que Porto Alegre alcançou este status, Oliveira (1987) descreve:

É curioso notar que nem um ano e meio havia passado de sua fundação e Porto Alegre já se transformara em Capital. Não era mais do que um pequeno povoado, uma simples Paróquia ou Freguesia que, por 37 anos assim ainda permanecia, uma vez que só lhe foi dada a categoria de Vila a 11 de dezembro de 1810 (OLIVEIRA, 1987, p. 65).

De forma semelhante acontece com rural e urbano, onde principalmente Sandra Pesavento, faz suscitar reflexões a respeito dos sentidos, significações e ressignificações de tais termos. A transformação de uma “cidade tranqüila” em outra cidade que buscava afirmar sua “nova identidade urbana”, seu “aspecto nobre, citadino” que se opunha ao “aspecto rural, bucólico” visto como atrasado, indesejado, rústico. Não obstante, no decorrer da Guerra dos Farrapos a cidade cercada pelas fortificações representa o “abrigo, a segurança, a resistência”, ao mesmo tempo em que passa a demonstrar seu lado “sujo, miasmático, imundo” que não consegue transpor as barreiras impostas pela guerra e torna-se evidente, manifesto.

Alguns questionamentos não podem deixar de ser feitos neste momento: quem são os “notáveis da comunidade”? Como são legitimados? Como se estabelece o “controle social e a disciplinarização das socialidades”? Como e por quem é determinada a “nova ordem”? Quais são as novas “normas, valores e procedimentos” a serem imputados? Quem deve segui-los? Pode-se transgredi-los? E a “vida urbana adequada”? Quem tem direito a ela? Como se define? E quem não conseguir, não puder, não quiser se “enquadrar”?

Essa idéia de cidade “bela, branca e higiênica”, que visa o ordenamento, o desenvolvimento, a limpeza e os bons costumes, acaba por mascarar as relações de poder existentes, como ressalta Bourdieu (2009, p. 8): “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Portanto, a busca por “melhoramentos”, como: calçamento, higienização, alinhamento das casas, construção de teatros, chafarizes, fornecimento de água, transporte coletivo, coleta de lixo, serviço telefônico, entre outros, fez-se necessária. Mas, porque algo passa a se fazer necessário? Como algo passa a se fazer necessário? Quando algo passa a se fazer necessário? Para quem algo passa a se fazer necessário? Onde... Com que finalidade...?

Tais “melhoramentos” estavam ao alcance de todos e todas naquela época? E os “melhoramentos” de hoje? Quais são? Como são? Para quem são? Para que são? Porque os são? Onde os são? Estão ao alcance de todos e todas atualmente?

Assim, inicialmente observa-se que surge a desordem, a aglomeração descontrolada, o caos. Depois, chegam os melhoramentos. Isto nos remete ao comentário do representante da ONU, Jorge Gavidia, citado no início desta dissertação, o qual nos adverte que, ao atingir a marca de 75% da população da América Latina vivendo em cidades, agora “faz-se necessário” investir em “melhoramentos”.

Estas observações nos permitem refletir e compreender que os melhoramentos não se conferem por si sós, são socialmente construídos como necessários e imprescindíveis.

Neste sentido, Williams (1989, p. 393) faz um relevante comentário: “[...] acabamos dizendo que é esta a condição humana: a escolha irresolúvel entre um materialismo necessário e a humanidade igualmente necessária”. O autor ainda ressalta que buscamos resolver este embate estabelecendo dicotomias como trabalho e lazer, sociedade e indivíduo, rural e urbano. Isto não apenas em nível mental, mas também concretamente através da distinção entre periferia e áreas centrais, casas no campo e apartamentos na cidade, dias úteis e finais de semana e assim por diante... E, dessa forma, acabamos por constatar que os “melhoramentos” operam há muito tempo e estabeleceram raízes profundas. Portanto, um processo capitalista fortemente produtivo alargou os recursos e os modos de produção, os quais, ainda que de maneira desigual “criam e reprimem reações a seus efeitos”.

3.3 SÉCULO XX: TRANSFORMAÇÕES E CONTRASTES

No início do século XX entram em circulação os primeiros bondes elétricos, junto aos automóveis particulares e às carroças, trazendo consigo mudanças relativas à pavimentação e calçamento das ruas (MONTEIRO, 1995). Ao mesmo tempo, a valorização do solo urbano aumentava e, na mesma proporção, aumentavam os impostos e os aluguéis. Em 1897, o governo iniciou a cobrança de imposto predial sobre as ruas que eram servidas pelas linhas de bonde, portanto, as áreas mais distantes tornaram-se uma opção para o não-pagamento dessa tributação. Nesse contexto, Pesavento (1998) argumenta que:

Abria-se caminho para a especulação imobiliária, formando-se companhias loteadoras que, arrematando terrenos abaixo do preço em áreas mais afastadas, passaram a fracioná-los e a vendê-los à população, expandindo a urbanização para além dos limites da ‘península’ porto-alegrense (PESAVENTO, 1998, p. 97).

Nascia deste modo, uma solução para o “problema habitacional” em Porto Alegre: a expansão da cidade. Estudando estas questões, Sandra Pesavento nos traz em seu livro “Os

pobres da cidade”, uma interessante notícia extraída de um jornal da época quanto à retirada da população pobre do centro da cidade:

[...] Mas onde irá morar esta gente pobre? É fácil a resposta. Há quatro anos dificilmente encontrar-se-ia casa grande ou pequena mesmo em arrabalde; agora não existe menos de 400 em disponibilidade. Os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem sujeitar-se às regras e preceitos da higiene. Ora, num porão ou cortiço não pode asseio e, conseqüentemente, a higiene desaparece (PESAVENTO, 1998, p. 96).

Cabe aqui uma ressalva, pois, no instante que se admite que as necessidades são socialmente construídas, admite-se, igualmente, que os problemas também o são. Ao mesmo tempo em que a dinâmica da cidade cria problemas, é preciso que eles sejam reconhecidos como problemas. Por isso, a “solução” para o “problema habitacional” passou a ser a “expansão da cidade”. Se formos analisar, observaremos que a expansão da cidade nunca deixou de ocorrer, mas passou a ser vista como uma solução a partir do momento que se enxergou um problema. Neste sentido, um entrevistado deste estudo faz um apontamento interessante:

Quando tu faz um assentamento popular no entorno de uma propriedade tu gera um número de pessoas que invadem a propriedade, né? Que acabam, muitas vezes, inviabilizando a atividade, como aconteceu na [rua] Cristiano Kramer. Ali não foi culpa do município, mas o município sinalizou um espaço onde poderia ser feita a transferência das vilas que faziam parte do Barra Shopping, aquelas vilas foram transferidas com responsabilidade da empresa que construiu o Barra Shopping, só que o que aconteceu? Naquela oportunidade, por não ter uma comissão trabalhando em cima dos impactos na atividade rural, inviabilizamos hoje quase todos aqueles imóveis do entorno, todos eles estão sendo transformados em condomínios. Mais uma propriedade foi vendida agora há pouco porque inviabilizou a atividade primária (Representante SMIC).

Ao analisar os argumentos deste interlocutor podemos perceber que, o que inicialmente se tratava de uma solução para a atual questão dos problemas habitacionais em Porto Alegre, ou seja, a construção de conjuntos habitacionais populares em áreas periféricas, fez surgir a percepção e a compreensão de um novo problema: a inviabilização da atividade primária local. Mas como isto se configura em um problema? E para quem? O que é considerado um problema para uns pode ser percebido como uma alternativa para outros? Bourdieu argumenta que:

Se o modo de percepção legítimo é objeto de lutas tão importantes, é porque, por um lado, a passagem do implícito ao explícito nada tem de automático, podendo a mesma experiência do social reconhecer-se em expressões muito diferentes e porque, por outro lado, as diferenças objetivas mais acentuadas podem estar dissimuladas por diferenças mais imediatamente visíveis [...] (BOURDIEU, 2009, p. 143).

Analisando esse universo empírico que abarca diferentes percepções e significações de rural, de urbano, de melhorias, de inviabilidades, de novas possibilidades, observa-se que, ao mesmo tempo em que existem objetividade e subjetividade nas configurações perceptivas, há também a influência do universo social, pois, como comenta Bourdieu:

Só há diferença socialmente conhecida e reconhecida para um sujeito capaz não só de perceber as diferenças, mas também de as reconhecer como significantes, interessantes, quer dizer, para um sujeito dotado da aptidão e da inclinação para fazer as diferenças que são tidas como por significativas no universo social considerado (BOURDIEU, 2009, p. 144).

Retornemos a meados de 1910, onde a população de Porto Alegre era de aproximadamente 115 mil habitantes e um novo imaginário se estabelecia em direção a uma “cidade limpa, bonita e ordenada”. Nesse sentido, Pesavento (1998; 1999) salienta a articulação de uma política moralizadora, onde as vivências e os territórios da população pobre são identificados como focos de criminalidade e promiscuidade, sendo eles, portanto, “desterritorializados do centro” devido a esta concepção saneadora, onde os pobres eram progressivamente “varridos” para áreas mais afastadas e menos nobres: os terrenos alagadiços dos bairros fabris Navegantes e São João, ou para as terras altas do atual bairro Mont’ Serrat, onde haviam se instalado os negros que viviam na Colônia Africana.

Atualmente, são encontradas as seguintes propagandas veiculadas tanto no site do DEMHAB (PORTO ALEGRE, 2011a), quanto em *outdoors* espalhados pela cidade (Fotografia 1):

Reassentamentos: Vila Chocolate – “Serão reassentadas 181 famílias cadastradas da Vila Chocolate. Os serviços de infraestrutura já estão executados. O DEMHAB está construindo as unidades habitacionais no loteamento situado na Avenida Protásio Alves, 9.099”.

Vila Dique – “Reassentamento de 1.476 famílias no loteamento em construção na Av. Bernardino Silveira Amorim, 1915 (Bairro Rubem Berta). A transferência da vila deve-se às obras de ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Dentro do projeto de **remoção**, o trabalho social está sendo desenvolvido pela mobilização e organização da comunidade, cursos de capacitação profissional e oficinas de educação ambiental”.

Fotografia 1 — “A copa do mundo passa por aqui”: outdoor localizado na Av. Loureiro da Silva, quase esquina com a Av. Lima e Silva



Fonte: Registrado pela autora (2011).

Talvez, desde 1910 até os dias de hoje ainda estejamos em busca da construção de uma de uma cidade “limpa, bonita e ordenada”, como podemos observar na divulgação dos diferentes meios de comunicação apresentados.

Muitos paralelos podem ser traçados entre 1910 e 2011. Seriam os arrabaldes de ontem as periferias, os arredores, as margens, as cercanias, os subúrbios de hoje? Ou, mencionando novamente as palavras do escritor da Gazeta da Tarde: “os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem sujeitar-se às regras”. Mas, como se constitui a “cidade propriamente dita”? E sobre as regras? Quem as determina? A quem elas são direcionadas?

Novamente, ontem e hoje aparecem bastante próximos em um sentido não-linear, mas cíclico. E, para além desses questionamentos, estaria hoje a periferia da cidade vazia, vaga, desocupada, abandonada, inativa, ociosa, despovoada, desabitada... aguardando ser ocupada, habitada, preenchida, completada, povoada...? Ou, estaria ainda hoje o rural aguardando para se transformar em urbano?

Retornando a 1914, era elaborado pelo engenheiro João Moreira Maciel o Plano Geral de Melhoramentos para a cidade, o qual pressupunha a construção de vias radiais interligando o centro aos demais bairros, alargamento de ruas, extinção de becos remanescentes

ajardinamento de áreas baldias adjacentes à área central, construção de aterros na orla do Guaíba, entre outros (MONTEIRO, 1995).

A partir da década de 20, conforme Pesavento (1998), o modelo agroexportador do país passou a tornar-se inviável com a superprodução de café e a política externa de sustentação dos preços dos produtos no mercado internacional. Assim, a aspiração de uma modernidade para Porto Alegre vem acompanhada por intensas mudanças na estrutura produtiva e econômica do país. Durante o Estado Novo, período que compreendeu os anos de 1937 a 1945, estabeleceu-se a indicação de interventores para os governos estaduais e municipais, onde,

Porto Alegre viveu, de forma radical, a feição autoritária de intervenção no seu espaço urbano, possibilitada pela grande concentração de poder nas mãos dos governantes e na capacidade de acumulação do Estado. Iniciou-se, aí, a fase verticalização do centro da cidade e a finalização de obras grandiosas para a fisionomia de Porto Alegre, iniciadas nas primeiras décadas do século XX (PESAVENTO, 1998, p. 100).

Durante a década de 40, foi-se efetivando a proliferação de indústrias, o que passou a gerar uma grande movimentação de pessoas em direção a Porto Alegre, em busca de trabalho (PORTO ALEGRE, 2000). A expansão industrial ocasionou, no campo, a mecanização da lavoura e esta, aliada à exploração da mão-de-obra rural, fez com que muitos agricultores se voltassem para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Segundo dados da PMPA (PORTO ALEGRE, 1990), no período compreendido entre as décadas de 40 e 50, o êxodo rural representou mais de 70% do aumento da população em Porto Alegre.

O livro denominado “Restinga”, da série Memória dos Bairros elaborada pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre, nos apresenta um significativo apontamento:

[...] o surgimento das **malocas** em Porto Alegre está diretamente vinculado ao êxodo rural, não se constituindo em aglomerados de ladrões e assassinos. A **maloca** foi a solução encontrada para um problema que vai tomando proporções gigantescas: o desemprego (PORTO ALEGRE, 1990, p. 7, grifo do autor).

Interessante destacar no trecho acima, o comentário acerca das “malocas” não se constituírem em aglomerados de ladrões e assassinos em função da origem rural de seus moradores, o que remete às “pessoas do campo” como pessoas de bem, puros, corretos, honestos, trabalhadores... diferentemente dos “cidadinos”, caricaturados como malandros, ladrões, vagabundos, desonestos, trapaceiros...

Em diversos pontos da cidade passam a surgir e se proliferar as chamadas “vilas marginais”, devido à necessidade de uma maior flexibilidade de movimentação dos trabalhadores das indústrias e da construção civil, formando-se “bolsões de miséria na periferia da urbe” (PESAVENTO, 1998, p. 134).

Nessa época, conforme PMPA (PORTO ALEGRE, 2000) observa-se que a política administrativa do município não apresentava um planejamento específico voltado às demandas habitacionais. No entanto, com o passar do tempo, passou a surgir uma maior “preocupação” com relação a essa problemática, visto que os dados estatísticos eram alarmantes: aproximadamente 120 mil pessoas (cerca de 1/3 da população de Porto Alegre) moravam em condições precárias.

Retoma-se aqui a discussão acerca de quando um problema torna-se, de fato, um problema? Que porcentagem da população vivendo em condições precárias se faz necessária para que isto passe a se tornar um problema socialmente relevante?

Enquanto isso, em 1959, Porto Alegre “orgulhava-se” de ser a primeira capital brasileira a apresentar seu Plano Diretor deliberado por lei municipal, onde era planejada a “solução para os problemas urbanos de forma global e planificada”, segundo Pesavento (1998, p. 134). No entanto, argumenta a autora, “entre o ideário e a realidade, havia um descompasso”, pois passavam a se multiplicar as vilas populares na zona norte de Porto Alegre, região que, em meados do século XX já abrigava boa parte da população operária da cidade (PORTO ALEGRE, 2000).

Observa-se, ademais, uma diferenciação no processo de ocupação das regiões norte e sul do município de Porto Alegre, que pode ser entendido através de alguns fatores: um histórico, que se deve à proximidade da região norte do município com outros centros urbanos importantes naquele período, como Viamão e Gravataí, favorecendo a implantação de vias de acesso mais qualificadas para o escoamento da produção e, conseqüentemente, facilitando a ocupação da região. As principais relações da cidade com o interior do Estado e com o restante do país se davam através do porto e por meio de estradas localizadas ao norte do município (MERTZ, 2002).

Outro fator está relacionado ao meio físico propriamente dito, resultante do fato de que Porto Alegre se localiza em um sítio geográfico bastante característico. Situada na confluência de várias regiões fisiográficas, a cidade se compõe de terrenos e morros graníticos (sul) e planícies de formação aluvial (norte). Não obstante, a ocupação humana se desenvolveu sobre as duas regiões gerando padrões territoriais distintos e diferentes características de utilização e graus de adaptação ao meio (MOHR, 2010).

Ao longo da primeira metade do século XX, a zona sul do município ainda recebia migrantes nacionais e estrangeiros que se dedicavam a atividades agropecuárias (PORTO ALEGRE, 1994). Devido às belezas naturais e à proximidade do Lago Guaíba, o lugar tornava-se também propício a atividades de lazer e veraneio e era reconhecido por muitos, na época, como a “região da serra” de Porto Alegre.

A partir da definição “região da serra”, conferida na época, pode-se perceber a ressignificação desse espaço periférico antes visto como atrasado, lugar destinado aos proletários, longínquo... Em algum momento, passa-se a olhar, a compreender este local como agradável, tranquilo, bonito, desejável, passa-se a atribuir-lhe um valor, uma beleza, uma natureza, um simbolismo distinto.

3.4 SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: POLISSEMIAS E TENSÕES

A partir dos anos 60, com o crescimento da cidade, conforme PMPA (PORTO ALEGRE, 2000, p. 18), passa a haver uma nítida diferenciação entre os terrenos que estão dentro de um espaço possuidor de serviços urbanos e os terrenos que não os possuem, ou seja, quanto maior o “valor de uso” de um terreno (acesso a transportes, eletricidade, água, esgoto, entre outros), mais caro ele se torna. No entanto, cabe aqui um rápido contraponto aos serviços urbanos: o que seriam “serviços rurais”? Poderiam existir? Seriam estes a ausência de serviços urbanos? Novamente pode-se apreender a definição do rural em oposição ao urbano, relacionado à ausência, à precariedade, à falta, à carência, à deficiência.

Portanto, segundo PMPA (PORTO ALEGRE, 2000, p. 18) o que passa a ocorrer é o seguinte: determinado grupo (mais um contraponto: quem é este determinado grupo a quem o autor se refere? São pobres, proletários, desfavorecidos, desprovidos, miseráveis, necessitados? Curioso notar que estes também são caracterizados - assim como o rural - pela ausência, pela carência, pela falta, em oposição aos que possuem algo) constrói suas casas em um local com baixo valor de uso e quando, posteriormente, esta área alcança a urbanização, freqüentemente optam (ou são levados a?) pela mudança, “dirigindo-se a um terreno menos valorizado e utilizando-se do capital que adquiriram com a venda para sua sobrevivência imediata”. Por conseguinte, o que parece ser um bom negócio para quem vende o lote, se mostra ainda mais lucrativo para quem o compra, pois passam a adquiri-los por preços baixos e realizam construções sobre as quais obterão grande lucro. Desse modo, desenvolve-se um ciclo difícil de romper e que está diretamente relacionado à própria estrutura socioeconômica do país. Em meio a esta prática, há ainda um grave problema: o crescimento das vilas ou

loteamentos irregulares, muitos dos quais localizados em áreas de risco (PORTO ALEGRE, 2000).

Com efeito, as “tendências urbanas” em meados do século XX mostravam que os portoalegrenses estavam modificando sua maneira de viver e ver a cidade. Muitos espaços de convívio urbanos e bens culturais foram desaparecendo ou se transformando e, com isso, a identidade cultural e os valores dos cidadãos também se apresentavam em processo de mudança, ou vice-versa? E, ao longo desse processo vão se (re)construindo as (re)significações...

Segundo PMPA (PORTO ALEGRE, 2000), de um lado, viam-se os arranha-céus, quilômetros de avenidas asfaltadas e a ampliação dos bairros com saneamento básico, enfim, novas configurações que se apresentavam na *urbe* e impressionavam os que nela transitavam, mas por outro lado,

A especulação imobiliária, o excessivo parcelamento da propriedade citadina, a concentração demográfica desordenada e a debilidade financeira da municipalidade, tornaram esquecidas as necessidades de espaços livres e destruíram os elementos naturais da cidade [...]. Nossas construções cresceram em altura e fundos e se juntaram nas divisas escondendo o céu [...] (PORTO ALEGRE, 2000, p. 34).

Entretanto, em 1964 ocorre o golpe militar, o qual surge com promessas de reformas e “paz social”, principalmente no que se referia à questão do desemprego e da falta de moradias para brasileiros que viviam nos centros urbanos, o que era visto pelos governos militares como um possível foco de tensão. Nesse sentido, com o objetivo de reduzir a “inquietação social”, o regime militar cria um plano habitacional voltado à população de baixa renda: surge o Banco Nacional da Habitação - BNH (PORTO ALEGRE, 2000).

A face do milagre econômico estava voltada também para a cidade de Porto Alegre. Os anos 70 resultaram numa descaracterização de proporções gigantescas na paisagem da cidade, com viadutos, perimetrais, elevadas e túneis. Retiraram-se os bondes – símbolos do atraso, mesmo em face da crise mundial do petróleo – implementou-se o transporte público, basicamente através de ônibus (PESAVENTO, 1998, p. 161).

Relevante ponderar, nesta ocasião, “os símbolos do atraso” mencionados pela autora: os bondes, as carroças, as estradas de terra, as distâncias, o rural... Nem sempre estes foram símbolos do atraso, antes pelo contrário. Converteram-se em símbolos do atraso em oposição a algo: bondes e carroças tornaram-se símbolos de atraso em relação a automóveis, as estradas de terra em relação ao calçamento, as distâncias em relação às proximidades, o rural em relação ao urbano... Nessa perspectiva, Wanderley (2009, p. 207) pondera:

Durante séculos o motor da história estava no meio rural e as cidades se desenvolveram como ‘parasitas tutelares’, expressão que indica a dependência urbana em relação ao dinamismo econômico, vindo do campo ao mesmo tempo em que o exercício, pela cidade, de funções de dominação sobre o meio rural. Com o tempo, o acúmulo destes poderes terminou por inverter as relações.

Mendras (1969, p.43) argumenta que “o meio rural se define em relação à cidade”, tanto que, quando não há cidade, não se pode pensar em rural propriamente dito. Todavia, quando se passa a fazer a distinção entre rural e urbano em Porto Alegre? Em que momento este “motor da história”, apropriando-me do termo de Wanderley (2009) para referir-se ao rural, tornou-se atrasado, antiquado? E quanto ao “parasita tutelar”? Como se tornou o dominador? Como foram-se ressignificando, rural e urbano, a ponto de “inverter as relações”?

Não obstante, com o contínuo crescimento populacional, a construção de núcleos habitacionais populares alcança a zona sul do município: é iniciada a construção da Restinga. A administração pública da capital estava inserida em um sistema desenvolvimentista que utilizava slogans como: “Remover para Promover”, onde a “preocupação centrava-se apenas em retirar os ‘marginais’ de zonas nobres e centrais”, abstendo-se de maiores responsabilidades ao determinar a transferência da população marginalizada para áreas distantes do perímetro urbano, sem nenhuma infra-estrutura, como foi o caso da Restinga (PORTO ALEGRE, 1990, 2000).

Ressalta-se que, quando da constituição do bairro Restinga, “as populações a serem removidas não eram consultadas, mas surpreendidas pela violência moral a que eram submetidas” (PORTO ALEGRE, 1990, p. 9), sendo obrigados a se retirarem de suas “malocas” e seguirem para outro destino, sem direito a opção alguma, como revelam os autores:

A preocupação do poder público com a reorganização urbana usou um método coerente com a lógica do capitalismo, ou seja, o feio não deve ser mostrado. O feio tem que ser jogado para bem longe e nada melhor que a mata virgem da Restinga, sem estrada, sem água, sem luz, sem escola, sem atendimento médico, sem nada, apenas uma sanga (PORTO ALEGRE, 1990, p. 9).

Além do acima exposto, apresenta-se também o depoimento de Maria Eloirdes da Rosa, o qual consta no livro “Restinga” (PORTO ALEGRE, 1990) e merece destaque:

Nós estávamos lá na ilha, lá perto da Praça Garibaldi, do Centro [...]. Foi de lá que eles nos trouxeram nessa época. Chegaram aqui, nos largaram e depois de duas semanas eles vieram para levantar a casinha. Nós estávamos numa barraquinha e nós viemos num caminhão da prefeitura [...]. Eles avisaram que todos viriam para cá e quando nós viemos, eles chegaram [...] disseram que nós éramos obrigados a vir

porque tinham que entregar as terras para fazer escritórios [...]. No começo, quando eu vim para cá, eu ia trabalhar, me sentava na Praça Garibaldi e ali eu chorava que nem sei, para não vir embora para casa [...] (PORTO ALEGRE, 1990, p. 9 – Os parênteses com reticências compõem *ipsis litteris* o texto original).

Com relação a esta questão, um entrevistado deste estudo faz o seguinte comentário: “Quando foi feita a Restinga, diziam que nós estávamos desterrando os pobres daqui, fazendo um gueto. Hoje, a Restinga é uma cidade dentro da cidade” (Vereador DEM).

Como contraponto, traz-se a seguinte notícia divulgada no site do Instituto Econsciência:

Instituto Econsciência participa do Seminário Megaprojetos e o Direito à Cidade, organizado pela ONG Cidade: O Instituto Econsciência se fez presente no Fórum Estadual de Reforma Urbana dia 11 de dezembro de 2010 no Auditório do Direito da UFRGS. O evento reuniu líderes comunitários de diversas regiões, ambientalistas, conselheiros do Fórum Regional de Planejamento de Porto Alegre e o público acadêmico. O tema principal foram as obras da Copa de 2014 e dentre as falas destacamos a indignação dos participantes quanto a intenção do poder público de realocar moradores da região mais central para a Restinga e Região Extremo Sul de Porto Alegre, pois a região é deficiente de infra-estrutura básica de transporte, emprego, educação e saúde. Somente no bairro Restinga o plano é realocar 50 mil pessoas. A situação é preocupante, pois a consequência disso será o aumento da segregação urbana da nossa cidade! (INSTITUTO ECONSCIÊNCIA, 2011).

É chegado ao fim o século XX, entramos no século XXI e slogans como “Remover para Promover”, ao que tudo indica, permanecem ainda bastante atuais. A própria palavra “remoção” é utilizada hoje em dia no site do DEMHAB. Entretanto, atualmente há movimentos e manifestações de grupos organizados, como o que mostra o cartaz em punho (Figura 3):

Figura 3 — Manifestações Relacionadas à Copa de 2014



Fonte: Comitê Latino Americano (2011)

Vive-se, no presente momento, um período de retomada de grandes obras de infraestrutura e, no que tange este estudo, especialmente às obras para a Copa do Mundo de Futebol 2014, as quais acabam por incidir direta ou indiretamente sobre as áreas rurais, como é o caso de Porto Alegre. Disto decorrem tensões e embates, os quais podem ser classificados como sociais, rurais, ambientais ou socioambientais, e envolvem distintos grupos sociais, quais sejam: movimentos sociais, poder público, ONGs, produtores rurais, políticos, empreendedores do setor imobiliário, etc.

Outra notícia publicada em 26/04/11 no jornal O Globo vai ao encontro desta discussão:

ONU critica Brasil por desapropriações para Copa e Olimpíada:

O Brasil faltou com transparência e pagou indenizações insuficientes pelas desapropriações para obras da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016, possivelmente cometendo violações aos direitos humanos, disse uma relatora especial da ONU nesta terça-feira.

A relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU Raquel Rolnik pediu que o país interrompa as desapropriações até que essas questões sejam resolvidas.

"Com a atual falta de diálogo, negociação e participação genuína no desenvolvimento e implementação de projetos da Copa do Mundo e da Olimpíada, as autoridades de todos os níveis devem interromper todas as desapropriação planejadas até que se possa garantir diálogo e negociações", disse.

Provável palco da final do Mundial e sede dos Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro aparece ao lado de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Natal e Fortaleza como as cidades que realizaram desapropriações ilegais ligadas a projetos dos eventos esportivos, segundo o estudo.

A relatora independente, indicada para avaliar as condições de moradia como componente dos direitos humanos, disse ter recebido muitas queixas sobre falta de transparência, consultas, diálogo, negociação justa e participação das comunidades afetadas nos processos de desapropriação.

"Peço às autoridades federal, estadual e municipal envolvidas nos projetos da Copa do Mundo e da Olimpíada que se envolvam em um diálogo transparente com a sociedade brasileira, particularmente com os setores da população diretamente afetados", disse a relatora em comunicado.

Casos citados no estudo da ONU incluem um plano de retirar 2.600 famílias em Belo Horizonte e desapropriações já realizadas no Rio de Janeiro, que vai construir três vias expressas de ônibus (BRTs) que passarão por favelas que abrigam milhares de moradores que vivem em condições precárias.

Em São Paulo, milhares de famílias já foram despejadas como parte de um projeto de ampliação de uma avenida na zona sul, que ainda deve causar a retirada de mais milhares de pessoas, segundo a relatora.

Indenizações Baixas:

Um dos problemas mais graves, segundo Rolnik, são os baixos valores das indenizações pagas, especialmente em um momento de alta nos valores de imóveis no país.

"Também estou preocupada com as indenizações muito limitadas que são oferecidas às comunidades afetadas, o que é ainda mais grave devido aos valores elevados dos imóveis nas localidades onde as obras estão acontecendo para esses eventos", disse.

A ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse à Reuters em resposta ao relatório que muitas desapropriações aconteceram em áreas de risco, e convidou a relatora da ONU a visitar as comunidades atingidas.

"Nós não consideramos que há tentativas forçadas de retiradas de pessoas... muitas dessas áreas são áreas de risco, onde as pessoas estão em condição muito precária", afirmou em Brasília.

"Todas as mudanças vindas para favorecer obras em termos de empreendimentos para a Copa do Mundo vêm para favorecer essas famílias em moradias mais adequadas, o que é sinônimo de direitos humanos nestas comunidades", acrescentou.

O relatório da ONU foi divulgado um dia após a Anistia Internacional também ter alertado que as desapropriações relacionadas aos Jogos Olímpicos e ao Mundial podem desrespeitar os direitos humanos dos moradores de favelas do Rio.

Um possível entrave nas desapropriações pode resultar em mais atrasos nas obras em todo o país para os eventos esportivos. Reformas de aeroportos e estádios já estão atrasadas, despertando críticas recentes do presidente da FIFA, Joseph Blatter (FONSECA, 2011).

A partir da divulgação de imagens e reportagens como as supracitadas, podemos perceber que, apesar da atual conjuntura apresentar-se bastante diferenciada da vivida ontem (1960-1970, época em que falávamos da restinga), verifica-se que um elemento central parece não ter se modificado de maneira expressiva neste caso: as discussões acerca das políticas habitacionais continuam a ser idealizadas e postas em prática sem a participação da sociedade

civil, onde o autoritarismo se produz e reproduz ontem e hoje em inúmeras instâncias no que diz respeito a este debate, como assegura Bourdieu:

A concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, tanto mais provável quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes [...]. O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2009, p. 164).

Voltando a meados dos anos 70, declina o “espírito do milagre econômico” e desenha-se no país uma profunda crise, resultante da desigual distribuição de renda e da especulação financeira. Concomitantemente, cresce a atuação dos movimentos sociais, tanto no campo, com os “sem-terra”, quanto na cidade com os “ocupantes de prédios”, segundo Barcellos, Mammarella e Koch (2004). Com o término de uma política habitacional voltada para a população de baixa renda, o direcionamento do crescimento da cidade de Porto Alegre passa a tornar-se dependente da movimentação do mercado imobiliário, induzindo os investimentos do setor da construção civil a se dirigirem às classes de mais alta renda (BARCELLOS; MAMMARELLA; KOCH, 2004).

Assim sendo, ainda segundo Barcellos, Mammarella e Koch (2004), na década de 80 ocorreu um processo de expansão das áreas de moradia na cidade, acompanhada de uma periferização que atingiu, fundamentalmente, a população situada nos extremos inferiores da hierarquia social. Por outro lado, entre as décadas de 80 e 90 observa-se também uma tendência de avanço das classes de renda elevada sobre os espaços anteriormente ocupados pelas classes de baixa renda, o que pode ser observado, segundo Barcellos, Mammarella e Koch (2004), na zona sul de Porto Alegre, renunciando o que vem ocorrendo mais recentemente nessas áreas: a proliferação de condomínios residenciais para a população de alta renda. Nessa perspectiva, Pesavento comenta:

Porto Alegre reflete o conflito permanente entre homogeneização e contraste. A cidade retraça seus espaços e vivências, os inúmeros territórios em que os grupos habitam e se encontram, agora como parte de uma sociedade nacional cada vez mais integrada e, ao mesmo tempo, marcada pela sua especificidade local (PESAVENTO, 1999, p. 166).

As palavras de Sandra Pesavento traduzem precisamente a Porto Alegre de ontem, a Porto Alegre de hoje: “homogeneização e contraste”. Como lidar, como conviver, como coexistir, como dialogar? Eis as questões que nos são postas, ontem e hoje.

4 RURALIDADES PORTOALEGRENSES NA CONTEMPORANEIDADE

“Ela acreditava em anjos e, porque acreditava, eles existiam”.
Clarice Lispector (1998).

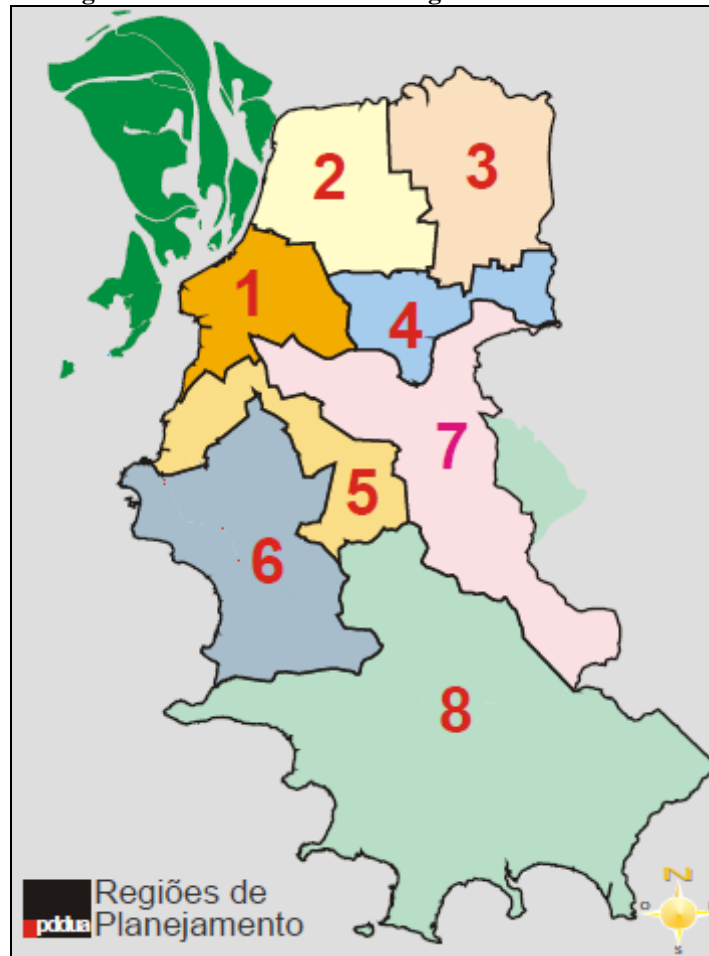
Estendendo a afirmativa da poeta, não só anjos, mas também o rural está sujeito ao olhar do outro para que possa existir. A despeito da decretação oficial de que, em Porto Alegre, o rural teria desaparecido, se as pessoas que aí vivem, mas, principalmente, se aqueles que se acham diretamente afetados por esta mesma decretação e outros agentes interessados em discuti-la continuam falando, pensando e propondo formas de intervenção relacionadas ao rural, do ponto de vista sociológico, este permanece existindo enquanto objeto de estudo. Como ressalta Williams (1989, p. 390), “[...] no campo e na cidade, fisicamente presentes e substanciais, a experiência encontra um material que corporifica os pensamentos”.

Desse modo, este capítulo pretende trazer à tona o atual debate que permeia o rural em Porto Alegre. Assim sendo, inicialmente é apresentada a “zona rural” e toda a contradição que envolve sua delimitação (ou não delimitação). Já no tópico decorrente, buscou-se descrever e analisar, a partir do material empírico acessado, parte do processo de ressignificação vinculado ao uso prático das categorias rural e urbano. Em seguida, aborda-se o rural especificamente como “fronteira” da especulação imobiliária, sendo detalhadas então as tensões que permeiam os discursos dos diversos agentes sobre este fenômeno.

4.1 AMBIGÜIDADES DE UMA “ZONA RURAL” (IN)EXISTENTE

Um dos significados mais fortes por trás das expressões rural e urbano refere-se a estes como espaços físico-administrativos. Recordando o que se disse no início da dissertação, a prefeitura de Porto Alegre, através do PDDUA (PORTO ALEGRE, 1999), transformou a “zona rural” do município (que compreende a Macrozona 8) em “zona rururbana” (Figura 4):

Figura 4 — Divisão de Porto Alegre em 8 Macrozonas



Fonte: Porto Alegre (1999).

Tal delimitação oficial subentende já uma espécie de fagocitose incompleta da primeira “zona” pela segunda: aquela, apesar de já totalmente englobada por esta, não teria sido ainda totalmente “digerida”¹. Assim, como tal processo, embora em estado relativamente adiantado, não teria se consolidado por completo, os administradores públicos optaram por propor uma “zona” (“rururbana”) de transição.

A despeito disso, porém, no caso desta última, ela ainda conservaria certas características normalmente associadas ao rural. O que acontece é que, para se dividir o espaço administrativo em “rural” e “rururbano”, ainda assim será preciso qualificar objetivamente a ambos ou, como dizia Williams acima, “encontrar um material que corporifica os pensamentos” sobre ambos. Como resultado, vários usos, qualidades e atividades são conferidos no PDDUA à chamada “zona rururbana”, a qual seria caracterizada:

¹ Sem contar que, pelo mapa, em verde escuro, todas as ilhas do Guaíba (Ilhas dos Marinheiros, das Flores, da Pintada, do Pavão, entre outras), compõem uma área física expressiva do município, além de ser o lugar onde vive uma população significativa de pescadores artesanais (que, do ponto de vista das ruralidades, poderiam ser vistos como “agricultores do rio”).

pela predominância de “patrimônio natural” (ou seja, natureza), existência de atividades ligadas ao “setor primário” (isto é, agropecuária), por sua utilidade enquanto área de “lazer e turismo” (ambos, quando associados ao rural, normalmente associados a locais sossegados, bucólicos, silenciosos, tranqüilos e belas paisagens) e pelo “uso residencial” do espaço (o que, por inferência, contrasta com a atividade que mais se distancia a idéia geral que se tem do rural: o “uso industrial” do espaço físico).

Assim, com base nestas qualificações, no referido documento a “zona rururbana” compreenderia o que o Plano Diretor denomina de “núcleos intensivos”, quais sejam: Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha de morros formada pelo Morro da Companhia, Morro da Polícia, Morro Teresópolis, Morro da Tapera, Morro das Abertas e Morro da Ponta Grossa.

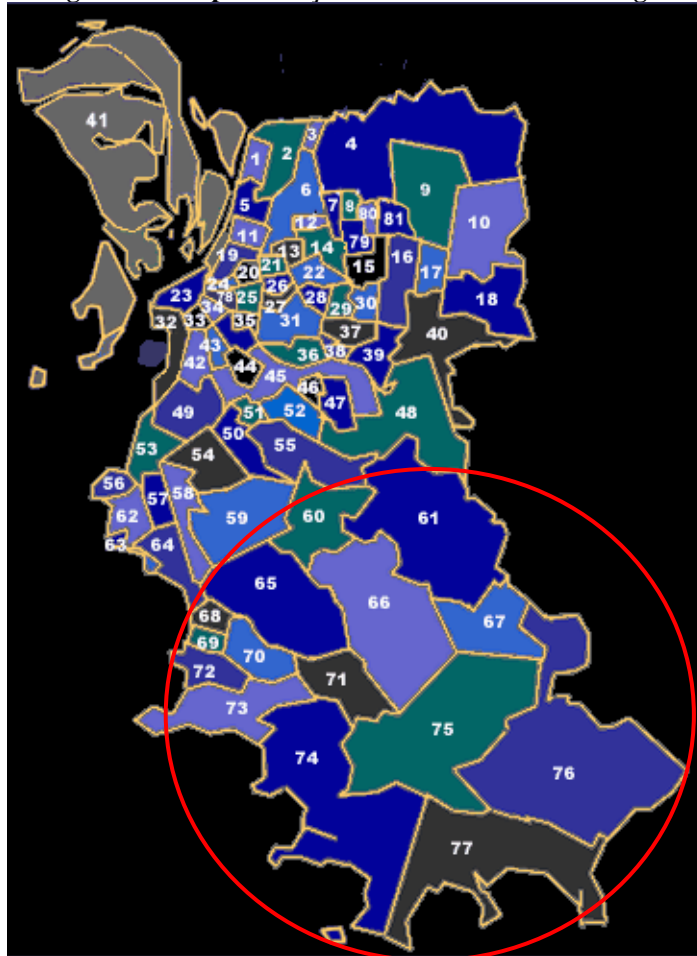
Tal separação do espaço, no entanto, é relativamente arbitrária, visto que os parâmetros citados no parágrafo anterior (patrimônio natural, lazer e turismo, setor primário e uso residencial), são relativamente abertos e sujeitos a diferentes gradações (mais ou menos natural, mais ou menos turismo e lazer, mais ou menos agricultura, mais ou menos residencial), podendo tranquilamente servir para incluir (ou excluir) outros “núcleos intensivos” e “bairros” do município.

De fato, talvez o caso mais emblemático seja o Bairro Vila Nova, historicamente ligado à existência de sítios de lazer e veraneio e à produção de frutas e hortaliças, atividades estas que têm declinado fortemente nas últimas duas décadas. Mas tal exercício classificatório poderia ser feito para outras regiões. Se formos nos basear apenas nos parâmetros citados acima, relativamente às demais áreas consideradas “urbanas”, os bairros Agronomia e Morro Santana, por exemplo, se caracterizam pelo quase total “uso residencial” e pela presença de expressivo “patrimônio natural”². Da mesma forma, as diversas ilhas que compõe o Delta do Rio Jacuí, mas que fazem parte do município - Ilha da Pintada, Ilha dos Marinheiros, Ilha do Pavão, Ilha das Flores –, pelo parâmetro das atividades primárias (no caso, a pesca artesanal) e, também, pelo “patrimônio natural”, talvez tivessem mais proximidade com a “zona rururbana” atual do que com a “zona urbana”. Por fim, como veremos mais adiante, além da classificação “zona rural” ou “área rural”, entre os interlocutores da pesquisa é comum a designação “zona sul”, a qual surge muitas vezes como forma de relativizar a rigidez da categorização oficial. Assim, ao se falar em “zona sul”, normalmente se está referindo, além

² Parte da área da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) inserida no Morro Santana foi destinada à criação de uma unidade de conservação denominada Reserva Ecológica do Morro Santana.

das áreas tidas “rururbanas”, a outros bairros da capital como Guarujá, Ipanema e Vila Assunção (Figura 5):

Figura 5 — Representação dos Bairros de Porto Alegre



Fonte: Commons Wikipedia (2011).

Legenda:

1. Farrapos	22. Boa Vista	43. Azenha	64. Ipanema
2. Humaitá	23. Centro	44. Santo Antônio	65. Aberta Morros
3. Anchieta	24. Independência	45. Partenon	66. Restinga
4. Não-cadastrado	25. Rio Branco	46. Vila João Pessoa	67. Não-cadastrado
5. Navegantes	26. Mon't Serrat	47. São José	68. Espírito Santo
6. São João	27. Bela Vista	48. Agronomia	69. Guarujá
7. Jardim São Pedro	28. Três Figueiras	49. Santa Teresa	70. Hípica
8. Jardim Floresta	29. Chácara das Pedras	50. Teresópolis	71. Chapéu do Sol
9. Sarandi	30. Vila Jardim	51. Glória	72. Serraria
10. Rubem Berta	31. Petrópolis	52. Cel. Aparício Borges	73. Ponta Grossa
11. São Geraldo	32. Praia de Belas	53. Cristal	74. Belém Novo
12. Santa Maria Goretti	33. Cidade Baixa	54. Nonoai	75. Lageado
13. Higienópolis	34. Farroupilha	55. Cascata	76. Não-cadastrado
14. Passo da Areia	35. Santa Cecília	56. Vila Assunção	77. Lami
15. Vila Ipiranga	36. Jardim Botânico	57. Camaquã	78. Bom Fim
16. Jardim Itu-Sabará	37. Bom Jesus	58. Cavalhada	79. Cristo Redentor
17. Passo das Pedras	38. Jardim do Salso	59. Vila Nova	80. Jardim Lindóia
18. Mario Quintana	39. Jardim Carvalho	60. Belém Velho	81. São Sebastião
19. Floresta	40. Protásio Alves	61. Lomba do Pinheiro	82. Santana
20. Moinhos de Vento	41. Arquipélago	62. Tristeza	
21. Auxiliadora	42. Menino Deus	63. Vila Conceição	

Conforme Schnädelbach (2004), a decretação da extinção do rural portoalegrense pela prefeitura municipal no final dos anos 1990 teve duas motivações principais. Por um lado, visou estender aos produtores rurais da região o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em vez do Imposto Territorial Rural (ITR, cujo valor é extremamente baixo), visto que, teoricamente, não haveria mais imóveis rurais no município. Mas, por outro lado, através dessa medida pretendia-se também, mais do que aumentar a arrecadação tributária, ampliar o controle do poder público municipal sobre o planejamento da cidade e, com isso, frear o avanço da especulação nestas áreas via sua transformação em reserva de valor para futuras transações no mercado imobiliário.

Com a constituição do Plano Diretor em 1999, Porto Alegre está hoje dividida em nove macrozonas, as quais são tidas como possuindo características similares em termos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais, bem como em termos de suas potencialidades futuras. A “zona sul” da cidade é caracterizada como um território de grandes “vazios urbanos” com alguns núcleos esparsos (tais como Lami, Belém Novo e Belém Velho), regiões com produção agropecuária, áreas de preservação, além de muitas ocupações irregulares. Segundo Hasenack et al. (2008), o fato dessas áreas permanecerem com baixa ocupação demográfica favoreceria a manutenção de suas características “naturais”. Contudo, embora essa afirmação aponte para o papel simbólico relevante que a existência de belas paisagens, a relativa conservação da flora e a fauna e a persistência de uma organização fundiária e social ligada às atividades agrícolas desempenham na constituição de um imaginário coletivo acerca do rural em Porto Alegre, ela não leva em conta que tais qualidades podem rapidamente vir a desaparecer concretamente, tendo em vista a forte valorização dessas mesmas “áreas naturais”.

Por outro lado, as contradições presentes no debate sobre o rural se ampliam ainda mais quando se vê que, de acordo com a legislação municipal vigente desde 1999 estabelecida pelo PDDUA, embora Porto Alegre não possua mais uma “zona rural” oficial, ao entrar no site da Prefeitura Municipal e acessar o link da SMIC, encontramos a seguinte imagem Figura 6):

Figura 6 — Fomento do Rural no Site da SMIC

The screenshot shows the website of the Prefeitura de Porto Alegre, specifically the SMIC (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio) section. The top navigation bar includes 'Secretarias', 'Departamentos', 'Empresas', and 'Serviços'. The 'Departamentos' menu is highlighted with a red circle. Below the navigation, the breadcrumb trail reads 'INDÚSTRIA E COMÉRCIO > Projetos e Ações > Área Rural > Floricultura e Plantas Ornamentais'. The main content area features a sidebar with a list of services: 'A Smic', 'Fiscalização', 'Alvarás, Licenças e Autorizações', 'Outros Serviços', 'Projetos e Ações', 'Mercados, Feiras e Briques', 'Eventos', 'Legislação', 'Licitações', and 'Conselhos e Comissões'. The main text is titled 'Projeto Floricultura e Plantas Ornamentais' and describes the project's goal to incentivize production and commercialization of existing products, with technical support for new initiatives. It mentions the Associação dos Orquidófilos do Rio Grande do Sul and the Centro Agrícola Demonstrativo da Divisão de Fomento Agropecuário da Smic. The text highlights the commercialization and exhibition of orchids in March and September at the Centro de Porto Alegre. It also notes that producers are encouraged to participate in the 'Calendário Rural Oficial de Porto Alegre' and at strategic points. A photograph of various flowers is shown, along with contact information for the 'Divisão de Fomento Agropecuário' (Centro Agrícola Demonstrativo/Smic), including the phone number (51) 3289-4809 and the email address cadem@smic.prefpoa.com.br. The 'Departamentos' menu item, the word 'existente' in the text, and the words 'março e setembro' in the text are circled in red.

Fonte: Porto Alegre (2010).

Ora, embora oficialmente não exista mais o rural em Porto Alegre, conforme o site oficial da prefeitura, esta possui um “Calendário Rural Oficial”. De fato, nesta página do site podemos verificar um bom número de outros termos que remetem ao rural: “área rural”, “fomento agropecuário”, “centro agrícola”, “produção” e “produtores” (de flores e plantas ornamentais). Fato semelhante ocorre quando acessamos o site da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Porto Alegre, onde, já na página inicial (Figura 7) é destacado o programa “Caminhos Rurais”, do qual, mais à frente, será mostrada a capa do *folder*.

Figura 7 — Página inicial da Secretaria de Turismo SMTur



Fonte: Porto Alegre (2012).

Nesse contexto, vemos a complexidade que envolve a questão: a mesma Prefeitura que oficialmente determina o fim da “zona rural” de Porto Alegre através de seu Plano Diretor (PORTO ALEGRE, 1999), incentiva atividades voltadas ao incremento desse rural, por meio de diferentes órgãos e projetos. Em síntese, embora não haja um rural espacialmente definido, há políticas públicas para o rural.

Mas, quando se passa a outro significado corrente associado à expressão “rural”, no caso, vinculado às atividades agrícolas e pecuárias, as ambigüidades vão vai ainda mais longe. Segundo dados remetidos por email pelo setor de fomento agropecuário da própria SMIC, Porto Alegre seria a segunda capital brasileira com a maior “área rural”: cerca de 30% de seu território. Além disso, a prefeitura municipal, apesar de não reconhecer tal “área”, faz uso de dados de outras instituições sobre a mesma. Assim, conforme dados do INCRA enviados também por email pela SMIC da Prefeitura de Porto Alegre, a “zona rural” do município abrigaria, hoje, cerca de 1000 “propriedades rurais” dedicadas a atividades agropecuárias diversas.

Já sobre os principais mercados consumidores dos produtos agrícolas produzidos na (in)existente “zona rural” de Porto Alegre, estes seriam as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA/RS), feiras convencionais, feiras ecológicas,

supermercados, restaurantes e venda direta realizada pelos agricultores em alguns pontos específicos oferecidos pela SMIC (PORTO ALEGRE, 2010). Quanto aos produtos em si, se destacam: horticultura, fruticultura (pêssego, uva de mesa e vinífera, ameixa, figo, morango e melão), criação de pequenos animais (ovinos, suínos, aves, chinchilas, avestruzes, coelhos, entre outros), criação de animais de grande porte como bovinos, eqüinos e bubalinos, além da piscicultura, apicultura e a floricultura que se destaca pelo cultivo de plantas ornamentais como cicas, orquídeas, bromélias e crassuláceas, por exemplo (PORTO ALEGRE, 2010). Ainda conforme dados da mesma fonte, no caso da agroindústria, algumas cooperativas de agricultores processam também mel, sucos e peixes, sendo que a qualidade de alguns vinhos produzidos nestas “propriedades rurais” localizadas na “zona rururbana” faz com que sejam destinados inclusive à exportação.

Este caráter de dupla (in)existência do rural portoalegrense pode ser percebido também quando se analisa outro sentido contido no PDDUA. Atualmente, o incremento do “lazer e turismo rurais” tem sido incentivado tantos pelos órgãos públicos (via políticas específicas), como por vereadores (sobretudo, durante as campanhas eleitorais), ONGs (através de ações diversas junto aos públicos com quem trabalham), associações de agricultores (promovendo visitas às suas propriedades) e construtoras e empresas imobiliárias (ainda que via propaganda de seus empreendimentos). Soma-se a isto o fato de que várias “propriedades rurais”, independentemente de realizarem atividades agrícolas ou não e de estarem localizadas na “zona rururbana”, oferecem diversas opções de entretenimento e lazer aos “cidadãos urbanos”, disponibilizando, inclusive, opções de pernoite em pousadas, alimentação campeira, comercialização de produtos coloniais e artesanais, além da promoção de festas populares que comemoram as colheitas.

Além disso, a atividade do “turismo rural” tem sido motivada em grande medida pela agricultura ecológica ou agroecológica³, a qual, além de envolver atualmente cerca de 40 famílias organizadas em grupos de produtores, segundo dados da SMIC (PORTO ALEGRE, 2011), tem recebido destaque constante nos meios de comunicação em geral (televisão, jornais, revistas, rádios, sites na internet etc.). Contudo, sabe-se que a idéia de “produto agroecológico” constitui uma invenção normalmente associada ao “mundo urbano”, de onde certas organizações, ONGs e agentes sociais, sobretudo agrônomos, passaram, a partir da década de 1980, a identificar, rotular e valorizar, como contraponto à chamada “agricultura

³ Não se entrará na discussão destes termos, usados aqui como sinônimos, mas que podem em determinados contextos adquirir conotações um pouco diferenciadas. O que importa aqui é que elas estiveram presentes nos discursos das instituições, organizações e agentes sociais aos quais a pesquisadora teve acesso.

moderna”⁴, certas práticas agrícolas tradicionais como sendo ecológicas ou agroecológicas. Aqui, tem-se um caso típico de neopropriação “urbana” de uma atividade imputada ao “rural” (produção tradicional) que passa, com o tempo, a ser reapropriada pelos “rurais” de modo a ser levada (como produto ecológico) aos “urbanos”. A pergunta que fica, neste caso, é quem estaria fagocitando quem?

Examinemos agora a 11ª edição da Agenda Ambiental, publicada pela Prefeitura de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2010b) ano passado, e que visava homenagear a “zona rural” do município. Apresenta-se, em seguida, o texto de abertura da Agenda Ambiental 2010 (Figura 8), no qual são utilizados dados fornecidos pela EMATER, onde se lê a seguinte caracterização:

⁴ A modernização da agricultura brasileira, que se inicia no país no final dos anos 1960, está baseada essencialmente na busca de aumentos constantes de produtividade agrícola via introdução de inovações tecnológicas (fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas, tratores, equipamentos agrícolas etc.). Implementada pelos governos militares, tal modernização é dita “conservadora” por terem reduzido a questão agrária brasileira (concentração da terra, condições dignas de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores rurais, violência no campo, relações clientelistas e de dominação tradicionais etc.) a um problema de política agrícola (crédito, assistência técnica, pesquisa agropecuária, investimento em infra-estrutura etc.). Ver Graziano da Silva (1982, p.40).

Figura 8 — A “Zona Rural de Porto Alegre” na agenda ambiental 2010

Zona Rural de Porto Alegre

A cidade de Porto Alegre é reconhecida como uma das capitais com melhores índices de desenvolvimento, qualidade de vida e maior área verde do país. Isto se deve à cultura de seu povo, a crescente participação popular nas decisões da cidade e a preservação ambiental de seu território.

Na área rururbana, residem próximos a 40.000 habitantes, segundo o IBGE. Dos 475 km² de área total, Porto Alegre possui cerca de 30% definida como área rururbana, onde agricultores, pescadores profissionais artesanais, remanescentes de quilombos e até mesmo indígenas, das etnias mbyá guarani, kaingang e charrua, convivem com aglomerados urbanos como Belém Novo, Restinga, Lomba do Pinheiro, Ilha Grande dos Marinheiros, entre outras. Neste espaço rururbano ainda é significativa a produção de alimentos e outros produtos agrícolas. A atividade primária conta com basicamente três tipos de estabelecimentos rurais: produção para o comércio, moradia e/ou subsistência e sítios de lazer.

Algumas atividades agrícolas da capital:

Olericultura: é o cultivo de hortaliças e frutas. São em torno de 90 famílias. Os principais produtos são as folhosas, como alface, rúcula e couve.

Agroecologia: Atualmente existe um direcionamento para a produção ecológica, ou seja, sem o uso de agroquímicos. Existem oito pequenos grupos de agricultores ecológicos, envolvendo em torno de 40 famílias.

Floricultura: são cerca de 30 famílias que realizam o cultivo de flores, folhagens e grama. Destaca-se também a produção de orquídeas, bromélias e suculentas, onde temos produtores com 40.000 plantas.

Suinocultura: a criação de porcos envolve 25 produtores. A principal característica é a alimentação dos animais com resíduos de restaurante. Com isto evita-se que em torno de 50 toneladas destes resíduos sejam destinados ao aterro sanitário todos os dias.

Bovinocultura de leite: é a criação de gado para exploração leiteira. Em torno de 20 famílias têm envolvimento nesta atividade. São 2.500 litros por dia. É uma das mais antigas explorações e compunha uma importante bacia leiteira juntamente com Viamão e Gravataí, nos anos 60 e 70.

Gado de corte: consiste na criação de bovinos para o abate. A população bovina é em torno de 7.000 animais. Na capital também existe criação de búfalos.

Na capital também há pesca, que envolve mais de 200 famílias das Ilhas do Delta, Belém Novo e Lami e produção de mel. O número de equinos na cidade passa de 15.000 cavalos, utilizados para trabalhos de campo, lazer, transporte, cavalgadas de final de semana e atividades em PTGs (Piquetes de Tradições Gaúchas).

Inúmeras Feiras Modelos e Feiras Ecológicas, além da Festa do Pêssego no bairro Vila Nova e da Festa da Uva no bairro Belém Velho também fazem parte da cultura rural de Porto Alegre.

(Fonte: EMATER)

Fonte: Porto Alegre (2010b)

A contradição entre existir e não existir rural em Porto Alegre já se apresenta evidente tendo em vista o fato de que o próprio órgão que decretou o seu fim reconhece (e, mais do que isso, homenageia) sua existência ao patrocinar, organizar e publicar uma agenda cujo tema principal é exatamente a “Porto Alegre Rural”.

Em síntese, nesta e nas demais situações aqui apresentadas, na prática, a dicotomia anterior (urbano-rural) tende a ser simplesmente substituída por outra, a saber, aquela que distingue “urbano” de “rururbano”, onde este último passa a fazer as vezes de “rural”.

Embora o espaço físico “rural” tenha sido oficialmente eliminado, isso não significou - nem mesmo de parte dos administradores públicos responsáveis por tal feito - a simples supressão das dos sentidos acionados por este mesmo rural, os quais emergem nos discursos de agentes sociais e instituições. Assim é que se descobre que, de fato, o único elemento que parece ter sido eliminado com o PDDUA aprovado em 1999 foi o Imposto Territorial Rural.

No entanto, ainda que permaneça a dicotomia (agora, transfigurada em “rururbano-urbano”), tanto no texto acima quanto em vários outros momentos foi possível verificar que os significados por trás das expressões “rural”, “urbano” e “rururbano” ora se fundem, ora se confundem e ora se separam. Para além da rígida oposição, hibridismos, polissemias e polivalências são a todo instante acionados. Assim é que, paralelamente, tem-se também a fusão de rural + urbano = rururbano, este último significando um universo social, espacial, produtivo e cultural que aglutinaria, em seu interior, os elementos dos dois primeiros. Neste caso, não se trataria apenas de uma fagocitose, como visto anteriormente, mas ao mesmo tempo de uma fusão de parte do urbano ao rural, formando o universo rururbano. Ao tornar-se ora composta, aberta e complexa ora fechada, rígida e simplificadora, a oposição “rural-urbano”, quando acionada coloquial e usualmente, trará consigo (ainda que latente) tal polissemia e sobreposição de sentidos, o que, para um ouvinte desavisado, poderia causar certa “confusão”.

Assim, ao entrevistar um vereador de Porto Alegre, este dizia: “é uma dificuldade que os urbanos têm de entender o rural [...]; nós temos uma área e uma atividade rural [em Porto Alegre] e ela é completamente compatível com o urbano” (Vereador do PT-2). Porém, três minutos depois, o mesmo interlocutor complementava: “você não tem uma área eminentemente rural em Porto Alegre, você tem uma área rururbana. É uma atividade híbrida e totalmente compatível que você tenha residências numa região e você tenha atividades rurais” (Vereador do PT-2). Como se pode notar, esta duplicidade de sentidos, em que, num momento, se afirma que “temos uma área e uma atividade rural” e, noutro, que “não tem uma área eminentemente rural” em Porto Alegre, não pode ser vista como simples descuido ou incoerência de que fala. Trata-se, na verdade, de parte da lógica discursiva lidar com a polissemia e sobreposição de sentidos.

Já no caso de outro político local entrevistado, este argumentou: “a área rural de Porto Alegre praticamente não existe mais se tu considerar no sentido strictu do termo rural. O latu

sensu tem: o turismo rural é uma atividade rururbana, digamos assim.” (Vereador do DEM). Percebe-se nesta fala o uso contextual das categorias “rural” e “rururbano”, visto que, se “a área rural [...] não existe [...] no sentido *strictu*”, ela permanece no sentido “*latu*”. Ademais, vê-se também o mecanismo de fusão quando se reconhece que “o turismo rural” seria “uma atividade rururbana”, sendo “turismo” uma prática urbana e “rural” uma qualidade não-urbana,

Mas, por outro lado, sendo a categoria “rururbana” uma expressão ainda muito recente no vocabulário local, isso tende a levar a negação desta, como do caso de um integrante do Instituto Econsciência entrevistado para a pesquisa: “rururbano não existe, isso não existe. É zona rural ou urbana, não existe legislação nenhuma para rururbano, entende?”. Analisando-se o conteúdo dos depoimentos acima expostos percebe-se a amplitude de possibilidades de se lidar (objetiva e subjetivamente) com tais categorias quando as adotamos para “corporificar pensamentos”, como dizia Williams no início deste capítulo.

Não é o caso aqui de se adentrar na discussão teórica sobre o conceito de “rururbano”. Não obstante, é significativo que os sentidos vistos acima podem ser encontrados na literatura sobre o tema. De acordo com Souza (2009), a idéia de rururbano teria sido proposta primeiramente por Sorokin, Zimermann e Galpin, em 1930, com o propósito de tipificar situações intermediárias encontradas entre os pólos rural e urbano. Já quando esta discussão chega ao Brasil, Souza (2009, p. 182) comenta que teria sido Gilberto Freyre, na obra “Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios”, de 1945, que “importou o termo *rurban* aportuguesando para *rurbano*”. Ocorre que, segundo a autora, ao fazer tal transposição, Freyre conferiu um significado diferenciado a esta noção, entendendo-a como uma categoria autônoma:

[...] venho, no Brasil, procurando desenvolver [a noção de *rurbano*] para caracterizar situação mista, dinâmica e, repito, conjugal fecundamente conjugal: terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias ou desarmônicas, quando puras (FREYRE, 1982, p.82-83).

Entretanto, como nos casos vistos acima, esta “terceira situação” proposta por Freyre admite usos diferenciados. Assim, se, como identifica Souza (2009), Graziano da Silva emprega a idéia de rururbano para estudar o processo de “urbanização do campo”, já Carneiro (2003) ressalta que: “análises sustentadas em dicotomias, como sugere a noção de rururbano, tornam-se incapazes de abranger a complexidade da realidade, prevalecendo uma noção ambivalente, contendo características empíricas de um e de outro pólo da oposição”.

De fato, tal “ambivalência”, já vista em alguns momentos deste capítulo (como no caso da área rural não existir “no sentido *strictu*”, mas permanecer “no sentido *latu*”), surgiu com força quando um interlocutor envolvido com a elaboração do Plano Diretor em 1999 e, conseqüentemente, com a transformação de “zona rural” em “zona rururbana”, teceu o seguinte comentário:

Esse conceito de rururbano, na verdade ele foi assimilado no Plano Diretor, foi constituído e passou a dizer o seguinte: que todo o território do Município de Porto Alegre é urbano e dentro do urbano tem uma divisão por territórios que é a parte intensiva, que é de ocupação diversificada que seria uma zona de transição e o restante seria a parte rarefeita e dentro do rarefeito tem a área de produção primária e as áreas de preservação do ambiente natural. Então elas se integram, essas duas áreas. Então, esse conceito para mim ele é muito bom, é um conceito excelente. Agora, esse conceito só vai se tornar realidade se tiver políticas para aplicá-lo (Vereador PT-1).

Aqui, voltamos a ideia de fagocitose do rural pelo urbano. Mas, se tudo “é urbano”, ainda assim, “dentro do urbano tem uma divisão” complexa. Conforme a explicação dada pelo entrevistado, haveria: uma “parte intensiva”, uma com “ocupação diversificada”, uma outra “zona de transição”, ainda uma outra “parte rarefeita” e, mesmo “dentro do rarefeito”, se teria diversidade.

Sobre o alerta final do vereador de que “o conceito [de rururbano] “só vai se tornar realidade se tiver políticas para aplicá-lo”, este relaciona-se com o contexto político municipal, historicamente dividido entre duas grandes forças: PT e PMDB. De acordo com a pesquisa realizada para elaboração de sua dissertação de mestrado, Schnädelbach (2004) aponta que nas discussões para a implementação do novo Plano Diretor em 1999, era explícito o caráter de disputa política que envolvia a “extinção da zona rural” de Porto Alegre: “estão transformando a área rural em urbana para aumentar os impostos” (Entrevista do vereador, na época, de oposição, João Dib, Jornal Zero Hora de janeiro de 1997) (SCHNÄDELBACH, 2004, p. 42). Acontece que, mesmo atualmente, pode-se perceber que esta disputa permanece.

Assim, se um vereador do PMDB entrevistado, cuja base de eleitores e de atuação se concentra na chamada “zona sul” de Porto Alegre, reconheceu que “o rururbano foi uma experiência que foi errada, né, o rururbano. Porque o produtor rural é produtor rural e não tem outro nome”, já outro vereador, do Partido dos Trabalhadores, sustentou:

O maior problema que a zona sul enfrenta hoje é a falta de um modelo definido para o seu desenvolvimento que contemple todos os seus potenciais. Nós temos escrito no Plano Diretor, mas não temos isso trabalhado, um modelo de desenvolvimento que seja compreendido politicamente e que seja defendido politicamente. Bom, se

isso não é compreendido, é negado, porque de certo modo, isso também foi negado (Vereador PT).

Se, para este último, o “modelo de desenvolvimento” para a “zona sul” precisaria ser compreendido politicamente, ou seja, aceito pelas demais forças políticas e, como visto na outra citação anterior deste mesmo vereador, o “conceito de rururbano” seria “um conceito excelente”, para o vereador do PMDB, “produtor rural é produtor rural e não tem outro nome”. O estas divergências apontam, no entanto, para além do uso coloquial que a categoria “rururbano” vem adquirindo e, também, de seus efeitos práticos no ordenamento territorial do município, é que a tal discussão encontra eco também dentro do cenário de disputas político-partidárias. Afinal, a partir dos depoimentos acima, seria de se perguntar: a “zona rururbana” seria, de fato, um “conceito excelente” ou, ao contrário, uma “experiência errada”?

Neste caso, é possível identificar outro tipo de uso prático dos significados acionados através da categoria “rural”. Na figura abaixo, vê-se um folheto promocional produzido para a campanha eleitoral de 2008 por um candidato a vereador de Porto Alegre em que este aparece ao lado do próprio prefeito municipal, na ocasião, José Fogaça, do PMDB⁵.

⁵ Salienta-se que a pesquisadora não apresenta nenhum tipo de vínculo político-partidário ou faz qualquer menção de apoio a este vereador. Portanto esta figura é empregada apenas de forma ilustrativa, com o intuito refletir acerca do tema tratado neste estudo.

Figura 9 — Folheto de Propaganda Político-Partidária Distribuído nas Eleições de Outubro de 2010

Incentivos à Área Rural

Em quatro anos Cecchim e Fogaça **triplicaram a produção** de frutas em Porto Alegre. Incentivaram a Piscicultura e construíram o Centro de Eventos da Vila Nova, uma obra esperada há mais de 20 anos.

Cecchim FAZ

Cecchim e Fogaça construíram 100 açudes e distribuíram mais de 100 mil alevinos aos produtores, que rendem em torno de 110 toneladas de pescado por ano.

Peixe vivo, uma grande atração na Festa do Peixe.

Cultivo de Alécrim irrigado na zona rural de Porto Alegre.

Na gestão de Cecchim foram criadas 20 hortas comunitárias que beneficiam 210 famílias, e mais de mil pessoas carentes.

01032856-0001-08 - CNPJ: 12.198.508/0001-54 - Fone: 51 300.000

Fonte: Folheto... (2010).

Como se pode notar, aqui tem-se novamente a (in)existência ambivalente do “rural” em que o candidato em questão mobiliza seus significados ligados ao rural visando angariar eleitores. Mas, neste caso específico, tais significados estão voltados especificamente a valorização de suas pretensas ações de “incentivo à área rural” via mobilização de

determinadas atividades ligadas a “produção primária” (frutas, piscicultura, alecrim e hortas comunitárias). Além disso, mais uma vez percebe-se a sobreposição de sentidos presentes na placa contendo o título “agricultura urbana”, visto que, como se sabe, um dos significados mais usados para opor rural à urbano é a diferenciação entre, de um lado, “agricultura” e, de outro, “indústria”.

Mas, mais do que isso, em plena Porto Alegre, cidade de quase um milhão e meio de habitantes, vê-se neste folheto uma típica propaganda que poderia ter perfeitamente sido produzida para uma campanha a vereador em um pequeno município do Rio Grande do Sul cuja econômica, ao contrário da capital, se concentraria nas atividades agrícolas.

Por fim, vejamos ainda uma reportagem veiculada pelo Diário Oficial de Porto Alegre que também ressalta as benesses do rural:

Figura 10 — Domingo no Campo nos Bairros Lami e Lageado

Domingo no Campo nos bairros Lami e Lageado

O roteiro Domingo no Campo do dia 1º de agosto passará por propriedades dos bairros Lami e Lageado que irão surpreender os participantes desta opção de lazer de fim de semana na Capital. No Sítio do Tio Juca, no Lami, o destaque será para a produção agroecológica e o conhecimento do proprietário, o próprio Tio Juca, sobre manejo e características nutritivas dos alimentos. Será uma boa oportunidade também para comprar geleias e pastas elaboradas com os produtos da horta e também para degustar delícias caseiras e sucos naturais.

Paisagismo e cavalos - No mesmo bairro, o roteiro passará pela propriedade da Cycas e Palmeiras, localizada ao pé do Morro São Pedro. A empresa há dez anos se dedica à produção de cicadáceas e palmáceas inspirada no exemplo de grandes produtores do Vale do Café, considerados os introdutores e incentivadores do uso dessa espécie no paisagismo rio-grandense e brasileiro. Os visitantes conhecerão uma coleção de mais de 80 espécies de cycas e palmeiras, bem como a área de produção, as estufas e uma área de mata virgem preservada, própria para caminhadas. Será uma boa oportunidade para comprar mudas e sementes dessas plantas decorativas.

A parada no bairro Lageado será na Cabanha La Paloma, que dispõe de cavalos crioulos para aluguel e pessoal preparado para orientar os iniciantes em montaria. Na fazenda os participantes receberão algumas dicas sobre diferentes raças de cavalos e como encilhar um animal. No local será servido o almoço, preparado com o aroma e o sabor da culinária campeira.

Reservas e embarque - O passeio será realizado em um ônibus de turismo, que sairá às 10h da avenida Osvaldo Aranha, próximo ao Mercado do

Bom Fim, no Parque da Redenção, com retorno previsto para as 17h. Para participar do Domingo no Campo é necessário fazer reserva antecipada pelo telefone (51) 3348.1649 ou pelo e-mail alo@rotacultural.com.br. O custo é de R\$ 55 por pessoa e não inclui o almoço, que é opcional, a R\$ 15. Crianças de até 5 anos são isentas, desde que acompanhadas, e na faixa de 6 a 9 anos pagam R\$ 50, além do almoço, a R\$ 12. Em caso de chuva, o programa é cancelado.

O programa é promovido pela Associação Porto Alegre Rural, operado pela agência de viagem Rota Cultural e a transportadora Turis Silva, e tem o apoio da Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR). Os passeios são realizados todos os domingos. Objetivo é estimular o fluxo de visitantes às pequenas propriedades da rota Caminhos Rurais de Porto Alegre, que reúne cerca de 40 pontos atrativos, e contribuir para a sustentabilidade do turismo rural da capital.

Banco de Imagens - PMPA



Programa é promovido pela Associação Porto Alegre Rural

Fonte: Domingo... (2010)

A matéria acima, referente a um evento promovido pela “Associação Porto Alegre Rural”, destaca o “domingo no campo”, evidenciando seu objetivo de “estimular o fluxo de visitantes às pequenas propriedades da rota Caminhos Rurais”. Como se vê, tem-se aqui uma parceria entre uma entidade da sociedade civil (POA Rural), uma secretaria (de turismo) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o órgão encarregado de divulgar as ações desta (Diário Oficial) visando fomentar atividades voltadas à “zona rural” (in)existente. Um entrevistado deste estudo demonstra a ambivalência que perpassa esta dupla condição:

É lógico que quem é produtor rural vai querer preservar o máximo possível lá a área, né? Agora, assim, mas aí tu tem que ver até que ponto o rural é rural ou o rural pode ser urbano também. E aí é o que eu te falei: isso aí é alvo de planejamento urbano, entendeu? Porque Porto Alegre tem uma tradição em relação à produção rural até de hortifruti que é uma marca registrada da cidade e que é bom para a cidade até. Agora, até que ponto isso pode ter confronto com o setor imobiliário, ou não, aí teria que conversar com agentes que operam no setor público enquanto planejadores (Representante Sinduscon-RS).

Em certo sentido, o entrevistado acima sintetizou o que se vem abordando neste item. No final das contas, tudo parece convergir para a seguinte questão: “até que ponto o rural é rural ou o rural pode ser urbano também”. Em jogo, está esta definição do que “é” e do que “não é” e, sobretudo, daquilo que “pode ser” e que “não pode ser”. Contudo, como se trata de um debate aberto, em que inúmeros sentidos poderão ser mobilizados de modos muito diferenciados visando enfatizar determinados pontos de vista, o jogo prossegue sem ganhadores ou perdedores definitivos. Assim, se o interlocutor acima reconhece a legitimidade dos “agentes que operam no setor público enquanto planejadores”, visto se sentir confortável para discutir com eles a constituição de diretrizes para o desenvolvimento do Município, ocorre que estes mesmos agentes se encontram em um emaranhado de acordos e desacordos tanto quanto à definição de um “rural” (ou “rururbano”) em Porto Alegre, como no que tange a definição de ações voltadas para este mesmo “rural” (ou “rururbano”). Em síntese, ao discutir tais questões, os agentes estarão adentrando em um universo discursivo marcado por um emaranhado de controvérsias, dúvidas, ambigüidades, contradições, imprecisões e ambivalências.

4.2 RESSIGNIFICAÇÕES: QUANDO RURALIDADES ENCONTRAM URBANIDADES

Como já dito no início do trabalho, buscar compreender as diferentes ruralidades que emergem nas sociedades contemporâneas implica aceitar a existência de um processo de ressignificação e reconstrução das qualidades que deveriam ser imputadas ao rural. Raymond Williams (1989) comenta que idéias e imagens de campo e cidade, rural e urbano, persistem mesmo durante períodos de grandes transformações. No caso do tópico anterior, uma delas seria a recente tentativa institucional de constituir uma “zona rururbana” naquilo que até então seria visto como “zona rural”, mas, como se verá mais adiante, outras transformações concretas estão em curso devido ao processo de valorização monetária destas mesmas “zonas”.

Ocorre que tal persistência do velho no novo depende das formas, imagens e idéias que, no dia-a-dia, convergem ou não para que mudanças venham a ocorrer, mesmo que de

maneira sutil e, algumas vezes, inconsciente. Esta persistência transformadora, segundo o autor, indica a necessidade humana permanente de classificar e, ato contínuo, interpretar aquilo que passa a existir após e através da classificação. Nesse contexto, Williams (1989, p. 388) ressalta a importância dos processos históricos, pois “é a coexistência de persistência com transformação que é realmente impressionante e interessante”. Dessa forma, o autor complementa:

[...] é mais importante saber que outras coisas estão sendo ditas do que saber o que se diz sobre o campo, do mesmo modo como, muitas vezes, é mais importante saber que outras coisas estão sendo ditas do que saber o que está sendo dito, de modo convencional, a respeito da cidade (WILLIAMS, 1989, p. 389).

A partir desta reflexão proposta por Williams, este tópico tomará como norte justamente a tentativa de estabelecer um diálogo entre a literatura acadêmica sobre fenômenos envolvendo o par rural-urbano e os discursos de agentes sociais envolvidos com tal discussão num contexto específico, no caso, o município de Porto Alegre. Com isso, buscou-se enfatizar, através de um universo social concreto, que outras coisas estão sendo ditas, além do que oficialmente está sendo dito, sobre rural e urbano.

Historicamente, os primeiros sociólogos rurais, ainda que aceitassem a relação de subordinação do rural ao urbano, estabeleceram tal oposição como indicando duas realidades espaciais e sociais descontínuas e totalmente separadas uma da outra. De acordo com Carneiro (2003, p. 1), tendo em vista este caráter subordinado, tal formulação traz o pressuposto de que as distinções entre rural e urbano tenderiam a se esvaecer, resultantes do processo de crescimento urbano apresentado como natural e inevitável e, dessa maneira, “ao adquirir feições de cidade, o rural desapareceria”.

Esta idéia de “desaparecimento” via chegada da cidade se faz presente nas entrevistas feitas durante o trabalho de campo. Começamos com um depoimento de uma agricultora ecológica que vive num dos bairros oficialmente reconhecidos como parte da “zona rururbana”, mas que, na história e no imaginário portoalegrenses está associado a “zona rural” da cidade, o Bairro Lami:

Eu espero que a cidade não chegue aqui. Uma hora dessas vai chegar, né? Infelizmente, a pressão imobiliária é o nosso maior problema eu acho, porque com ela vem o resto: a contaminação do lençol, a impermeabilização do solo... [pausa], mas eu me sinto morando numa cidade do interior, tanto que a gente fala: vou prá Porto Alegre [risos], quer dizer, vou para o centro da cidade, né? (Produtora Rural Ecológica do Lami).

Embora veja a “chegada da cidade” de forma negativa, visto com ela virá “o resto: a contaminação do lençol, a impermeabilização do solo”, o depoimento da agricultora acima traz certo tom de resignação em relação a uma quase (porque ela “espera que a cidade não chegue”) inexorabilidade no que tange ao avanço “da cidade”, que “uma hora dessas vai chegar”. Tal vaticínio é compartilhado pelo Representante do Sindicato Rural de Porto Alegre ao indagar: “o que vai acontecer num futuro bem próximo? Vai terminar [o rural]! Vai ficar a reserva do Lami, o Morro São Pedro. E o resto [será] de casa e vila, loteamento e o raio que o parta...”.

Voltando a literatura especializada, a pertinência da distinção entre rural e urbano, de forma geral, está associada a duas grandes abordagens: a dicotômica e a do *continuum*. A primeira enfatiza as diferenças que se estabelecem entre estes dois “espaços” (sociais e físicos), sendo campo e cidade pensados, ontologicamente, como opostos. Já a segunda abordagem permite identificar a proximidade espacial entre “áreas rurais” e “áreas urbanas”, entre “comportamentos rurais” e “comportamentos urbanos”, entre “atividades rurais” e “atividades urbanas”, não no sentido de uma ruptura, mas sim de uma continuidade. Porém, mesmo trabalhando com as categorias rural e urbano como sendo tipos idéias, abstrações que serviriam como recurso heurístico, ainda assim tal leitura acaba não refutando, mas, ao contrário, reforçando a idéia de polarização:

O extremo rural do continuum, visto como o pólo atrasado tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, desenvolvido, num movimento que Elena Sarraceno comparou ao de ‘vasos comunicantes, em que, quase por definição, um só - o urbano - se enchia, enquanto o outro - o rural - só podia, conseqüentemente, esvaziar-se’ (WANDERLEY, 2009, p. 243).

São numerosos os estudos que tentam dar conta de entender e descrever os diferentes padrões e formas de ocupação dos “espaços rurais” a partir das abordagens dicotômica e/ou do *continuum* rural-urbano. Entretanto, esse estudo não se propõe a empregar, ou mesmo caracterizar tais abordagens; em vez disso, parte-se da idéia de que ruralidades e rural constituem construções sociais. Esta concepção é compartilhada por diversos autores. Contudo, visando ligar tal discussão ao universo empírico da pesquisa, neste tópico selecionou-se três especialistas que, nas últimas duas décadas, trabalhado com o tema : Maria José Carneiro, Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Roberto José Moreira.

Em contraposição tanto à visão dicotômica quanto à do *continuum*, estes autores sustentam a necessidade de fazer uma análise mais específica do rural, centrada nas relações sociais que se desenvolvem: a partir de processos de integração local à economia global,

como sustenta Moreira (2002); através da construção histórica de novas ruralidades, as quais denotariam qualidades de um universo social singular, como entende Wanderley (2009); ou então por meio de novas identidades em construção conformadas por uma revalorização da natureza, como postula Carneiro (1997; 2003).

Esses processos, segundo tais autores, em vez de diluir as diferenças, podem propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. Assim, essa “âncora territorial” seria a base sobre a qual a cultura realizaria a interação entre o rural e o urbano de um modo determinado, ou seja, mantendo uma lógica própria que garantiria a manutenção de uma identidade (CARNEIRO, 1997). Tal reforço, aliás, pode ser visto na distinção que a agricultura ecológica fazia no depoimento reproduzido parágrafos atrás, primeiro, ao afirmar que se sente “morando numa cidade do interior”, ou seja, não em Porto Alegre; segundo, quando se desvincula desta ao reconhecer que, ao sair do bairro onde mora, o Lami, estaria indo para outro lugar: “a gente fala vou prá Porto Alegre, quer dizer, vou para o centro da cidade”.

Seguindo esta perspectiva, Carneiro, Moreira e Wanderley tentam, de diferentes formas, ultrapassar a dicotomia rural-urbano como modelo de análise para estudar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. Carneiro, especificamente, propõe uma abordagem com base espacial (economia local ou regional) que permita “perceber a heterogeneidade sociocultural na continuidade territorial” (CARNEIRO, 2003, p. 4). Por conseguinte, a autora (CARNEIRO, 1997) argumenta que o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho transforma as noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras (sejam elas especiais, sociais, culturais, produtivas, comportamentais etc.) claras a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. No entanto, ainda segundo a autora, tal processo não resulta em uma homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana.

De certa maneira, tal abordagem abre espaço para “o resto” de que falava o representante do Sindicato Rural de Porto Alegre, isto é, a “casa e vila, loteamento e o raio que o parta”, os quais estariam tomando o lugar da “zona rural”, possa, quem sabe, constituir realidades sociais diferenciadas em relação ao que não faria parte deste mesmo “resto. Assim, mesmo que “uma hora dessas” a “cidade chegue aqui”, como dizia a agricultura ecológica

citada, seria possível que, ainda assim, ela continuasse a se “sentir morando numa cidade do interior”.

Esse conjunto de reflexões nos leva a pensar, de acordo com Carneiro (2003, p. 18), as ruralidades como qualidades de um rural que permanece aberto e constantemente sendo inventado, como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local “com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. Ainda segundo a autora, este processo implicaria um movimento em dupla direção no qual se pode identificar, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro, a apropriação pela cultura envolvente de bens culturais e naturais imputados à primeira. Neste caso, tem-se uma situação que não se traduz necessariamente pela “destruição” da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para sustentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade. Em síntese, seria como se a “cultura local”, ao contrário da fagocitose de via única de uma pretensa cidade imaginária que “come” e digere o campo, antropofagizasse, a seu modo, à “cultura” que a envolve.

Portanto, a partir desta perspectiva, afasta-se da idéia de ruralidade como se esta indicasse um espaço físico definido, um tipo dado de comportamento, a uma atividade específica ou um modo de ser peculiar pré-existent. Entretanto, Carneiro (1997, p. 6) adverte que a noção de localidade e de cultura local não definem a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que se desenvolvem, pois “[...] o sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço, ele será tão mais forte quanto mais consolidada for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade”.

Neste contexto, Pires (2004) ressalta dois sentidos básicos para a compreensão sobre o “conjunto de metáforas geográficas”, expressos no conceito de fronteira ou limite. O primeiro sentido é o da cultura como determinante de grupos sociais, ou seja, como aquela que define os “limites do nós e dos outros”. O outro sentido mostra que “fronteiras e limites não são assim tão fixos e intransponíveis”, como podem parecer. Ou seja, existem “interstícios, espaços intermediários, áreas de liminaridade, zonas simbólicas de transição em que a passagem de um lado para outro envolve conhecimento, manipulação, interpretações criativas e sentidos políticos” (PIRES, 2004, p. 166).

Pires (2004) acaba de certa forma complementando o enfoque de Carneiro ao destacar a necessidade de considerar que a relação entre espaço e identidade social não envolve apenas

“pertencimento” a um único lugar, mas sim, variadas identidades e espaços que “se combinam e se distanciam” conforme a situação:

O rural, nesse entendimento, deixa de ser um atributo específico de determinados grupos sociais, residentes de certas localidades e passa a ser uma representação social, produzido por diferentes grupos (sejam eles de origem urbana ou rural). O espaço deixa, portanto, de ser visto como algo externo, um conjunto de propriedades físicas que serve de suporte para as relações sociais, e passa a ser ele mesmo construído socialmente como forma de diferenciação social (PIRES, 2004, p. 167).

Desse ponto de vista, ruralidades clássicas (rural como sinônimo de agrícola, natural, atrasado, conservador etc.) não só convivem, mas se amalgamam com outras ruralidades (rural como espaço turístico, lócus da preservação ambiental, onde vivem agricultores agroecológicos etc.). Deste modo, todo processo de qualificação envolvido não passa por um processo único de transformação em toda a sua extensão e que, em algum momento, se completará. E é justamente por esta razão que, como alerta Carneiro (1997, p. 6), “não se pode falar de ruralidade em geral: ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos”. Em suma, se há ruralidades em Porto Alegre, o sentido das qualidades que elas denotam não podem ser generalizadas ou estendidas para todas as inúmeras localidades hoje existentes. Da mesma forma, se há ruralidades em geral (sejam elas tidas como globais, nacionais ou regionais), de modo algum deveriam ser tomadas como qualidades universais, estendíveis a em todos os lugares do planeta, como no caso de Porto Alegre.

Entre as “novidades” destas outras ruralidades, Carneiro elege as preocupações ambientais atuais para levar adiante suas análises:

É a questão ambiental que reorienta o olhar para o meio rural, estimulando novas formas de ocupação do espaço e engendrando uma nova imagem do rural identificada com a ruptura entre a terra produtora e a terra como paisagem e reserva patrimonial (CARNEIRO, 2003, p. 7).

Tendo como eixo produtor de significações, novas funções, qualificações, atrativos e imagens sobre o rural passam a ser elaboradas, as quais começam a “povoar o imaginário coletivo e os esquemas interpretativos dos pesquisadores” (CARNEIRO, 2003, p. 7). Observa-se, portanto, uma revalorização do rural não apenas como espaço de produção agrícola, mas também como mobilizador de “bens simbólicos”, onde a natureza é o “principal aglutinador de signos desse meio”. Esta mesma natureza, ao ser ambientalizada (LOPES,

2004), passa de meio de produção a objeto-paisagem-cenário a ser contemplada e valorizada (CARNEIRO, 2003).

Silva (2000), tomando a revista *Globo Rural* como objeto de estudo, aborda como questão central em sua tese de doutorado a busca pela apreensão dos movimentos desse outro imaginário fluído acerca do rural, só que, no caso, através da análise acerca da interação entre sujeitos e produtos culturais simbólicos advindos daquilo que normalmente estaria associado ao cotidiano urbano:

Diante da complexa relação do homem com a natureza e da condição histórica vivida numa metrópole [...], percebe-se que, ao sonhar com a casa no campo, os leitores urbanos da revista [*Globo Rural*] não apenas se voltam de maneira saudosa para o passado rural. No tempo presente, eles tecem uma crítica profunda ao modelo civilizatório da urbanidade da metrópole e, olhando para frente, imaginam um futuro melhor fora da cidade, no meio rural, mais perto das coisas da natureza, num lugar mais solidário, longe da violência, do trânsito pesado, da poluição, e com mais qualidade de vida (SILVA, 2000, p.123).

Portanto, quando as pessoas (sejam elas pesquisadores, ativistas de ONGs, agricultoras, funcionários públicos, representantes de construtoras e empresas imobiliárias ou políticos profissionais) atuam (discursiva ou concretamente) no sentido de ressignificar o rural, isso implica, por conseguinte, que uma ressignificação do urbano está a ocorrer. Como afirma Mendras (1969, p. 44), “[...] paralelamente a essa ‘urbanização’ do meio rural, convém apontar que se observa uma ‘ruralização’ da cidade”. Ilustrando este comentário de Mendras e Silva (2000, p. 125) apresenta uma breve e bem-humorada história:

Lembro-me de uma ocorrência, quase cômica: em um prédio residencial da Rua Joaquim Antunes, bairro de Pinheiros, em São Paulo, no ano de 1998, assim que anoitecia o funcionário da portaria ‘ligava’ os grilos do jardim do edifício. Os que passavam na calçada desavisados, como eu mesma, numa primeira vez, surpreendiam-se ao ouvir o canto de tantos grilos em pleno burburinho da metrópole.

Dessa forma, a atração de muitos cidadãos que se vêem como urbanos pelo que qualificam como rural (no caso acima, “o canto de tantos grilos”) representa, conforme Cavaco (2009, p. 43), a expressão de um “[...] olhar centrado em uma natureza domesticada, uma biodiversidade construída e considerada um bem comum, justificando todo o seu apoio a medidas ambientalistas e a um espaço – paisagem a preservar, a embelezar e, até, a funcionalizar”.

No que tange a fusão de ruralidades clássicas com outras ruralidades contemporâneas que puderam ser extraídas do material empírico que se teve acesso, talvez um dos casos mais emblemáticos tenha sido o seguinte trecho escrito pelo sociólogo e jornalista Juremir

Machado para compor o mês de novembro da Agenda Ambiental 2010, a qual, como visto no tópico anterior, foi elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre:

Porto Alegre é verde, verde como o tapete do pampa, verde como certa imagem que guardo da infância. Verde como os cerros que se erguiam sobre as pastagens gaúchas. O campo começa onde? É algo que tenho procurado saber ao longo da vida. Onde os carros param de circular? Onde surgem as primeiras vaquinhas pastando? Onde o céu se torna mais azul e as estrelas não precisam driblar edifícios para se exibir aos passantes? Não sei. Posso dizer, no entanto, que Porto Alegre tem algo de rural e isso não é pejorativo. Tem um jeito brejeiro, um ar de rapariga colhendo flores, uma maneira de ser ainda humana, demasiadamente humana quando comparada com megalópoles. Rural é um estado de espírito. Quanto mais uma cidade se volta para a natureza, descobrindo a ecologia, mais volta a ser deliciosamente rural. Porto Alegre é rural no acampamento que todo ano comemora a Revolução Farroupilha. É rural na sua forma espontânea de abraçar, de rir, de cantar. É, principalmente, rural no gosto pelo chimarrão e pelo churrasco. Mas existe um lugar, em algum lugar, onde a cidade despe suas roupas urbanas e vira, de fato, campanha, campo, chácara, sítio, roça, paraíso perdido. Esse lugar, perto do horizonte, com o rio como divisa, é uma verdade que se transforma em utopia e uma utopia que ainda não desapareceu. Uma grande cidade, como Porto Alegre, só é grande de fato por saber, em alguns pontos, ser pequena ou, dito de outra maneira, ter aquilo que faz do pequeno o maior: a força da natureza, o cheiro do campo, a expressão dos bichos, a verdade da alma. (PORTO ALEGRE, 2010b)

Sobre o conteúdo do texto, este se aproxima da leitura feita por Cavaco (2009), a qual argumenta: “para alguns cidadãos o espaço rural é espaço de consumo e não de produção”, em que as áreas de cultivo dão lugar ao campo sem o trabalho exigido pelas atividades agrícolas. Dessa forma, o rural passa a ser, sobretudo, paisagem, cenário, natureza, onde, segundo a autora, sobrevém certa nostalgia: “um campo idealizado, um paraíso verde esquecido, ‘o paraíso perdido’, uma ruralidade essencialmente estética, a natureza como um fim, o campo bem mais como espaço de residência do que de produção” (CAVACO, 2009, p. 45).

Mas, para além disso, Juremir alude àquela fagocitose ao contrário da qual se falou a pouco ao declarar que “a cidade [...] volta a ser deliciosamente rural”. Ou seja, pela frase acima, não temos só um rural se urbanizando, mas também uma cidade que se ruralizando. Contudo, embora ressalte que, apesar de Porto Alegre ter “algo de rural”, isso não seria “pejorativo”, ao comparar este mesmo rural a uma “utopia que ainda não desapareceu”, implicitamente o autor aceita o seu fim como algo dado, visto que o advérbio “ainda” tende a dar a idéia de algo que deverá ocorrer no futuro, seja ele próximo ou distante.

Mas é nas qualificações que Juremir, ao mobilizar imagens “que guarda da infância”, ilustra como uma capital estadual pode ser rural. Apesar de sua (in)existência oficial e dos seus milhões de habitantes, a “grande cidade” de Porto Alegre, segundo ele, seria também

rural por ser “verde”, um “tapete do pampa”, por possuir “cerros”, lugares sem “carros”, onde se pode ver “vaquinhas pastando”, uma “rapariga colhendo flores” e um “céu mais azul”, por estar “perto do horizonte”, ter um “jeito brejeiro” e uma “maneira de ser ainda humana”, enfim, por trazer no seu interior a “força da natureza”, o cheiro do campo” e “a expressão dos bichos”. Em síntese, Porto Alegre teria, em essência, um “estado de espírito [...] rural”.

Ao examinarmos o trecho em questão, pode-se estabelecer um diálogo com Williams (1989, p. 40-41) quando este, ao citar um poema anônimo reproduzido a seguir, se refere às “novas metáforas” do final do século XVII para o “velho ideal campestre” do início deste mesmo século:

Como era belo o mundo sem a corrupção
 Que trouxe à humanidade a feia ambição.
 Feliz o camponês, que na terra florida
 Encontra tudo que há de pleno e bom na vida;
 E tudo que lhe vem, vem puro e sem mistura,
 Tal como sai do grande ventre da Natura.
 Longe do tumulto, de todas as coisas más,
 Contento se o rebanho cresce um pouco mais,
 Tranquilo ele vive, sob as asas da Paz.
 Não pesam em sua mente o Medo nem a Guerra,
 E ambição alguma em seu peito de encerra.
 Tem seu rebanho, seu bastão e sua flauta;
 Nada mais quer nesse mundo, e nada lhe falta.

Num primeiro momento, vemos que certas características aproximam Juremir do poeta acima, tais como o tom idealizado, onírico e nostálgico (como na alusão do primeiro à “imagem que guarda da infância”) das descrições que se seguem. Contudo, há uma diferença fundamental entre ambos.

No caso do poema acima, o olhar inocente e, poder-se-ia dizer, algo ingênuo acerca do “feliz camponês” demarca uma nítida oposição em relação ao ambiente da cidade. Esta, apesar de não ser nomeada, é qualificada a todo momento como lugar da “corrupção”, da “ambição”, do “tumulto”, das “coisas más”, do “medo” e da “guerra”. Como comenta Williams (1989, p. 41), verifica-se aí “uma visão simples da abundância natural reintegrada a uma atitude moral com implicações sociais”. Ocorre que, no caso do trecho da Agenda Ambiental 2010, esta cisão entre a “terra florida” do campo e a cidade “ambiciosa” não ocorre. Muito pelo contrário, Juremir Machado, ao ruralizar a cidade onde vive, traz uma perspectiva integradora e harmoniosa entre ambos, rural e urbano convivendo juntos, em perfeita sintonia. Basta a “cidade despir suas roupas urbanas” que ela logo “vira campo, chácara, sítio, roça, paraíso perdido”. Invertendo a leitura do poeta anônimo, que separa dois

universos completamente distintos, os quais traduzem a paz e a guerra, o sociólogo vê complementaridade na “grande cidade [que] só é grande de fato por saber [...] ser pequena”.

Salienta-se que este texto de Juremir Machado é apenas um entre tantos que compõem a Agenda Ambiental 2010 e que seguem nesta mesma direção. O que importa, porém, é ressaltar a premência de se levar em conta o caráter polissêmico e a multi-dimensionalidade que a categoria rural tende a mobilizar, o que significa não considerá-la como denotando apenas o lugar privilegiado das atividades agrícolas, pois, embora elas ainda tenham sua importância, “a sociedade rural não pode mais ser vista como um sinônimo de sociedade setorial” (PIRES, 2004, p. 168). Ou seja, como salienta Wanderley (2009, p. 250), ruralidades contemporâneas estão deixando de ser percebidas como lugar onde vivem agricultores, para se tornarem um “patrimônio da sociedade, acessível a todos”.

Sobre este fenômeno, Carneiro (2003, p. 8) identifica uma controvérsia paradoxal: precisamente no momento em que nos deparamos com uma “decomposição da especificidade do mundo rural tradicional”, passa-se a verificar uma retomada do interesse pelo rural. Nesses termos, a autora assevera:

É no momento em que as distâncias culturais e sociais entre o meio urbano e o meio rural encontram-se mais diluídas, fruto da própria intensificação da mobilidade física e cultural dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, que se abre espaço para a reivindicação pela diferença, o que se consubstancia na emergência de identidades sociais múltiplas a partir de novas relações de alteridade que se estabelecem nesse novo contexto (CARNEIRO, 2003, p. 8).

Concordando com os autores anteriormente citados e estabelecendo um diálogo com os argumentos dos entrevistados, pode-se observar as ressignificações de rural e urbano presentes em suas falas, como o representante da ONG InGá, o qual explana: “esse novo ambientalismo busca no rural inspiração para superar as crises que estão colocadas”, ou, como argumenta um integrante dos Caminhos Rurais:

Eu vejo lá no Lami, como se a gente tivesse morando numa cidade do interior, tem toda uma estrutura assim na verdade, de uma cidade de interior lá. Desde a parte de alimentação, supermercado, tu conhece todo mundo, tu conhece pelo nome as pessoas, né? [...] Os vizinhos, tu conhece os vizinhos, porque apesar das propriedades não serem como as casas assim, uma do lado da outra, mas tu conhece todos os vizinhos, tu sabe do dia-a-dia dos vizinhos, as vezes tu vê um animal solto na estrada e tu já sabe de quem é, tu já liga pro vizinho, tem todo um relacionamento assim.

Tais argumentações explicitam a revalorização do rural portoalegrense por parte dos agentes sociais com os quais se teve contato, seja através do trecho em que o rural serviria como “inspiração para superar as crises” atuais, seja no reconhecimento do rural como lugar

da pessoalidade, da proximidade entre pessoas. Por outro lado, o depoimento acima recoloca a questão do lugar, da espacialidade e do concreto quando nos referimos ao rural. Para além da fusão rural-urbana empreendida por Juremir Machado, acima vemos perfeitamente “onde” estaria parte deste rural, no caso, no bairro Lami, o qual é associado a uma “cidade do interior”. Assim, embora, pelo IBGE, qualquer sede de um município pequeno ou mesmo um distrito deste não seria considerado “zona rural”, em relação a metrópole, o Lami é visto como rural.

A despeito das associações mais genéricas (natureza, agricultura, verde etc.), para o entrevistado acima (incluindo aí a maioria dos habitantes do município), se alguém quiser conhecer “o rural de Porto Alegre”, bastaria ir até o Lami, onde “tu conhece todo mundo pelo nome”. Ali haveria toda uma “estrutura” que compõe a sociabilidade local, a qual inclui, por exemplo, espaços normalmente associados ao universo urbano, como o “supermercado”. A diferença, no caso, está no fato de que, ao ir até ele, “tu conhece pelo nome as pessoas”. Além disso, na “estrada” (outro local geralmente associado à cidade) “tu vê um animal solto [...] e já sabe de quem é”.

Eis aí outra ambivalência, em que ruralidades podem (como “estado de espírito”) num momento estar presentes em uma cidade de quase um milhão e meio de habitantes e, noutro, ser encontradas num espaço físico muito bem definido, no caso, no bairro Lami, o qual, aliás, do ponto de vista oficial, seria rururbano.

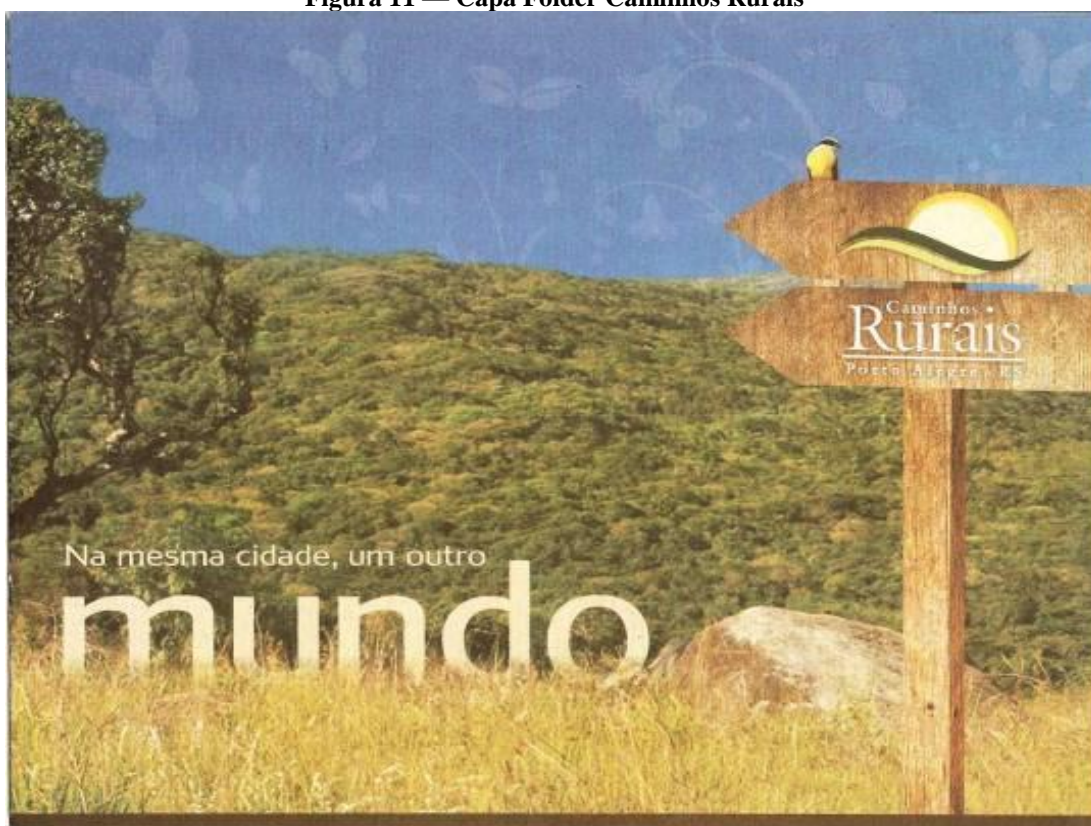
Rememorando o movimento histórico de transformação da Porto Alegre enquanto freguesia e todo seu processo até “conquistar o status de cidade”, desde o século XVIII até o presente momento, ciclicamente voltamos a encontrar o rural sendo caracterizado como um lugar determinado no espaço, mas, também, como denotando um valor trans-histórico que compõem as sociedades contemporâneas. Sobre este último aspecto, assinala Abramovay:

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor - e não somente de suas atividades econômicas setoriais - que se procuram as características mais gerais do meio rural: a relação com a natureza [...] e a inserção nas dinâmicas urbanas (ABRAMOVAY, 2003, p. 51).

Obviamente, não se pode esquecer que tal “valor” referido acima encontra-se subordinado a outros valores das mesmas sociedades contemporâneas de que fala o autor. O que significa reconhecer que, se o rural constituiria hoje, como propõe Wanderley parágrafos atrás, um “patrimônio da sociedade, acessível a todos”, se entendermos patrimônio como um bem cultural, haverá aqueles que terão maiores condições de “acessá-lo” do que outros.

Ao analisarmos, abaixo, a imagem da capa escolhida para o folder dos Caminhos Rurais e as expressões nela impressas, podemos observar este aspecto ligado ao valor das ruralidades como bens culturais, mas cujo acesso, em certa medida, condiciona-se às diferenças sociais existentes em uma dada sociedade.

Figura 11 — Capa Folder Caminhos Rurais



Fonte: Folder... (2010).

Do que foi dito acima, uma pergunta possível seria: quem desfrutaria, ou melhor, quem teria condições de desfrutar este “outro mundo”? Contudo, outras indagações também se revelam pertinentes neste momento. Teríamos então, de fato, “na mesma cidade, um outro mundo”? Ou o rural lado a lado com a cidade? Ou uma capital rural? Um campo urbano? A cidade engolindo o rural? O rural fagocitando o urbano? Ou, então, ambos se auto-assimilando num único rururbano?

Sobre tais possibilidades, comentam Berger e Luckmann (1985, p. 227): “[...] haverá uma consciência geral cada vez maior da relatividade de todos os mundos, inclusive o do próprio indivíduo, que é então subjetivamente apreendido como <um mundo> e não como <o mundo>”. Enfim, que “outro mundo” é este? Mundo que emerge revelando idiossincrasias rurais e urbanas, disposições e maneiras de ver e de sentir peculiares e não redutíveis às classificações disponíveis, a não ser quando vinculadas a(s) pessoa(s) e seu contexto?

Seguindo nessa perspectiva, Williams, ao analisar diversas obras literárias escritas ao longo da história da humanidade, explica que se pode distinguir duas fases na transição da reflexão para a retrospecção, onde assinala, primeiramente, poemas que elogiam personagens honrados vinculados ao espaço rural e, em segundo lugar:

[...] poemas que elaboram esse contraste ético, no qual a oposição campo-cidade é, por assim dizer, uma atmosfera ou clima determinante, de modo a transformá-lo num contraste histórico, no qual as virtudes são encaradas como coisas claramente passadas pertencentes a uma época anterior. (WILLIAMS, 1989, p. 103)

Deste trecho, importa ressaltar que, em relação ao rural em Porto Alegre, citá-lo implica acionar uma característica de toda e qualquer dicotomia: o contraste relacional. Assim, se, em relação “a cidade” (mas, também, ao “centro” da capital), o que o Plano Diretor de 1999 denomina de “núcleo intensivo” do Lami (no caso, a área próxima a “Praia do Lami”, onde está a maioria das habitações) é visto como “uma cidade do interior” pelo integrante dos Caminhos Rurais, possivelmente, em relação ao “interior” deste mesmo núcleo residencial, este último seria visto por ele como algo próximo ao “rural do Lami”. Tal como a categoria “homem” serve para designar tanto o gênero masculino como homens e mulheres em geral, a “Vila do Lami”, por exemplo, pode ser usada para indicar o “núcleo intensivo” como todo o bairro do Lami.

Por outro lado, embora o trecho citado por Williams se refira a literatura inglesa produzida a mais de dois séculos, o mesmo procedimento encontrado nele pode ser identificado hoje quando as pessoas se referem ao rural em Porto Alegre. Voltando as palavras de Juremir Machado, não só este, mas também outros colaboradores que escreveram para a Agenda Ambiental 2010, ao pensarem o rural na capital, remeteram-se ao passado, à infância, ao onírico, ao bom, ao agrícola, ao natural, ao tranqüilo, como demonstram alguns trechos que seguem como, por exemplo, neste fragmento de Andréia Martins, a qual se dá conta: “olhar pela janela e constatar que ainda não fomos engolidos por ela [a cidade], ainda podemos ver morros, rio, enfim, natureza, taí, rural = natureza, ah, aí me veio tanta coisa para falar” (PORTO ALEGRE, 2010b). Ou então neste outro trecho, escrito por Staub Lehnen:

Vou contar como eu me lembro. Com as cores da infância. [...] Civilização pra trás, estrada de chão, árvores, avançávamos mata a dentro, até chegar numa clareira, orvalhada e úmida, com pedras de limo e folhas ao chão. Cuidado com a onça! Ou com os piratas que podem voltar. (PORTO ALEGRE, 2010b).

Já para Raqueli Baumbach,

[...] o contato direto com a terra, plantar e colher, alimentos saudáveis, animais livres e em perfeita harmonia conosco. Viver da terra, colher e produzir vida saudável parece estar distante do homem moderno. Mas talvez não esteja assim tão longe. Eco e agroturismo temos também por aqui. Passeios ecológicos, contato com a natureza, trilhas, água limpa. Um lugar prá onde fugir. E respirar, respirar bem fundo (PORTO ALEGRE, 2010b).

O imaginário, o lúdico, a inocência, as lembranças, a harmonia, a beleza... nada há de desagradável no rural para os escritores da agenda ambiental. O rural atrasado, rústico, pobre, ultrapassado, incivilizado não existe aqui. Nessa direção, Williams (1989, p. 399) assegura que: “não é tanto a antiga ruela da infância, a ruela de outrora que é significativa, e sim, a percepção e a afirmação de um mundo onde o sujeito não é necessariamente um estranho e um agente, um mundo onde ele pode ser um membro, um descobridor, uma fonte de vida compartilhada”.

Por outro lado, os três fragmentos trazem novamente o caráter ambivalente e, também, o mecanismo de contraste relacional, ambos já mencionados. No trecho de Andréia Martins, por exemplo, sobrevém já de saída aquela idéia de fagocitose anunciada ao reconhecer que “ainda não fomos engolidos” pela cidade, visto que “ainda podemos ver morros, rio, enfim, natureza”. Em suma, a ênfase estabelecida pela escritora é processual (algo sendo engolido). Já no caso de Staub, este faz, como Juremir Machado, alusão às “cores da infância” perdida, quando se temia a “onça” e os “piratas” que podiam “voltar”. Aqui, o primeiro contraste estabelecido, embora ilustrado com elementos concretos (“estrada de chão”, “mata”, “árvores” etc.), é temporal: frente a um tempo presente, se mobiliza um tempo anterior recheado de experiências e lembranças do passado. Mas ao mesmo tempo, a diferença estabelecida é cultural, visto que, naquele mesmo tempo passado, onde se “avançava mata a dentro”, é a “civilização” que fica “para trás”. Em síntese, nos dois casos, a separação ontológica (dois mundos separados de Sorokin, Zimermann e Galpin) aparece com força.

Embora associe, por inferência, o rural a um espaço determinado em relação à cidade, caracterizando-os como dois pólos diferentes, já que o primeiro seria “um lugar prá onde fugir” que “talvez não esteja assim tão longe” do segundo, Raqueli procede de forma distinta aos dois escritores anteriores. Se inicialmente há a idealização do rural como lugar da “perfeita harmonia”, ao contrário de Andréia, tal paraíso não estaria sendo perdido ou, como no caso de Staubm, não teria ficado na infância. Pelo contrário, elementos associados a ruralidades clássicas se amalgamam com práticas associadas ao mundo urbano (ou ao menos

propostos a partir daí). Assim, “plantar e colher, alimentos saudáveis, animais livres” se fundem com “Eco e agroturismo”, “Passeios ecológicos”.

Tais reflexões ilustram, como sugere Moreira (2002, p. 5), o fato de que, consciente ou inconscientemente, “falar em ruralidade [implica] acionar o seu par, a urbanidade”. Mas, seguindo com as ambivalências e contrastes, os três últimos fragmentos, bem como o trecho escrito por Juremir Machado, possuem em comum o fato de que seria possível uma convivência entre rural e urbano (seja ambos ocupando lugares diferentes no espaço, seja se fundindo em uma coisa só, espécie de rururbano indistinguível). Porém, o contraste pode ser estabelecido a partir justamente da negação de tais possibilidades.

Retomando a negativização do urbano, temos as seguintes argumentações:

Eu vejo aqui [no espaço urbano] muita agitação, muita impessoalidade, as pessoas não olham uma para a outra, um distanciamento, cada um tá fechado no seu carro e, mesmo passando na rua, as pessoas não se cumprimentam [...]. Eu sinto algo ruim quando o urbano encontra o rural, um mal estar (Integrante dos Caminhos Rurais).

E ainda: “o urbano na verdade é o mal para essa zona [rural], eu vejo isso” (Representante Sindicato Rural de Porto Alegre).

Ora, diferentemente da perspectiva idealizada e da possibilidade de convívio harmônico que pode ser vista nos fragmentos anteriores, este último mobiliza o que vê como características negativas do “espaço urbano” (“distanciamento”, “impessoalidade”, “agitação”) para contrastá-lo com o rural. Da mesma forma que Andréia, este integrante dos Caminhos Rurais parte de uma ênfase processual (algo encontrado algo). Mas, ao reafirmar seu “mal estar” ao e ver “algo ruim quando o urbano encontra o rural”, para ele, quando esta reunião acontece, dela resultaria não uma fusão de ambos (como para Juremir e Raqueli), mas a destruição do segundo. Neste caso, a fagocitose não é só lamentada, como no caso de Staub e Andréia, mas denunciada de modo quase visceral quando o entrevistado sentencia: “o urbano na verdade é o mal para essa zona [rural]”.

Por outro lado, também a cidade pode ser idealizada, como quando Williams (1989, p. 16) nos traz mais uma significativa contribuição através de outro poema alvo de sua análise:

Nada há na terra de maior beldade:
Só um insensível para contemplar
Vista tão límpida sem se empolgar:
Como se fosse um traje, esta cidade
Ostenta da manhã a claridade,
O silêncio e a beleza sem par;
Torres e cúpulas se elevam no ar
Em luminosa e suave majestade.

Tal poema trata de uma visão da cidade antes do estresse, do barulho, da agitação do dia-a-dia, onde Williams (1989, p. 16) complementa tal idéia com a imagem dos “grandes prédios da civilização, os pontos de encontro, as bibliotecas e teatros, as torres e cúpulas, e – muitas vezes ainda mais emocionante – as casas, as ruas, a tensão e o entusiasmo de estar no meio de tanta gente com tantas metas diferentes”. Contudo, o autor também aborda o “outro lado” das cidades, ao afirmar que: “como todo mundo, também já senti o caos dos metrô e engarrafamentos de trânsito, a monotonia de casas idênticas enfileiradas, a pressão agressiva de multidões de desconhecidos”.

Em relação à visão positiva da cidade como símbolo da “civilização”, vimos que esta apareceu de modo muito forte no capítulo anterior (sobretudo, no caso da chegada da luz, do bonde, dos calçamentos, do asfalto como sinônimos de prosperidade), em que analisou-se, historicamente, como os significados de rural e urbano foram se transformando ao longo do tempo. No caso da segunda perspectiva, cética e negativa, vimos em vários trechos que aquele urbano tão almejado de ontem passa a ser relativizado, da mesma forma que noções próximas como desenvolvimento, progresso e modernidade, de certo modo deixando no ar a pergunta; onde ficou a “cidade bela, branca e higiênica” desejada de outros tempos?

Em síntese, há uma ambivalência dupla nos processos de ressignificação aqui analisados: o campo sendo ora idealizado como paraíso perdido ora visto como lugar sem as benesses da civilização; mas, igualmente, a cidade ora aparecendo como algo a ser desejado ora passando a ser repudiada como a origem do “mal” do que há de “ruim”). Sobre tal fenômeno, Williams (1989, p. 387) ressalta que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações”, ao que Moreira complementa, argumentando:

A identidade rural requer a existência do não rural. Nesse sentido, as ruralidades só podem existir e serem pensadas a partir de suas relações com algo que a cultura significa como não rural. Esses processos são, ao mesmo tempo, produtores de auto-reconhecimentos e de mútuo reconhecimento (MOREIRA, 2002, p. 4).

De outra parte, como ressalta Carneiro (2003, p. 16), a partir do momento em que diferentes Agentes sociais voltam-se para a invenção discursiva e a mobilização prática de diferentes ruralidades, interagindo entre si e dando força ao rural como mobilizador de ações coletivas, “esta diversidade pode atuar no sentido de consolidar as identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro”. Nesses termos, passa a ser

possível aos diferentes reconhecerem-se mutuamente conformando uma unidade diversa capaz de abarcar distintos agentes, tais como ONGs socioambientalistas, movimentos sociais, produtores rurais, órgãos públicos, vereadores, entre outros, como descreve a fala a seguir:

É justamente uma aliança do movimento ambientalista com os movimentos sociais do campo, isto é uma coisa que está consolidada em muitos âmbitos, por exemplo, a aliança entre os Amigos da Terra Internacional e a Via Campesina. [...] Buscando trabalhar cada vez mais essa relação com os agricultores justamente como uma forma de renovar esse ambientalismo em termos de valores e também de ideais (Representante ONG InGá).

Ao analisarmos as propostas do Projeto Cinturão Verde de Porto Alegre, do “movimento em defesa da zona rural”, das manifestações relacionadas às grandes obras para a Copa de 2014, do “movimento de luta pela moradia”, dos protestos com relação à transferência das vilas populares, entre outros, observa-se que estes “movimentos” estão todos inseridos em um mesmo contexto que perpassa, ao mesmo tempo, pelo enaltecimento à diversidade, bem como pelo respeito às peculiaridades e diferentes identidades. Examinemos uma página do site do Projeto Cinturão Verde de Porto Alegre:

Figura 12 — Membros do Projeto Cinturão Verde

Projeto Cinturão Verde de Porto Alegre

Portoweb / Portal da Solidariedade / Cinturão Verde POA / Quem Somos

Quem Somos?

Somos um coletivo de entidades locais e ambientais que lutam pela conservação ambiental e manutenção das características rurais da região extremo sul de Porto Alegre.

As entidades participantes são:

- Associação dos Produtores, Moradores e Amigos da Estrada do Rincão.
- APEL (Associação de Produtores Ecológicos do Lami)
- APRESUL (Associação de Produtores Ecológicos do Extremo Sul)
- Associação Porto Alegre Rural
- Casatierra
- Cooperativa de Produtores Ecológicos Arco-íris
- Instituto Biofilia
- Instituto Gaucho de Estudos Ambientais
- Instituto Econsciência
- Núcleo Amigos da Terra - Brasil
- ONG Solidariedade
- Programa Macacos Urbanos -UFRGS

OBS: Este projeto não tem vínculo algum com nenhuma secretaria do município de Porto Alegre, exceto a PORTOWEB que hospeda e desenvolveu o layout deste site, através do Portal Solidariedade.

► Atuação

Busca no Site

» Mapa do Site

» Contatos

Porto Alegre - RS

(51) 9195.0910

Fale conosco

Fonte: Projeto Cinturão Verde (2011)

Conforme argumenta um entrevistado:

Nós consideramos que a questão rural e a luta urbana não estão divorciadas, uma sem a outra não vive. O meio urbano tem suas doenças que são muito mais profundas e significativas que na área rural (Representante Comunidade Autônoma Utopia e Luta).

E, como resume a fala de um produtor do Lami:

Não adianta só ter consciência, tu tem que fazer. Isso que nós estamos fazendo ainda é pequeno, isso aí, mas é uma coisa pequena que tá ficando grande. Porque o trabalho nosso não ficou só aqui dentro, o nosso trabalho apareceu e mostra que é possível trabalhar assim, fazer, ter todo esse tipo de trabalho desse jeito. Outra coisa, o contato que a gente tem com o público da cidade, quanta coisa mudou nas pessoas quando a gente levava as embalagens e perguntava: tu quer levar para casa ou tu quer devolver? Hoje as pessoas próprias já tão com aquelas sacolinhas, já tão levando para a feira. Então é isso que chama atenção, que a coisa não é só aqui. (Produtor Ecológico do Lami).

Ao percorrermos a lista de entidades envolvidas com o projeto, notamos o quão diversos são seus componentes. Segundo Wanderley (2009), no campo de confrontos que,

freqüentemente se estabelece no espaço rural, são identificadas três posições se defrontam: a primeira prioriza a produtividade no espaço rural, a segunda associa o espaço rural a uma melhor qualidade de vida e, por fim, a terceira visão enfatiza a preservação ambiental em detrimento de outros usos considerados predatórios, sejam eles produtivos ou não.

Todavia, as dinâmicas sociais que se estabelecem em relação ao rural de Porto Alegre, não corroboram com a afirmação de Wanderley (2009). Neste caso, estas três posições consideradas como conflitantes pela autora convivem, se interconectam e se reafirmam enquanto “movimento coletivo”. Portanto, a partir dessa identidade relacional, diferentes atores sociais organizados entendem o rural de Porto Alegre como um espaço diverso onde “as relações sociais que se desenvolvem são multidimensionais, complexas, multifacetadas, regidas por motivações específicas de ordem econômica, moral, etc.” (PIRES, 2007, p. 26). Nesse sentido, preservação ambiental, turismo rural, ecoturismo, turismo pedagógico, turismo científico de estudos e intercâmbio, agricultura, agroecologia, preservação do patrimônio histórico-cultural, práticas eqüestres, espaços de religiosidade, cultivo de plantas ornamentais, entre outros, estão integrados e se complementam nesse espaço.

O que atribui sentido à conformação desta aparentemente curiosa coesão é a sua referência identitária enquanto grupo. Nessa perspectiva, Carneiro (2003, p. 17) assinala:

[...] a lógica de existência (ou de permanência) de um grupo social com uma identidade própria, ancorada num sentimento de pertencimento a uma localidade dada – identidade materializada na relação com o espaço e com um conjunto de símbolos culturais – repousa na possibilidade de se estabelecer relações de alteridade [...]. Essa relação de alteridade, no entanto, não se produz em toda e qualquer circunstância. Ela depende da vitalidade do tecido social, de sua capacidade de se reconhecer, de alguma forma, como único e específico.

Moreira (2002, p. 3) complementa, afirmando que a identidade é uma “expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes materiais e afetivas de pertencimento”. E ao verificar a confluência desses distintos atores sociais percebe-se, conforme Moreira (2002, p. 4), que “[...] a possibilidade de existência de uma identidade requer a existência de outras identidades, tal é essa contingência do relacional. O uno requer o diverso, o indivíduo só existe na relação social”. Portanto, neste estudo optou-se por não fazer uma distinção entre pessoas oriundas do espaço urbano ou rural, por entender que esta conexão de diferentes agentes envolvidos com o espaço rural de Porto Alegre conforma este “movimento coletivo”, onde a heterogeneidade social intensifica as trocas, ampliando e enriquecendo a rede de relações sociais nesse espaço.

4.3 TENSÕES FRENTE AO RURAL EM PORTO ALEGRE

A gente se focou muito na questão do imposto, a gente foi ingênuo, na verdade, né? A gente se apavorou: bah, vamos pagar IPTU prá caramba, e aí a gente focalizou na questão do imposto, mas essa questão foi resolvida, não vai ter problema lá. Só que na questão urbanística a gente foi ingênuo de não ter visto que a Prefeitura iria abrir as porteiças para a questão dos condomínios (Representante Instituto Econsciência).

Na argumentação do entrevistado acima, vinculado a uma ONG socioambientalista, pode-se observar a trajetória desde a aprovação do Plano Diretor em 1999 que “extinguiu a zona rural”, até a compreensão de que este acontecimento teria, de fato, se tornado um problema para este grupo. A fala deste interlocutor remete a uma reflexão de Bourdieu (2009, p. 142), o qual assegura que:

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação, representa um considerável poder social o de constituir os grupos, constituindo o **senso comum**, o consenso explícito, de qualquer grupo.

Dessa forma, a partir desse movimento de apreensão das modificações relativas à alteração de “zona rural” para “zona rururbana”, estabelecidas pelo PDDUA em 1999, a comunidade da região e algumas ONGs ambientalistas passaram a se organizar e trabalhar no sentido de trazer à tona a necessidade de preservação da área rural, estabelecer limites para a expansão urbana e debater as alterações consideradas polêmicas implementadas pelo Plano Diretor.

Conforme o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais - InGá (2010), com o fim da área rural perdeu-se o subsídio de energia elétrica (programa conhecido como “Luz Para Todos”) que visa beneficiar propriedades rurais não atendidas por esse serviço. Da mesma forma, ao tornar a “zona rural” em “zona rururbana”, dificultou-se o acesso dos pequenos agricultores aos programas federais de financiamento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Observa-se, contudo, que o Diagnóstico do Meio Rural do Município de Porto Alegre, elaborado por Wollmann et al. (1994), já evidenciava a complexidade da formação do rural, o qual é regido, conforme este documento, por referências culturais e contribui igualmente para a qualidade das condições de vida em relação ao espaço urbano recriando-se, dessa forma, a identidade e o significado de cidadania e dos cidadãos que a ele se vinculam.

A partir, então, de tal ressignificação do rural em Porto Alegre, a diversidade de agentes e, conseqüentemente, de olhares sobre este, desfaz a noção de que existe um significado único desse rural e torna, portanto, proeminentes os questionamentos, os debates, as tensões e as disputas simbólicas sobre a lógica a ser priorizada nesse espaço em comum, onde se confrontam diferentes pontos de vista. Nessas condições, Wanderley (2009, p. 215), ressalta que “para além das dificuldades da convivência cotidiana, os conflitos refletem o confronto entre concepções distintas a respeito do que é o rural e dos usos que podem ser dados aos espaços rurais”. A autora ainda expõe que as localidades rurais muitas vezes são “lugar de confluência de diferentes ‘atores coletivos’, que estabelecem entre si relações sociais variadas e passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local” (WANDERLEY, 2009, p. 215). Tal argumentação corrobora com o depoimento de um interlocutor:

É um confronto de idéias. Tu tá pegando uma área rural e transformando em urbana, essa é a verdade, né? É uma área que tinha criação de gado, aviário, plantação de arroz e que vai virar residência, né? Mas aí, o que eu tenho para te dizer em respeito disso: se tu pegar o Plano Diretor de Porto Alegre, existem regiões pré-determinadas a virar loteamento, empreendimento e outras regiões determinadas para não ter. Da maneira que tá crescendo e aumentando a população, infelizmente o verde vai ser raridade, não tenha dúvida disso (Representante Construtora Bolognese).

Salienta-se que esta pesquisa não possui a intenção de adentrar a teoria dos conflitos socioambientais, visto que o empírico estudado não se configura (pelo menos até o presente momento) enquanto um conflito declarado. Contudo resgatam-se, pontualmente nesta ocasião, contribuições de um estudioso dos conflitos socioambientais: Henri Acselrad. Portanto, transposto ao contexto deste trabalho, observa-se que algumas considerações de Acselrad compartilham pontos em comum com o empírico em análise, onde diferentes grupos sociais disputam simbolicamente quanto às distintas lógicas e modos de apropriação, uso e significação do rural, sendo originadas tensões quando, pelo menos um dos grupos, percebe ameaçada a continuidade de suas formas sociais de apropriação do meio, por impactos indesejáveis, decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. Dessa forma, Acselrad (2004) afirma que o conflito pode decorrer da disputa pela apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, porém interconectadas, como salienta abaixo:

Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não resume-se a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais [...] (ACSELRAD, 2004, p.15).

Nessa perspectiva, Pires (2004, p.162) argumenta que é possível perceber como os diferentes interesses relacionados ao uso da terra de uma determinada formação socioespacial se manifestam, bem como “quais atores coletivos emergem nessas situações para defender seus interesses”. Ademais, o autor ainda enfatiza que se pode observar o processo que se apresenta:

[...] como o relacionamento entre esses grupos se transforma ao longo do tempo, ou seja, quais os atores e seus respectivos interesses que perdem espaço nesse processo e quais são os que ganham. [...] A terra aparece como suporte ou palco das relações e práticas sociais, pois é ela que forja arenas de conflito e define os atores e os processos sociais (PIRES, 2004, p. 162).

Assim sendo, Berger e Luckmann (1985, p. 147) afirmam que “[...] o aparecimento de um outro possível universo simbólico representa uma ameaça porque sua simples existência demonstra empiricamente que o nosso próprio não é inevitável”.

Ao reconhecermos a existência de um processo de ressignificação, por parte de diferentes agentes sociais, quanto ao rural e o urbano em Porto Alegre, podemos pensar, conforme aponta Moreira (2002 p. 4), que tal processo estaria indicando certo tensionamento em relação ao “núcleo de poder hegemônico da cidade” e que, portanto, essas ressignificações do rural estariam “emergindo das tensões nesse pólo hegemônico”.

Com efeito, a proximidade de agentes diferenciados no rural pode originar tensões entre os “antigos habitantes e os recém chegados, ou os ‘de dentro’ e os ‘de fora’”, como assinala Wanderley (2009, p. 214). No caso de Porto Alegre, podemos identificar os “de dentro” como sendo as pessoas envolvidas com o fomento do rural e os “de fora” como os agentes vinculados à construção civil. Dessa forma, Wanderley (2009, p. 215) argumenta que:

Para os primeiros, a presença de ‘estranhos’ pode provocar sentimentos de que o seu ambiente de vida não corresponde mais a um espaço de interconhecimento, no qual está escrita sua própria história social e que ele pode ser profundamente afetado pelos usos da terra e da paisagem rurais para fins diferentes.

Ao observar os diferentes interesses em jogo, verificam-se também as assimetrias das relações de força entre estes grupos, os quais, conforme Moreira (2002, p. 1), “participam dos jogos, embates e conflitos construtores das hegemonias e contra-hegemonias globais e locais”, os quais serão analisados mais detalhadamente no tópico a seguir.

4.4 O RURAL COMO FRONTEIRA DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Eu penso assim: eu sei que vai faltar terra. A terra que tá pronta no mundo ninguém vai aumentar, é um troço que só se fizer ilha pra dentro do mar para criar terra, né?

Então é o seguinte: a terra é a mesma desde o começo do mundo, não aumentou mais e ninguém vai fazer mais. Mas a população aumenta a cada dia, minuto, segundo, né? E a terra é a mesma e tem que dividir essa terra. E eu acho que é uma coisa normal, como vai se segurar? Por exemplo: o meu avô tinha 250 hectares de terra aqui nessa região. Cada filho ficou com 24. Dentro dessa área do meu avô já tem vila, tem um monte de coisa, porque as terras vão cortando, é aquilo que eu falei: vão se dividindo, dividindo, dividindo... (Produtor Ecológico do Lami).

Este trecho da entrevista de um produtor ecológico do Lami não poderia deixar de abrir este item. Sua fala demonstra grande reflexão em um tom quase meditativo, simbólico: “a terra é a mesma desde o começo do mundo”, no entanto, sobressai-se também sua objetividade e consistência: “então é o seguinte: a terra é a mesma desde o começo do mundo, não aumentou mais e ninguém vai fazer mais” e, ao mesmo tempo, observa-se seu olhar sobre os fatos de forma interrogativa: “eu acho que é uma coisa normal, como vai se segurar?”. Por fim, sua rendição, sua aquiescência, sua aceitação sem parecer demonstrar resistência: “porque as terras vão cortando, é aquilo que eu falei: vão se dividindo, dividindo, dividindo...”

Corroborando com a fala do produtor rural de Porto Alegre, Reydon (1992, p. 85) destaca que “a terra é um recurso natural não reprodutível, o que, aliado à propriedade privada, lhe confere um caráter escasso”. Neste sentido, a terra, em uma economia capitalista, é “um ativo que rende, na medida em que é relativamente escasso frente ao mercado”. Tal fato conseqüentemente possibilita, à medida que a terra vai tornando-se mais escassa, uma maior ascensão de sua curva de preços. Reydon (1992, p. 85) afirma que a terra rural, como ativo, apresenta três importantes características: “é escassa em termos físicos e econômicos, é imóvel e é durável, já que não pode ser destruída facilmente”. Segundo Miranda (2002, p. 12) “[...] a terra não se distribui, subdivide-se, porque se tornou proibitivamente cara”, e é cara, devido ao que o próprio autor nomeou de “IV Renda”, ou seja: a expectativa da valorização.

O processo denominado por Miranda (2002, p. 1) como “incorporação de áreas rurais às cidades” é entendido pela autora como o “resultado do espraiamento indiscriminado da mancha urbana, através do processo de parcelamento do solo”.

Portanto, pode-se dar início a essa análise a partir de algumas reflexões Miranda, (2002, p. 10), que destaca esse fenômeno como uma forma de ação do capital imobiliário especulativo, o qual promove ativamente sua valorização, quando “[...] a terra urbana, dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro no futuro. É dessa forma que a especulação se realimenta e, ao mesmo tempo, faz com que as extensões incorporadas ao perímetro urbano fiquem cada vez maiores”.

Segundo Reydon et al. (2006, p. 419) a especulação com terras tem sido um aspecto característico do desenvolvimento capitalista no nosso país, onde é bastante conhecido o “papel de reserva de valor desempenhado pela terra”, o que atraiu capital tanto do setor agrícola, quanto do setor industrial, os quais “buscavam na terra rendimentos não diretamente derivados da atividade produtiva”.

De acordo com Miranda (2002), é bastante diversificado o perfil dos agentes que se apropriam do “sobre-valor” da terra e, conforme relata a autora em sua pesquisa sobre estudos e Planos Diretores elaborados nas décadas de 80 e 90, identificaram que:

[...] em boa parte das grandes cidades brasileiras, há áreas loteadas suficientes para, pelo menos, dobrar sua população. Este quadro deveria transformar este ativo numa mercadoria de valor insignificante, mas o fato é que, especialmente entre 1960 e 1990, ele se mostrou um ótimo investimento. Esta foi a forma pela qual o capital imobiliário criou ativos financeiros, em centros urbanos em expansão, atendendo uma preferência de boa parte dos detentores de capital que, numa visão patrimonialista, tinham como um de seus objetivos, a manutenção de uma parte significativa de seu portfólio na forma de imóveis (MIRANDA, 2002, p. 11).

Assim sendo, conforme Reydon et al. (2006), tal raciocínio leva à concentração de terras de alguns em detrimento de outros, o que torna importante a criação de medidas que fiscalizem estas ações. Portanto, entre outros estudos que se dedicam a analisar este processo, Miranda (2002, p. 4), salienta que:

Uma das motivações que nos levaram a iniciar este trabalho foi justamente a crença na possibilidade de reverter o senso comum de que as áreas rurais próximas às grandes aglomerações urbanas não têm outro destino possível senão o de aguardar a ‘chegada inexorável’ de um tipo de urbanização ‘ambientalmente insustentável’ e ‘socioespacialmente’ segregada, via ocupações irregulares para abrigar as populações de baixa renda, e/ou via condomínios fechados para abrigar a população de alta renda.

Nessa perspectiva, Miranda (2002) ressalta que “o funcionamento desequilibrado desse circuito imobiliário especulativo” se deve, entre outras questões, à transformação da terra em um “ativo imobiliário”, que surge não através de uma demanda da população pelo seu valor de uso, mas exclusivamente para “valorizá-lo ficticiamente”. E esta valorização acaba por alterar os usos tradicionais desses espaços agrícolas, pois, como salienta a autora: “[...] o valor do imóvel rural eleva-se de tal forma que o custo de oportunidade de uma ocupação agrícola tradicional se inviabiliza em favor de outros usos mais rentáveis, ou do próprio ‘não uso’ mais imediato” (MIRANDA, 2002, p. 12).

Conforme Reydon et al. (2006), ao se mostrarem propícias as condições para o parcelamento do solo para fins urbanos, este provavelmente será realizado, pois “difícilmente

haverá atividade agropecuária que suplante o ganho advindo desse tipo de especulação imobiliária”, explanação esta que corrobora com a argumentação de um entrevistado:

Quando tu não tem uma política de entendimento em território e desenvolvimento das atividades econômicas, a força econômica de um setor sobre o outro acaba se sobrepondo. Bom, e isso em Porto Alegre é muito forte e muito claro que a atividade primária ela não tem como competir com a atividade imobiliária e a atividade da construção civil. O valor da terra, por exemplo, para a produção agrícola ele tem peso 1, para a atividade imobiliária ele passa a ter peso 100, valoriza até 100 vezes a terra. (Vereador PT).

Entretanto, se faz oportuna uma ressalva apontada por Miranda (2002) que apresenta uma distinção entre dois processos especulativos: o primeiro que envolve a terra exclusivamente pela sua retenção como reserva de valor e o segundo que se apresenta da seguinte forma:

[...] o papel exercido por “agentes econômicos” no desenvolvimento de um empreendimento imobiliário para atender uma determinada demanda, seja ela habitacional ou ligada a usos comerciais e de serviços, qual seja, o de identificar uma área, promover sua aquisição ou incorporação, contratar profissionais para desenvolver e executar um projeto de ocupação, e encaminhar os procedimentos legais e administrativos necessários para a aprovação do empreendimento (MIRANDA, 2002, p. 13).

Neste sentido, o representante do Sinduscon-RS faz uma análise que aproxima-se das questões explanadas por Miranda e Lessa:

Durante ¼ de século o Brasil foi um gigante adormecido em termos de economia, com uma economia estagnada e a indústria imobiliária tem uma grande correlação com a economia, ela tá atrelada à evolução da economia, então, a indústria imobiliária também ficou estagnada durante ¼ de século. Então, se criou uma demanda reprimida muito grande, né? E o que tá acontecendo desde 2006 para cá, é justamente o mercado dando vazão a transformar essa demanda que era potencial em demanda efetiva, e dá surgimento a esses bairros emergentes, alocando, recebendo, acolhendo empreendimentos imobiliários de vulto para esse público alvo. (Representante Sinduscon-RS).

Em sua argumentação, o representante do Sinduscon-RS busca explicar as mudanças pelas quais Porto Alegre tem passado nos últimos anos. Para esta mesma direção se dirigem alguns estudos realizados sobre o rural portoalegrense, tais como Schnädelbach (2004), Rechenberg (2007) e Kozenieski (2010) demonstram que este vivencia hoje um período de transformações na ocupação e no uso do seu espaço. Segundo Rechenberg (2007), entre essas transformações salientam-se: o dinamismo no mercado de terra, o acentuado índice de construção civil, mudanças no sistema produtivo e no perfil das propriedades e da população.

Importante ressaltar que, de um total de 24 entrevistados, apenas quatro não apontaram o crescimento urbano como sua maior preocupação com relação ao rural em Porto Alegre. Dentre esses quatro agentes, onde todos são envolvidos com o setor imobiliário, um interlocutor externa o seguinte comentário:

Ou se muda o Plano Diretor de Porto Alegre permitindo que se construa nas áreas rarefeitas, nem que aumente... por exemplo, hoje tem que deixar 30% da área em média, tá? 30% tu tem que preservar dessa área. Que libere então só 50% da área. Vai acabar o verde de todo jeito, é isso que eu to te dizendo, só que de uma maneira desordenada, foi o que aconteceu em Porto Alegre 15 anos atrás! Tu não conseguia aprovar nada em Porto Alegre e o que foi que aconteceu? O pessoal começou a vender. Eu tenho uma área aqui, vou abrir uma rua, chama uma retroescavadeira... chama a brigada, mas já tem 500 famílias ocupando a área. Tira? Não tira mais! (Representante Construtora Bolognese).

O representante da Construtora Bolognese problematiza as deliberações do PDDUA, tensionando quanto à necessidade de flexibilização da utilização das áreas determinadas como rarefeitas, no que se refere ao empreendedorismo imobiliário. Vejamos outra argumentação do mesmo entrevistado:

A expansão para as áreas mais rarefeitas não tem como fugir disso, por bem ou por mal, que é o que eu tava te dizendo, ou se organiza isso... isso é lógico que vai acontecer, né? Porto Alegre não tem para onde crescer, só a zona sul. Ou se organiza esse crescimento ou deixa crescer desordenado. O que que é organizar? É permitir que edifique onde hoje é uma região de ocupação rarefeita. A tendência, eu não tenho dúvida que é a zona sul de Porto Alegre, Lami, aquela seqüência ali, Itapuã... é onde sobrou para crescer, entendeu? (Representante Construtora Bolognese).

O representante do Sinduscon-RS, igualmente, chama a atenção para esta questão:

A zona sul e leste são o filão que tem aí de mercado, né, onde Porto Alegre oferece potencial de crescimento imobiliário. Também tem o 4º Distrito (Navegantes, Humaitá) porque a densificação ali também é baixa, né? Então, primeiro quesito: cumpre ao Plano Diretor oferecer um regime urbanístico favorável a empreender-se nessas áreas, tá? Incentivos fiscais também são bem-vindos (Representante Sinduscon-RS).

Neste mesmo sentido, podemos avaliar, abaixo, uma notícia divulgada no site da Sinduscon-RS:

Construtores entregam pleitos aos candidatos ao Piratini
Reunião-almoço Sinduscon-RS:

O Sinduscon-RS deu início no dia 18 de agosto ao ciclo de debates com os candidatos ao governo do Estado, durante reunião-almoço realizada na sede da entidade. **O candidato do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro, recebeu documento do presidente do Sindicato, Paulo Vanzetto Garcia, contendo as principais sugestões do setor.** Entre os destaques, os construtores defendem medidas para evitar que as empresas gaúchas continuem sendo alijadas na

contratação das obras dos mais importantes empreendimentos industriais privados, que são executados com o apoio de incentivos fiscais, tributários e creditícios concedidos pelo próprio governo estadual. No segmento de obras públicas, o documento propõe a criação de um “Banco de Projetos” em cada área prioritária, como educação, saúde, sistema penitenciário, de saneamento, energia e habitação (SINDUSCON/RS, 2010, grifo nosso).

A partir de tais explanações e reportagens vinculadas ao setor imobiliário, pode-se estabelecer um diálogo com Berger e Luckmann (1987, p.148), os quais afirmam que “o confronto de universos simbólicos distintos implica uma questão de poder”, onde Bourdieu (2009, p. 140) complementa:

Esta parte de jogo, de incerteza, é o que dá fundamento à pluralidade das visões do mundo, ela própria ligada à pluralidade dos pontos de vista, como o dá a todas as lutas simbólicas pela produção e imposição da visão do mundo legítima e, mais precisamente, a todas as estratégias cognitivas de **preenchimento** que produzem o sentido dos objetos do mundo social ao irem para além dos atributos diretamente visíveis.

Podemos, igualmente, traçar um paralelo quanto ao que pensam sobre esta mesma questão das diretrizes do PDDUA sobre as áreas de ocupação rarefeita, os agentes sociais vinculados ao rural. Observemos algumas falas: “as construtoras é que direcionam o crescimento da cidade, eles é que mandam no Plano Diretor. A área do Alphaville, por exemplo, foi escolhida a dedo” (Representante Instituto Econsciência), ou ainda: “o que eu gostaria é que fosse respeitado o PDDUA, que ele permite 1 casa a cada 2 hectares, mas eles fazem as AEIS [Áreas Especiais de Interesse Social] com terrenos de 10 por 20 lá...” (Integrante Caminhos Rurais). Também nesse sentido, um representante da SPM argumenta:

Os técnicos fazem o possível, mas chega uma hora que não tem... porque por lei tu faz qualquer coisa, entendeu? Então, tu não precisa do técnico, tu faz uma lei, tu leva pra câmara e tu aprova, e o técnico não fica nem sabendo. Agora, por exemplo, eu sei que foram aprovadas, isso uma medida do governo, 11 áreas nessa região (referindo-se à macrozona 8) que vão ser específicos para o Minha Casa, Minha Vida. A pesquisadora questiona: mas, mesmo com as diretrizes do PDDUA? Sim, passa por lei. Mais uma vez, a pesquisadora interfere: então, fazendo por lei isso fica acima do PDDUA? Sim, porque tu tá mudando por lei o PDDUA, porque o PDDUA é uma lei complementar e precisa de uma lei para mudar, então, tu vai mudando dessa forma. Então, a gente luta pela manutenção da atividade, da paisagem, de toda a ambiência que tem, mas é uma coisa assim, que no tempo que tem, tá fadado a ficar muito pouco.

Analisando-se o conteúdo das argumentações dos distintos agentes, pode-se perceber a diversidade de olhares sobre o mesmo tema, através da clara diferenciação de seus discursos. Para os sujeitos envolvidos com o fomento do rural, sua conservação é associada às questões ambientais e relacionais que envolvem esse território, portanto, tais interlocutores apontam a

desconsideração, por parte do poder público pelas normas estabelecidas no PDDUA alegando demasiada permissividade com relação à utilização das áreas de ocupação rarefeita.

No que diz respeito aos entrevistados vinculados ao setor imobiliário, percebe-se que estes se apóiam na idéia de “crescimento da cidade” e o conteúdo de suas falas revela o apelo à necessidade de moradia como um direito fundamental do ser humano, o que justificaria o tensionamento por modificações no PDDUA para a implantação de unidades habitacionais nas áreas de ocupação rarefeita, por entenderem tal legislação muito restritiva aos empreendimentos do setor da construção civil.

Portanto, o Plano Diretor se mostra para alguns agentes como um elemento que impõe restrições normativas ao uso do rural para a atividade imobiliária, e para outros se revela como uma legislação ineficaz, que pode ser facilmente alterada através de leis complementares que a deslegitimam e a modificam conforme os interesses em jogo.

Vale, neste momento, trazer uma notícia veiculada no site do DEMHAB que corrobora com as argumentações dos entrevistados, acima expostas:

Lei amplia Áreas de Interesse Social para Casa Popular” (28/01/11)

A construção de moradias populares teve novo reforço para 2011. Nesta terça-feira, 28, o prefeito José Fortunati sancionou a Lei Complementar que faz alterações na legislação, ampliando as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) para serem utilizadas no programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

A nova Lei é um incentivo para a produção e aquisição de novas unidades habitacionais voltadas à população com renda mensal de até dez salários mínimos. Inclui áreas já vinculadas ao programa Minha Casa, Minha Vida, além de espaços que têm potencial para receber projetos de moradia popular.

O prefeito destacou a grandiosidade do projeto, tanto pela dimensão social quanto pela união de esforços de várias entidades para alterar a lei. Na ocasião, Fortunati falou da importância da ampliação de 43 áreas que darão condições para que habitações populares possam ser construídas com tramitação diferenciada. “São critérios diferenciados que ajudam e propiciam que essas moradias sejam feitas com custo menor, menos burocracia e maior rapidez para a população que mais necessita”, enfatizou.

Conforme o secretário municipal de Planejamento, Márcio Bins Ely, o projeto é de extrema importância ao combater o déficit habitacional da cidade. “Agora, efetivamente, caminhamos para uma reestruturação da cidade”, disse. O diretor-geral do Departamento Municipal de Habitação, Humberto Goulart, ressaltou a ampliação de políticas públicas habitacionais voltadas à população mais necessitada. AEIS - São áreas destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social. É atribuição do município definir parâmetros de ocupação em seu território, conforme a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades (2001). As AEIS são um instrumento de flexibilização do regime urbanístico, pois permite que o Poder Público dê tratamento diferenciado a uma determinada área de interesse social, como ocupações, loteamentos irregulares ou conjunto habitacional de baixa renda. (PORTO ALEGRE, 2011a).

Nesta mesma perspectiva, um entrevistado representante do Sinduscon-RS, tece um comentário a respeito desses empreendimentos imobiliários para públicos de baixa renda:

O preço do terreno ele é vital numa análise de viabilidade para esse tipo de mercado e esse perfil de renda econômica e supereconômica. É vital que o preço do terreno seja acessível, porque é inviável tu conceber esse tipo de empreendimento no Moinhos ou na Bela Vista (Representante Sinduscon-RS).

Assim, conforme Miranda (2002, p.10) a denominada “face mercantil do capital imobiliário” se apresenta da seguinte forma:

[...] pela concessão pública do ‘direito ou privilégio’ de, por exemplo, ter seu imóvel transformado em área urbana passível de ser loteada, ou de poder construir um prédio multiplicando o coeficiente de uso de um determinado imóvel, ou ainda pela construção de melhorias públicas em áreas lindeiras a um determinado imóvel.

Ao mesmo tempo, os interlocutores vinculados ao rural em Porto Alegre, questionam os locais destinados às AEIS, as quais foram demarcadas, em sua grande maioria, exatamente sobre a região que compreende as áreas de ocupação rarefeitas, determinadas pelo PDDUA. Nesta perspectiva, são explanadas suas inquietações: “É inevitável, o crescimento é inevitável, a nossa zona rural vai acabar. Nós vamos lutar e esperar, mas vai acabar, porque não tem outra solução! Ou nós crescemos para cima ou nos expandimos para os lados” (Representante do Sindicato Rural de Porto Alegre), ou ainda:

O pessoal fala muito da cidade que tá chegando... o que é que a gente vai fazer? Uma coisa que eu acho: porque não renovam a cidade? A cidade é um troço que eles vão fazendo e abandonando e fazendo outro. Tu conhece a zona norte, a Voluntários, a Farrapos? Aquilo parece que largaram uma bomba! Ali já tem toda estrutura de cidade, tem esgoto, água... porque não reconstroem aquilo ali? Daí o cara sai de lá e vem rasgar campo aqui, fazendo cidade (Produtor Ecológico do Lami).

Segundo Bourdieu (2009, p. 141) as categorias de percepção do mundo social são resultado da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Por conseguinte, tais incorporações, muitas vezes:

[...] levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode ‘permitir-se a si mesmo’ implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (‘isso não é para nós’) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar.

Neste fragmento do seu livro “O poder simbólico”, Bourdieu descreve o que em determinados momentos se passa com os interlocutores envolvidos com o rural, ou seja, um

sentimento de impotência, de incapacidade frente à “roda viva”, onde parece não haver outra alternativa possível senão a transformação do rural em urbano.

Estas diferentes visões de mundo perpassam por uma identificação, ou não, com este rural, o que pode ser percebido através da fala do produtor do Lami, cujo discurso sintetiza a argumentação dos agentes vinculados ao rural em Porto Alegre:

Eu acho assim: em todo lugar tem dificuldade, nós temos as nossas aqui também. Só que essas dificuldades aqui nós estamos treinados com elas, a dominar, entendeu? Se faltar uma coisa aqui, se faltar outra ali, a gente sabe como resolver essa questão. Agora, se nós ir morar lá no centro da cidade nós vamos ter dificuldade e aí nós não vamos saber dominar ela... aqui se faltar comida a gente sabe, agora, lá a gente não sabe (Produtor Ecológico do Lami).

Uma forma diferente de olhar para o rural se expressa nas falas de dois representantes do setor imobiliário, descritas a seguir: “O que eu vejo é que tá cada vez mais inviável tu comprar um terreno no Bom Fim ou na Bela Vista. Tu tem que ir para onde tem terreno, onde tem espaço... tá difícil tu conseguir uma área para construir e tem que partir para a periferia” (Representante TerraVille Golf Club) e, igualmente complementa o representante da DHZ Construções:

Tu vê, aqui nós temos 16 hectares, tu não encontra isso em uma área centralizada em Porto Alegre. Tu vai ter que começar a partir para áreas um pouco menos exploradas pela construção civil. Esse aqui foi um caso, né? [...] Aqui nós vamos ter mil moradores. São 250 casas e 40% da área é preservada [...]. Então, isso foi um achado, mas também uma aposta, porque se tu for olhar o entorno tu vai ver, pô...como é que tu vai botar uma classe média/alta num bairro que não tem essa característica, né? Porque isso é um bairro mais humilde, com vilas inclusive, tem uma periferia violenta nos dois lados do condomínio, mas esse é o ônus de tu achar uma área tão bonita, tão verde dentro da cidade (Representante DHZ Construções).

Note-se que a “periferia” torna a ser mencionada, mas atualmente não apenas como o lugar dos “proletários”, como comentava Pesavento, mas também como uma alternativa para a “classe A”.

No caso de Porto Alegre, observa-se que as tensões referentes à lógica a ser priorizada no rural são, conforme Zhouri e Oliveira (2005, p. 50) “[...] emblemáticos das contradições que permeiam os modelos de desenvolvimento no interior do qual respectivamente eclodem”. Nessa perspectiva, verifica-se que o poder público se insere de maneira ambígua, ambivalente nessa discussão. Retomemos alguns pontos: primeiramente é decretado o fim da “zona rural”, sendo esta transformada em “zona rururbana”; contraditoriamente, a Prefeitura permanece legitimando o rural por meio do fomento das atividades vinculadas a este, através de

diferentes órgãos que a compõem; e, por último, surge novamente como o “causador do fim do rural” através da implantação de leis complementares que suplantam o Plano Diretor e permitem a ocupação das áreas rarefeitas para a atividade imobiliária. Vejamos alguns depoimentos que corroboram com esta discussão: “a burocracia da prefeitura tem trazido grandes prejuízos para Porto Alegre, especialmente na área rural, porque os burocratas da SPM, da SMAM, da SMOV não entendem a diferença entre uma atividade urbana e uma atividade rural, não conseguem entender a diferença entre uma casa e um chiqueiro” (Vereador PT), ou conforme argumentam outros agentes sociais:

A própria Prefeitura tá procurando áreas para as pessoas que não tem onde morar. Tão levando pessoas para um local distante em Porto Alegre: 1 hora e 45 minutos de ônibus de lá até o centro [...]. Então o problema é que estão descaracterizando a zona rural que é uma zona onde deveria ser o pulmão realmente de Porto Alegre e tão levando as pessoas para um lugar onde não tem estrutura, não tem escola, não tem posto de saúde (Integrante dos Caminhos Rurais).

Hoje em termos de preservação ambiental, preservação da água e de outros recursos naturais, a propriedade rural preserva mais do que qualquer condomínio, né? Se a gente pegar uma foto aérea do período anterior do TerraVille e ver as alterações que eles fizeram em termos de paisagismo, mexeram no lençol freático, fizeram lagos, aquilo não tem nada a ver com preservação ambiental, introduziram plantas exóticas ali, cavaram fossos, uma alteração tão grande que é um loteamento, né? A diferença é que não impermeabilizaram o solo como acontece com os loteamentos populares (Representante EMATER).

Nessa perspectiva, a explicitação de diferentes visões de mundo se apresenta, segundo, Bourdieu (2009), a partir das lutas simbólicas que opõem os agentes sobre o sentido do mundo social, seus posicionamentos nesse mundo e sua identidade social, os quais, conforme o autor se expressam:

[...] por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer, da bênção ou da maldição e da maledicência, [...] insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias, etc. Não é por acaso que **katègorein** de que vem as nossas categorias e os nossos categoremias significa **acusar publicamente** (BOURDIEU, 2009, p.142, grifo do autor).

Este mal dizer, esta maldição, esta maledicência, conforme aponta Bourdieu, traduzem diferentes valores e concepções dos distintos agentes acerca desse espaço em comum. Assim sendo, sintetizando o conteúdo dos discursos dos sujeitos envolvidos com o fomento do rural, apresentam-se bastante ilustrativas as falas a seguir: “tem uma área aqui do lado que tem 200 hectares. No que é que isso vai se transformar? Num condomínio de chácaras? Num condomínio de vilas? Num condomínio de casas populares? Entendeu? [...] a tendência é essa, vai ficar inviável produzir” (Produtor Ecológico do Lami), ou como afirma o representante

Sindicato Rural do Porto Alegre: “o produtor aqui da zona rural de Porto Alegre, na realidade ele tá preservando. Feliz das capitais que tivessem produtores como nós temos na zona rural. Os que produzem mesmo, tão ali, preservando o local deles”. Além destes, o representante da EMATER também pondera:

Quem licencia na verdade é quem tem dinheiro. Isso nem pode ser dito, mas é verdadeiro. Por exemplo, um produtor que quer fazer um açudezinho, um tanque, enfim, qualquer manejo, uma criação animal, ele não consegue licenciar e aí, por exemplo, na Edgar Pires de Castro, vai ver uma foto do Google com a vegetação original e depois pega a outra para tu ver, porque é interessante. Simplesmente varreram tudo, inclusive queimaram. Eu passava de manhã cedo ali e eles tava queimando. É um absurdo, mas acontece... e a lei que vale para eles não é a mesma (Representante EMATER).

Por outro lado, os agentes vinculados ao setor imobiliário ponderam: “Se tiver, por exemplo, o Alphaville, eu duvido que produtores rurais do entorno ali vão criticar, até porque valoriza a terra dele também, porque o Alphaville funciona como uma âncora importante de valorização para a região toda” (Representante Sinduscon-RS). Neste mesmo sentido segue o depoimento do representante da Construtora Bolognese:

Na maioria dessas áreas nós que levamos urbanização até elas, né? Eram áreas bem precárias. Pega a própria Edgar Pires de Castro, há 20 anos quando a Bolognese comprou a área do Moradas da Hípica, foi o primeiro empreendimento de 5 por 25m, foi da Bolognese. Ganhamos até prêmios na época por fazer um empreendimento com fim social, era 5 por 25m e acabou o pessoal saindo das vilas mesmo, áreas irregulares e indo morar na casa própria com financiamento da Caixa. Foi o primeiro empreendimento popular da zona sul de Porto Alegre, foi o nosso. Antes do Minha Casa, Minha Vida, porque agora tá todo mundo fazendo empreendimento popular (risos). Naquela época a Edgar Pires de Castro e a Juca Batista era chão batido. Tu dá uma olhada como tá hoje, é impressionante, né? Mais de 5 mil famílias morando naquela região (Representante Construtora Bolognese).

Observa-se, assim, a conformação de duas diretrizes argumentativas bem definidas entre os diferentes agentes sociais que compõem esse debate: uma vinculada às pessoas envolvidas com o fomento do rural que estabelecem uma conexão entre a conservação do ambiente natural, a manutenção da atividade primária e as relações interpessoais que o permeiam e a segunda, ligada aos agentes voltados ao setor da construção civil, os quais se amparam na idéia de “desenvolvimento e crescimento da cidade”.

Desenha-se, nessa perspectiva, um quadro que nos mostra claramente as distintas lógicas de apropriação no que tange o rural da capital e, em meio a este tensionamento, encontra-se a Prefeitura de Porto Alegre.

Como comentado anteriormente, existe um grupo de trabalho (GT) intersecretarias na Prefeitura - GT Zona Sul - integrado pela SMAM, DEMHAB, SMIC, SMTUR, SMGL, EPTC e PGM, com participação da EMATER e coordenação da SPM.

De acordo com informações veiculadas no site da SPM, este GT busca “desenvolver estudos, identificar conflitos e potencialidades da área e propor um Plano Estratégico que deverá trazer benefícios diretos para a região chamada Macrozona 8” (PORTO ALEGRE, 2011b). A realização deste trabalho está prevista no Art. 20 do PDDUA e procura propor soluções compatibilizadas interssetorialmente e de acordo com as políticas relativas à região para “potencializar o seu desenvolvimento”, além de “articular com os interessados valores e atitudes voltadas à integração de análises e propostas orientadas ao meio natural e cultural” (PORTO ALEGRE, 2011b).

O trabalho desenvolvido pelo grupo apresenta os seguintes princípios norteadores, conforme SPM (PORTO ALEGRE, 2011b): “a preservação do ambiente natural, a mitigação das conseqüências das ocupações irregulares de alta densidade habitacional e a promoção da estruturação urbana para atrair novos empreendimentos voltados ao desenvolvimento sustentável da região”. Suas premissas: “considerar as diretrizes e estratégias definidas no PDDUA - LC 434/99, desenvolver o trabalho de forma interssetorial e participativa, criar um banco de dados geo-referenciados no território em estudo e buscar a integração com outros projetos da PMPA”.

A região alvo do estudo é a Macrozona 8 (MZ8), uma área caracterizada pela “predominância de patrimônio natural, onde devem ser incentivadas atividades de lazer e turismo, o uso residencial e o setor primário” (PORTO ALEGRE, 2011b). A MZ8 está situada na Área de Ocupação Rarefeita – AOR (Figura 13), que apresenta como características: “baixa densidade populacional, onde deve ocorrer a proteção da flora, da fauna e demais elementos naturais, admitindo-se, para sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção”, conforme PMPA (PORTO ALEGRE, 2011b).

Figura 13 — Mapa Ilustrativo da Área de Ocupação Rarefeita (AOR)



Fonte: Porto Alegre (1999)

O grupo tem como finalidade elaborar um Plano Estratégico, incluindo medidas político-administrativas, tais como: diretrizes, ações, projetos e políticas orientadas por um objetivo construído intersetorialmente, tendo em vista o “desenvolvimento do território a partir da manutenção de suas características principais”.

A partir destas informações disponíveis no site da SPM, observa-se que existe a tentativa de um trabalho direcionado ao fomento do rural, no entanto, na prática, verifica-se que o poder público posiciona-se como uma entidade esquizofrênica, que ao mesmo tempo fomenta e revoga o rural em Porto Alegre através dos diferentes órgãos que o compõem, como ilustram alguns entrevistados:

A SPM já tem feito umas reuniões conosco para preservar a área, só que o setor do DEMHAB, que é da habitação, eles tão comprando terrenos baratos lá e, então, não tem como a gente fazer um planejamento se tem certos setores da própria Prefeitura que não... [pausa] então o que eu gostaria é que fosse respeitado o PDDUA (Integrante Caminhos Rurais).

Nós que estamos envolvidos com a produção de alimentos, tu vê que a própria administração municipal tá descaracterizando uma área que toda a população de Porto Alegre vai ser prejudicada, né? Que poderia ser uma zona de lazer, poderia ser um refúgio para passar o final de semana (Integrante Caminhos Rurais).

A Prefeitura tá fazendo vários loteamentos em parceria com o Minha Casa Minha Vida e tudo aqui na zona sul de Porto Alegre. Eles mesmos não preservam. A própria Prefeitura que deveria ter projetos aqui na zona rural não tem. Mais de 500 casas tão sendo construídas ali na Edgar Pires de Castro. E cadê as escolas? Os postos de saúde? O transporte para toda essa gente? Tem horários que o Lami [referindo-se ao ônibus] só passa de hora em hora (Produtora Ecológica do Lami).

Impossível ler as explicações da produtora do Lami e não lembrar imediatamente do capítulo anterior deste estudo, que remete à construção da Restinga entre as décadas de 60 e 70. Retomemos parte do fragmento do texto citado na ocasião: “O feio tem que ser jogado para bem longe e nada melhor que a mata virgem da Restinga, **sem estrada, sem água, sem luz, sem escola, sem atendimento médico, sem nada**, apenas uma sanga” (PORTO ALEGRE, 1990, p. 9, grifos do autor).

Atualmente, já existe bem mais do que “apenas uma sanga” ao sul de Porto Alegre. No entanto, apresentariam estes bairros o suporte necessário ao rápido incremento populacional nesse espaço? A constituição desses bairros ofereceria condições para atender adequadamente este contingente de pessoas? Analisemos as ponderações do interlocutor a seguir:

O programa Minha Casa Minha Vida exige que sejam colocados equipamentos, creche, escola, postos de saúde, está na lei [...]. As unidades habitacionais estão sendo feitas muito rápido e os terrenos para que sejam feitas as contrapartidas de escolas e de creche elas estão sendo feitas mais lentamente e a Caixa [referindo-se à Caixa Econômica Federal] não quer isso, porque a Caixa é o órgão financiador, ela tem o direito de exigir (Representante DEMHAB).

É sabido que as “contrapartidas” a que se refere o representante do DEMHAB não são implantadas concomitantemente às unidades habitacionais. Nesse sentido, a fala de uma produtora rural do Lami revela as dificuldades vivenciadas por todos:

Aqui no Lami não tem nenhum condomínio de luxo, então existem muitas áreas invadidas ou loteamentos feitos assim sem muito critério, pessoas de baixa renda, daí tem muita gente desempregada e as pessoas roubam. Eu sei que um vizinho que tava plantando aqui, até era uma produção convencional, eles comentavam que roubavam porque tem a vila do outro lado e eles roubam para vender até, nem é só para comer. Eles vão de noite, enchem os carrinhos-de-mão e no outro dia tão vendendo e, assim é uma forma de sobrevivência das pessoas mesmo. Então é complicado, eles roubam tudo, até as coisas que estão meio verdes... por exemplo pimentão, uns pimentõezinhos desse tamanho assim, não deixam nem crescer (Produtora Ecológica Lami).

De um lado pessoas que deixam as “vilas” e são “reassentadas” em locais distantes, áreas de ocupação rarefeita, sem poder de escolha e, muitas vezes, contra sua vontade... basta revermos a imagem, onde o cartaz em punho (tópico 3.4 desse estudo) demonstra o desejo, a

vontade da sociedade civil de opinar e participar das discussões acerca das políticas habitacionais, a fim de que estas não sejam mais pensadas e postas em prática de forma autoritária, como acontecia na Restinga há pouco tempo atrás...

De outro lado, pessoas que vivem em um território que se transforma a cada dia. A fala do interlocutor abaixo resume o sentimento dos agentes sociais envolvidos com o rural: “nós vemos esse gradiente urbano avançando sobre o rural e o natural e se continuar do jeito que tá nós vamos ter uma redução drástica da zona rural e natural de Porto Alegre. Eu enxergo isso como potencialidades perdidas de saúde e de consciência” (Representante ONG InGá).

Ao reforçar seus posicionamentos, seus discursos, suas opiniões, os agentes envolvidos nesse debate fazem com que o rural em Porto Alegre adquira um caráter múltiplo, capaz de abarcar grupos heterogêneos com distintas lógicas de apropriação explicitadas nas tensões decorrentes de suas diferentes formas de ver o mundo. No entanto, mesmo as mais profundas transformações resultantes do processo de crescimento urbano, por exemplo, não se traduziriam, como afirma Wanderley (2009, p. 205), em uma “uniformização da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais”, o que assinala, não para “o fim do mundo rural”, mas para a ressignificação e a reconstrução da ruralidade nas sociedades contemporâneas, na Porto Alegre contemporânea.

5 REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levantados do chão

Como então? Desgarrados da terra?
 Como assim? Levantados do chão?
 Como à planta dos pés uma terra
 Como água na palma da mão?
 [...]

Como assim? Levitante colono?
 Pasto aéreo? Celeste curral?
 Um rebanho nas nuvens? Mas como?
 Boi alado? Alazão sideral?

Que esquisita lavoura! Mas como?
 Um arado no espaço? Será?
 Choverá que laranja? Que pomo?
 Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

(Milton Nascimento & Chico Buarque/1997)
 Canção que compõe o livro “Terra” de Sebastião Salgado (1997)

Como já foi dito, reafirma-se que este estudo não se propôs a categorizar o que é ou seria rural ou urbano, pois, como afirma Carneiro (2003, p. 12), “aceitar os limites da capacidade heurística das categorias de rural e urbano não significa abolir o seu uso ou reafirmar, apenas, que o rural não se restringe ao agrícola nem que se trata de mera criação imaginária”. Nesse sentido, os versos interrogativos de Milton e Chico e, igualmente, o pequeno trecho de “Levantado do Chão” de José Saramago, que abre esta dissertação, permitem traçar alguns paralelos com o que foi visto ao longo do trabalho. Se pensarmos a idéia de rural em Porto Alegre como “água na palma da mão”, que aos poucos se esvai e, por mais que se esforce por mantê-la, conservá-la, não haveria outro caminho possível senão vê-la (a idéia e não uma suposta substância) escorrendo, perdendo-se, por fim? Ou, então, essa mesma água (como ruralidade) que escorre se misturaria com a terra (a urbanidade), deixando (“desgarrada”, desterrada”) seu lugar de origem para povoar, se amalgamar, se fundir ou/e se opor à esta última?

Neste sentido, buscar compreender o rural e o urbano na Porto Alegre contemporânea, inevitavelmente nos leva a embarcar em uma perspectiva histórica, que nos remete a uma dialética constante entre passado, presente e futuro, ou seja, entre o que foi, o que é, e o que desejamos que seja. Dessa forma, Moreira (2002, p. 10) questiona: “quais as forças e os interesses que projetaram os lugares e as funções que o rural ocupou na dinâmica social e política”? O autor ainda argumenta que na especificidade de cada período histórico “[...] as forças sociais que exerceram a hegemonia tiveram uma visão de si mesmos, da nação, do lugar dessa nação no concerto internacional, bem como do rural em seus projetos de nação”.

Por conseguinte, observa-se o caráter dinâmico, peculiar, ambivalente, transitório e circunstancial de tais categorias, visto que, no decorrer desse estudo, observamos diversos autores, instituições e agentes sociais referindo-se ao rural como atrasado, vazio, precário, distante, incivilizado, rústico, pobre, o lugar das ausências e das desqualificações; mas, também, remetendo-se ao rural como um caminho, um lugar, um meio, uma atividade, um espaço, um modo de ser, uma perspectiva, um território; ou, então, o rural como natureza, como lugar de preservação, de contemplação, do belo, do aprazível, do aprendido, da harmonia, da solidariedade, do tempo da infância. Enfim, para além das noções dominantes na Sociologia Rural (visão de rural vinculada diretamente ao agrícola, a um universo cultural autônomo ou mesmo subordinado ou, ainda, à idéia de seu desaparecimento inevitável via “urbanização”), ao longo desse percurso percorrido desde a sesmaria de Dionísio Mendes até os “caminhos rurais” dos dias de hoje, podemos verificar que, em Porto Alegre, idéias, imagens, sentidos e práticas mobilizados através do par rural-urbano conservam força acentuada.

Com efeito, essa revalorização do rural como “espaço de vida” se manifesta, como aponta Wanderley (2009, p. 308), “na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra”, venha ela a ser feita por quem quer que seja (produtores rurais, “ongueiros”, funcionários públicos, ambientalistas, empresários, jornalistas, escritores, pesquisadores etc. e etc.) e do modo como for (se via unidades de conservação, condomínios de luxo, agrecologização, rururbanização etc. e etc.). Nessa perspectiva, o rural contemporâneo em Porto Alegre abarca atividades agrícolas e não-agrícolas, as quais passam a ser compatibilizadas não só mesmo espaço, mas no mesmo universo sociocultural, caracterizando uma “reemergência de sociabilidades e identidades tidas como rurais” que não descaracterizariam nem representariam uma ruptura do rural com o urbano (CARNEIRO, 2003, p. 10-11), ou melhor dizendo, se há tal ruptura, ela será sempre contextual, fluída, relacional e ambivalente.

De fato, pelo que parecem demonstrar os agentes e instituições com os quais se teve contato, a dupla revalorização-desvalorização (tanto das ruralidades como das urbanidades) vai ao encontro dos estudos realizados por Carneiro (2003, p. 8). Para esta última, o rural não mais seria apenas o espaço de produção de bens materiais, mas também uma “rica fonte de bens simbólicos, que, ressignificados, passam a alimentar uma nova dinâmica econômica e social”. Nessa perspectiva, o território confere a base concreta a partir da qual os diferentes agentes sociais elaboram interconexões, desconexões e ressignificações, as categorias rural e urbano não demarcam apenas “espaços ou propriedades empiricamente observadas”, mas são

também parte de uma construção social. Assim, como descreve Carneiro (2003, p. 12), “chegamos à desnaturalização das referências empíricas que sustentam essa dualidade, tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos” e, claro, acrescentaria, vice-e-versa.

Nesses termos, Carneiro (2003, p. 17) ressalta que as fronteiras entre os territórios são fluidas e podem ser “deslocadas de uma espacialidade física”, ou seja, os sujeitos podem exprimir seu vínculo com um dado território mesmo estando fora dele, como é o caso da “manifestação de práticas culturais entendidas como rurais em espaços definidos como urbanos e vice-versa”. É o que se pode verificar no caso das práticas de ONGs socioambientalistas e movimentos sociais envolvidos com o rural em Porto Alegre, como no caso das diversas ONGs e associações de diferentes matizes que participam conjuntamente do Projeto Cinturão Verde de Porto Alegre e da Comunidade Autônoma utopia e Luta. Mais ou menos articuladas (ou desarticuladas, como se queira), seus integrantes, através de suas “sedes urbanas” ou “propriedades rurais”, elaboram versões e ações que comportam ruralidades diversas que, por vezes, emergem como opostas ou contraditórias.

Nesse sentido, Moreira (2002, p. 10) apresenta uma reflexão acerca das conexões rural-urbano, onde afirma que, atualmente, estaríamos falando em “ruralidades no campo e na cidade, na história e nas diversas culturas, nas ciências técnicas e profissões, nos processos educativos e socializadores, na cultura e política dos alimentos e nas contraculturas de uma infinidade de novos movimentos sociais”.

E, desse encontro, se, como observa Carneiro (1997, p. 12) “[...] nasce uma cultura singular que não é nem rural nem urbana [rururbana?], com espaços e tempos sociais distintos de uma e de outra”. ao mesmo tempo, também “nascem” outras culturas que se afirmam como rurais e urbanas. Em suma, não apenas o rural em Porto Alegre se transforma, se recria, se reinventa, mas também o urbano, de modo a transpassarem suas dimensões para além de qualquer âncora empírica fundamental.

Outra constatação feita ao longo deste estudo é que a freqüente polarização agricultura *versus* preservação não se consuma em relação ao rural portoalegrense, pois a manutenção da atividade primária é entendida como sinônimo de preservação ambiental para os agentes entrevistados neste estudo. Em outras palavras, o ambiente natural e o espaço de produção já não são mais distintos, nessa perspectiva. Por outro lado, o crescimento urbano e a preservação ambiental são, via de regra, apresentados como mutuamente excludentes e incompatíveis, visto que, na perspectiva das instituições e agentes contatados, existiria uma

diferença qualitativa visível entre os resultados da produção primária e da construção civil sobre o território físico da cidade.

Assim sendo, ao menos dentro dos limites a que esta dissertação se propôs, o discurso ambientalista mais radical (DIEGUES, 1996), o qual relaciona a agricultura como prática agressiva ao ambiente natural, no caso de Porto Alegre, não se concretizou de modo significativo. Neste caso, segundo Carneiro (2003, p. 8) “o rural não estaria se diluindo junto com a aproximação simbólica e espacial entre a cidade e o campo”, mas sim, em função de sua ressignificação. Os resultados desta última (e não só a base física, no caso, a apropriação do território), ao serem operacionalizados pelos agentes envolvidos, terminam por fazer com que “a natureza torne-se a base sobre a qual a nova noção de rural se constrói”.

Neste sentido, percebe-se a conformação de um movimento de ações coletivas, as quais remetem à Saramago quando assegura que: “do chão pode levantar-se um livro, como uma espiga de trigo ou uma flor brava. Ou uma ave. Ou uma bandeira”. Bandeira esta que apresenta como fundamentação a revalorização do rural a partir de uma ressignificação deste enquanto síntese entre “o social e o natural”, síntese esta que passa a se opor, agora, ao “econômico e o artificial”. Dito de outra forma, o ambiente natural e o espaço de produção tornam-se palco das relações de alteridade em relação à mercantilização especulativa de diferentes territórios. Assim, segundo Carneiro (2003, p. 13), estaríamos assistindo não só a uma “crise do mito da dualidade entre campo e cidade”, mas a produção de um novo mito: o amálgama da ruralidade idílica-produtiva fruto de um olhar urbano sobre o rural, o qual, por sua vez, se contrapõe a urbanidade civilizatória originária do projeto moderno de sociedade que se consolida como utopia a 200 anos atrás.

* * *

Sempre que leio um livro, dissertação ou tese dedico especial atenção ao tópico que trata da apresentação do autor e/ou das motivações da pesquisa, sendo que na maioria das vezes, encontro admiráveis trajetórias, bonitas histórias e doces lembranças. Menos comum encontrar é alguém mencionar o quão sofrido foi escrever tal capítulo, ou como simplesmente parou em um ponto da escrita, pois não conseguia retomá-la ou desenvolvê-la. Nesse sentido, devo confessar que minha relação com todas as etapas desse estudo foi um tanto dolorosa. Entretanto, isso não torna esta experiência ruim, muito pelo contrário. Ao longo desse percurso pude reconhecer algumas de minhas limitações, pré-conceitos, anseios, angústias, medos e também minha coragem frente aos desafios que então se colocavam a minha frente.

E aqui retomo por fim os últimos versos da canção de Milton e Chico, quando estes brincam, dando asas à imaginação: “levitante colono, pasto aéreo, boi alado, arado no espaço”. E, por fim, muitas dúvidas, muitas perguntas: “choverá que laranja? que pomo? gomo? sumo? granizo? maná?”. Que gomo, sumo ou maná podemos esperar ou devemos almejar? Que tipo de políticas precisamos construir e desenvolver com o intuito de que Porto Alegre abarque, enfim, caminhos rurais e percursos urbanos de modo a contemplar, sem negar as assimetrias existentes, a diversidade aceitando suas peculiaridades e respeitando suas especificidades?

Em seu livro “O pesquisador e seu outro”, Marília Amorim (2004, p. 11) descreve precisamente o que senti no decorrer do processo que levou a finalização desta dissertação: “toda pesquisa só tem começo depois do fim. Dizendo melhor, é impossível saber onde começa um processo de reflexão. Porém, uma vez terminado, é possível ressignificar o que veio antes e tentar ver indícios no que ainda não era e passou a ser”. Da mesma forma que para a autora, tem-se presente que esta dissertação não poderia abarcar a totalidade da discussão que envolve o processo de ressignificação das ruralidades contemporâneas, bem como não teve a pretensão de esgotar os questionamentos levantados acerca deste tema.

Nesse contexto, Amorim (2004, p. 290) contribui com uma significativa reflexão:

[...] se eu mesmo sou um ser acabado e se o acontecimento é algo acabado, não posso nem viver nem agir: para viver devo estar inacabado, aberto para mim mesmo – pelo menos no que constitui o essencial da minha vida; devo ser para mim mesmo um valor ainda por vir, devo não coincidir com a minha própria atualidade.

Portanto, como sugere o autor, é no “inacabamento” que se pode viver e agir, é no vir a ser, no devir que nos abrimos para nós mesmos. Nessas condições, este estudo não acaba, a não ser como dissertação de mestrado, visto que mostra-se imprescindível a necessidade de se democratizar o debate de modo a ampliar os espaços para discussão sobre este tema.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.
- AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa, 2004.
- BARCELLOS, Tanya M. de; MAMMARELLA, Rosetta; KOCH, Miriam Regina. Tipologia socioespacial de Porto Alegre – 1980/1991. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BENDAZZOLI, Sirlene. **Olhar vestido de véus**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.pedagogico.com.br/edicoes/3/artigo2210-1.asp?o=r>>. Acesso em: 5 jan. 2010.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOLOGNESE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. **Empreendimentos**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.bolognesi.com.br>>. Acesso em: 5 jan. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Oeiras: Celta, 1998.
- _____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Institucional**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.camarapoa.rs.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2011.
- CAMINHOS RURAIS. **Estatuto**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.caminhosrurais.tur.br/apoio/estatuto.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2011.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Artigo produzido como trabalho de conclusão da disciplina "Práticas de Análise de Discurso na Pesquisa em Educação"
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais...** Brasília: SOBER, 1997.
- _____. **Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica**. In: EL MUNDO RURAL: TRANSFORMACIONES Y PERSPECTIVAS A LA LUZ DE LA

NUEVA RURALIDAD, 3., 2003, Bogotá. Anais... Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2003.

CASATIERRA. **Quem somos**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.casatierra.blogdrive.com>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CAVACO, Carminda. Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: JACINTO, Rui (Org.). **Os Territórios de baixa densidade em tempos de mudança**. Lisboa: Câmara Municipal de Proença-a-Nova, Centro de Ciência Viva da Floresta, 2009. p. 39-69.

CECCHIM, Idenir. **Perfil/Histórico**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.idenircecchim.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2011.

COMASSETTO, Carlos Roberto. **Início**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.comassetto.blogspot.com>. Acesso em: 10 jan. 2011.

COMITE LATINO-AMERICANO. **Blog**. [S.l.], 2011. Disponível em: <www.comitelatinoamericano.blogspot.com>. Acesso em: 6 abr. 2011.

COMMONS WIKIPEDIA. **Mapa dos bairros de Porto Alegre**. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_dos_Bairros_de_Porto_Alegre.png>. Acesso em: 7 jun. 2011.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p.1-13, 2008.

DHZ CONTRUÇÕES. **Início**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.dhz.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2010.

DICKINSON, Emily. **Alguns poemas**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2001.

DOMINGO no Campo nos Bairros Lami e Lageado. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 3818, p. 24-24, 30 jul. 2010.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS. **Apresentação**. [S.l.], 2011. Disponível em: <www.emater.tche.br>. Acesso em: 5 jan. 2011.

FLEURY, Lorena Cândido. **Cerrados para ser o quê?**: representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque nacional da Emas, Goiás. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/14898>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

FOLDER Caminhos Rurais. Porto Alegre, 2010.

FOLHETO de propaganda político-partidária. Distribuído na campanha eleitoral. Porto Alegre, out. 2010.

FONSECA, Pedro. ONU critica Brasil por desapropriações para Copa e Olimpíada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2011. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/04/26/onu-critica-brasil-por-desapropriacoes-para-copa-olimpiada-924321959.asp#ixzz1Kj9jrTN5>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. O que é análise do conteúdo. **Cadernos de Psicologia**, Belo Horizonte, n.7, ago. 1986.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização, que é?** Editora: Massagana, 1982.

GERHARDT, Cleyton Henrique. Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas das “novas” ruralidades - entre o instrumental e o analítico. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 190-229, out. 2005.

_____. **Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas**: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/tese_cleyton_gerhardt.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2011.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

GUILLEN, Ramon Folch. Ecologia urbana e desenvolvimento sustentável: natureza e artefato, fronteira evanescente. In: MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (Org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 79-96.

HASENACK, Heinrich et al. Vegetação/ocupação. In: HASENACK, Heinrich et al. (Coord.). **Diagnóstico ambiental de Porto Alegre**: geologia, solos, drenagem, vegetação/ocupação e paisagem. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. p. 56-71.

INGÁ. **Breve histórico da urbanização da capital**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <www.inga.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html>. Acesso em: 14 maio 2010.

INSTITUTO ECONSCIÊNCIA. **Quem somos**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.econsciencia.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.

KOSENIESKI, Éverton de Moraes. **O rural agrícola na metrópole**: o caso de Porto Alegre/RS. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25549>>. Acesso em: 13 maio 2010.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

MARTINS, Maria Alice Hofmann. **Estudo de Caso**. [S.l.]: ULBRA, 2002. Disponível em: <<http://mariaalicehof5.vilabol.uol.com.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

MENDRAS, Henri. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. Sustentabilidade, democracia e gestão ambiental Urbana. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 19-27.

MERTZ, Marli Marlene. Breve retrospectiva histórica da agricultura na região metropolitana de Porto Alegre. In: GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 13-41.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____; DESLANDES, Sueli Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. **A incorporação de áreas rurais as cidades: um estudo de caso sobre Campinas, SP**. 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286485>>. Acesso em: 21 maio 2010.

MOHR, Udo. **Cidade e patrimônio natural**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/19.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 153 p.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. In: _____. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: CPDA, 2002.

MOVIMENTO AUTÔNOMO UTOPIA E LUTA. **Blog**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.utopia-e-luta.blogspot.com>. Acesso em: 5 jan. 2011.

NOTÍCIAS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <www.correiodopovo.com.br/noticias>. Acesso em: 1 fev. 2011.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **A fundação de Porto Alegre: dados oficiais**. Porto Alegre: Norma, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Pela primeira vez, população urbana supera a rural no mundo**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880 - 1920**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

_____. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PIRES, André. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Ed.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. v. 7. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 149-174.

_____. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **DEM HAB**: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial da SMC, 2000.

_____. **Diagnóstico do Meio Rural do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1994.

_____. **Restinga**. Porto Alegre: Unidade Editorial da SMC, 1990.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Plano Municipal de Habitação**. Porto Alegre, 2011a. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/>>. Acesso em: 1 fev. 2011.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal Secretaria de Turismo. **Site**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA**. Porto Alegre, 1999.

_____. **Início**. Porto Alegre, 2011b. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. **A SMIC**. Porto Alegre, 2010a. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Agenda ambiental**. Porto Alegre, 2010b.

PROFESSOR GARCIA. **Câmara Municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2011. <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores/professor-garcia>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

RECHENBERG, Fernanda. **Vamo falá do nosso Lami**: estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no Bairro Lami, Porto Alegre. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/11256>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

REYDON, Bastiaan Philip. **Mercado de Terras Agrícolas e Determinantes de seus Preços no Brasil: Um Estudo de Casos**. Campinas: Unicamp, 1992. Tese de doutorado.

REYDON, Bastiaan Philip et al. Especulação com a conversão de terras agrícolas em urbanas: estratégia de um grupo sucro-alcooleiro. In: REYDON, Bastiaan Philip; CORNÉLIO, Francisca Neide Maemura (Org.). **Mercados de terras no Brasil: estrutura e dinâmica**. Brasília: NEAD, 2006. p. 419-439.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Deputados**. Porto Alegre, 2011.

Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/dep/site/conteudo.asp?txtIdItem=20&txtIdDep=125&txtIdSite=115>>

Acesso em: 14 jan. 2011.

RS REGISTRA aumento de 3,4% na população urbana. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 nov. 2010. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2010/11/rs-registra-aumento-de-3-4-na-populacao-urbana-3124965.html>>. Acesso em: 14 maio 2011.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 16, 2005.

SARAMAGO, José. **Levantado do chão**. Alfragide: Caminho, 1980.

SARRACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. Unine: CRES, 1996.

SCHNÄDELBACH, Carla Villanova. **A noção de ruralidade e a construção identitária de agricultores em um meio citadino: o caso de Vila Nova e arredores**. Porto Alegre/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/4548>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 187-192, 2000.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. Rurais Agroid.**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SINDICATO RURAL DE PORTO ALEGRE PATRONAL. **Blog**. Porto Alegre, 2010.

Disponível em: <<http://blog.clickgratis.com.br/sindiruralpalegre>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO RIO

GRANDE DO SUL – SINDUSCON/RS. **Quem somos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em:

<<http://www.sinduscon-rs.com.br/site/principal/index.php>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

SOUZA, Celia Ferraz. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre**: o plano que orientou a modernização da cidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

SOUZA, Gisela Barcellos de. Paisagens rurbanas: a tensão entre práticas rurais e valores urbanos na morfogênese dos espaços públicos de sedes de Municípios rurais. Um estudo de caso. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 181-192, ago. 2009.

TERRAVILLE. **Condomínio Terraville Belém Novo Golf Club**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.terraville.com.br>. Acesso em: 18 jan. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A. et al. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.